



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADRIANA EVARINI

**ESTRUTURA OCUPACIONAL E RENDIMENTOS
NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS: ESTUDO DO
PERÍODO 2002-2007**

Londrina
2010

ADRIANA EVARINI

**ESTRUTURA OCUPACIONAL E RENDIMENTOS
NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS: ESTUDO DO
PERÍODO 2002-2007**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange de Cássia Inforzato de Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Sidnei Pereira do Nascimento

Londrina
2010

ADRIANA EVARINI

**ESTRUTURA OCUPACIONAL E RENDIMENTOS NAS
MACRORREGIÕES BRASILEIRAS: ESTUDO DO PERÍODO
2002-2007**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Solange de C. Inforzato de Souza
UEL – Londrina – PR

Prof.^a Dr.^a Katy Maia
UEL – Londrina – PR

Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Garcia
UEM – PR

Londrina, 12 de novembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa abrangência não é alcançado sem obstáculos no caminho, por isso agradeço a Deus, por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida, dando-me discernimento para absorver novos conhecimentos por ter colocado pessoas sempre prontas para me ajudar.

Agradeço à meus pais Maria Helena Ianoni Evarini, José Mário Evarini e minha querida irmã Renata, pelo incentivo constante em minha vida e por me ensinar que nunca devemos desistir de nossos sonhos.

Meus eternos agradecimentos à Prof^ª. Dr^ª. Solange de Cássia Inforzato de Souza, pela confiança em mim depositada, orientando prontamente este trabalho com paciência, dedicação e competência.

Agradeço à Prof^ª. Katy Maia e ao Prof. Sidnei Pereira do Nascimento, por todas as sugestões e contribuições que enriqueceram este trabalho. Agradeço a disposição do Prof. Sidnei em me co-orientar e atender prontamente minhas solicitações.

A todos os professores do Mestrado, especialmente à Prof^ª Marcia Pizaia e à Prof^ª Marcia Gabardo da Camara, sempre fizeram tudo da melhor forma possível e pela dedicação ao curso.

Aos meus amigos do mestrado, Juliana, Flávio, Mari, Maria, Alessandro, Marcio e Sinival, companheiros nos momentos bons e ruins. À Marlene Dias e Juliana Marís Dias, pelos momentos de distração e companhia nas madrugadas de estudo.

Agradecimento à Prof^ª. Maria de Fátima Garcia, por aceitar participar da comissão examinadora desta dissertação e por sempre estar presente em minha vida acadêmica me incentivando. À Prof^ª. Eliane Cristina de Araújo, pela sua amizade e importantes contribuições para meu crescimento profissional.

À Prof^ª Marina Cunha e à Jaqueline Costa, que sempre me ajudaram e pela amizade desde os tempos da graduação. E a todos aqueles que apesar de não citados, contribuíram, direta ou indiretamente nesta jornada. Agradeço ao Francisco, secretário do mestrado pela colaboração ao longo do mestrado.

Por fim, e não menos importante, meus agradecimentos à Fundação Araucária, pelo consentimento da bolsa de mestrado, conferindo ao trabalho maior grau de reconhecimento e divulgação.

EVARINI, Adriana. **Estrutura ocupacional e rendimentos nas macrorregiões brasileiras**: estudo do período 2002-2007. 2010. 149 f. Dissertação Pós Graduação, Mestrado em Economia Regional. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Pr, 2010.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a estrutura e o perfil das ocupações e seus efeitos sobre os rendimentos no Brasil e em suas macrorregiões no período de 2002 a 2007. Para tanto, utiliza-se a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) como base de dados para traçar o perfil das ocupações, um modelo econométrico denominado “diferenças em diferenças” para investigar o efeito sobre o rendimento e o índice de Gini para medir a desigualdade do rendimento. Os resultados revelam para o Brasil e suas macrorregiões que os grupos ocupacionais denominados Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes são brancos (exceto no Norte) e mais qualificados, apresentaram um maior crescimento da participação feminina, possuem rendimento mais elevado, estão mais presentes nas classes de renda AB e C. Os grupos dos Trabalhadores dos Serviços e da Produção são em maior proporção, são menos qualificados, porém apresentaram crescimento significativo nas faixas mais escolarizadas, ocupam a posição de empregados, têm entre 25 e 39 anos, possuem renda mais baixa, são mais alocados na classe E, embora tenham sua participação aumentada nas classes AB C e D. Não houve diferenças significativas em relação à variação da taxa de crescimento das ocupações (exceto no Nordeste) e uma queda na taxa de crescimento da renda em todo período em todos os grupos ocupacionais. Por fim, ressalta-se que os Trabalhadores dos Serviços Administrativos e dos Serviços contribuíram para a queda da desigualdade dos rendimentos em todas as regiões brasileiras.

Palavras-chave: Ocupação. Rendimento. Macrorregiões Brasileiras

EVARINI, Adriana. **Occupational structure and income in Brazilian regions: a study of the period 2002-2007**. 2010. 149 f. Dissertation Post-graduation, Masters in Regional Economics. Centre of Applied Social Studies of Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

This study aims to analyze the structure and profile of occupations and their effects on earnings in Brazil and its macro-regions in the period 2002 to 2007. For this, we use the PNAD (National Household Sample Survey) as a database to profile occupations, an econometric model called the "difference-in" to investigate the effect on income and Gini index to measure income inequality. The results show for Brazil and its geographical regions occupational groups called Managers and Professionals in Science and Arts are white (except in the north) and more skilled, showed a greater increase in female participation, have higher income, are more present in income classes AB and C. Groups of Workers and Production Services are in greater proportion, are less qualified, but showed significant growth in the bands more educated, occupy the position of employees are between 25 and 39, have lower incomes, most are assigned in class And, although they have increased their participation in classes AB C and D. No significant differences regarding changes in the growth rate of occupations (except the Northeast) and a decrease in the rate of growth of income in every period in all occupational groups. Finally, we emphasize that the Workers' Services and Administrative Services contributed to the decline in income inequality in all regions.

Key-words: Occupation. Income. Brazilian regions

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da participação percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	50
Gráfico 2 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	51
Gráfico 3 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	52
Gráfico 4 – Participação percentual do número de ocupados, segundo a cor, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	53
Gráfico 5 – Participação percentual do número de ocupados, segundo o perfil etário, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	54
Gráfico 6 – Participação média do número de ocupados (%), segundo posição na ocupação, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	55
Gráfico 7 – Evolução da participação do número de ocupados em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007	58
Gráfico 8 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007	59
Gráfico 9 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007	60
Gráfico 10 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007	61
Gráfico 11 – Participação média do número de ocupados (%), por faixa etária, em cada ocupação na Região Norte, de 2002 a 2007	62
Gráfico 12 – Participação média do número de ocupados (%), por posição na ocupação, em cada ocupação na Região Norte, de 2002 a 2007	63
Gráfico 13 – Participação percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007	66

Gráfico 14 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007	67
Gráfico 15 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007	68
Gráfico 16 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007	69
Gráfico 17 – Participação média do número de ocupados (%), por faixa etária, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007	70
Gráfico 18 – Participação média do número de ocupados (%), por posição na ocupação, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007	71
Gráfico 19 – Evolução percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007	74
Gráfico 20 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007	75
Gráfico 21 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007	76
Gráfico 22 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007	77
Gráfico 23 – Participação média do número de ocupados, por faixa etária, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007	78
Gráfico 24 – Participação média do número de ocupados (%), por posição, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007	79
Gráfico 25 – Evolução da participação percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007	80
Gráfico 26 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007	83
Gráfico 27 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007	84
Gráfico 28 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007	85

Gráfico 29 – Participação média do número de ocupados (%), por perfil etário, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007	86
Gráfico 30 – Participação média do número de ocupados (%), por posição na ocupação, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007	87
Gráfico 31 – Evolução da renda média dos grupos ocupacionais no Brasil, 2002 a 2007	103
Gráfico 32 – Taxa de crescimento do rendimento dos grupos Dirigentes e Trabalhadores da Produção, Região Nordeste, 2002 a 2007	111
Gráfico 33 – Taxa de crescimento do rendimento dos grupos Dirigentes e Serviços Administrativos, Região Nordeste, 2002 a 2007	111
Gráfico 34 – Variação percentual do número de ocupados, por classe de renda, em cada ocupação no Brasil, de 2002 a 2007	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da amostra na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007	44
Tabela 2 – Composição da amostra na Região Norte, 2002 a 2007	44
Tabela 3 – Composição da amostra na Região Nordeste, 2002 a 2007	45
Tabela 4 – Composição da amostra na Região Sul, 2002 a 2007	45
Tabela 5 – Composição da amostra na Região Sudeste, 2002 a 2007	46
Tabela 6 – Composição da amostra no Brasil, 2002 a 2007	46
Tabela 7 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Centro-Oeste , 2002 a 2007	56
Tabela 8 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Norte, 2002 a 2007	64
Tabela 9 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação por condição na ocupação, Região Nordeste, 2002 a 2007	72
Tabela 10 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Sul, 2002 a 2007	80
Tabela 11 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Sudeste, 2002 a 2007	88
Tabela 12 – Distribuição do rendimento médio do trabalho, em reais, nas ocupações, Brasil e macrorregiões, 2002 e 2007	105
Tabela 13 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, no Brasil, 2002-2007	109
Tabela 14 – Distribuição da proporção média dos ocupados nas classes de renda, nos grupos ocupacionais no Brasil e macrorregiões, 2002 a 2007	114
Tabela 15 – Índice de Gini do rendimento do trabalho em cada ocupação, no Brasil, 2002-2007	117
Tabela A1 – Evolução da participação do número de ocupados em cada ocupação nas macrorregiões brasileiras, 2002 a 2007	133
Tabela A2 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Centro-Oeste, 2002-2007	134

Tabela A3 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Norte, 2002-2007	135
Tabela A4 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Nordeste, 2002 a 2007 ...	136
Tabela A5 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Sul, 2002-2007	137
Tabela A6 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Sudeste, 2002-2007	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS NO ESTUDO DA OCUPAÇÃO E RENDIMENTO	16
1.1 ASPECTOS TEÓRICOS: DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO À TEORIA DA SEGMENTAÇÃO.....	16
1.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O BRASIL.....	22
1.2.1 Antecedentes e Atualidade do Mercado de Trabalho no Brasil.....	22
1.2.2 Evolução da Desigualdade de Renda e Distribuição dos Rendimentos no Brasil.....	28
1.2.3 Grupos Ocupacionais: Evidências para o Brasil.....	35
2 METODOLOGIA	41
2.1 BASE DE DADOS.....	41
2.2 PROCEDIMENTO DE PESQUISA.....	42
2.2.1 Modelo Econométrico de Mínimos Quadrados Ordinários: “Diferenças em Diferenças”.....	47
2.2.2 Índice de Gini.....	48
3 ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM REGIONAL	49
3.1 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE.....	49
3.2 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO NORTE.....	58
3.3 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO NORDESTE.....	66
3.4 O PERFIL OCUPACIONAL DA SUL.....	74
3.5 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO SUDESTE.....	82
3.6 ANÁLISE DA ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA.....	90
3.6.1 PERFIL OCUPACIONAL SEGUNDO O GÊNERO.....	92
3.6.2 PERFIL ESCOLAR DAS OCUPAÇÕES.....	94
3.6.3 PERFIL SEGUNDO RAÇA E FAIXAS ETÁRIAS.....	96
3.6.4 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO.....	99

4 DIFERENÇAS NOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E O PERFIL OCUPACIONAL: RELAÇÕES PARENTAIS	102
4.1 EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DO TRABALHO NO BRASIL E EM SUAS MACRORREGIÕES	103
4.2 OS RENDIMENTOS DO TRABALHO E O PERFIL OCUPACIONAL	108
4.3 OCUPAÇÃO E RENDIMENTO DO TRABALHO: AS MUDANÇAS NAS CLASSES DE RENDA.....	112
4.4 COMPORTAMENTO DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTO ENTRE OS GRUPOS OCUPACIONAIS.....	116
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES	132
APÊNDICES A	133
APÊNDICES B	134
ANEXO	139
ANEXO A	140

INTRODUÇÃO

As relações entre os perfis ocupacionais e a distribuição dos rendimentos formam um conjunto de grande complexidade que tem estimulado pesquisadores no Brasil. Segundo Kon (1995), o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro e sua influência no comportamento recente da estrutura ocupacional passam pelas mudanças ocorridas na conjuntura econômica. Entre as décadas de 1930 e 1980, teve importância o movimento geral de estruturação do mercado de trabalho, consoante à industrialização e à institucionalização das relações de trabalho, marcado pela expansão do emprego assalariado formal. Na década de 1990, passou a prevalecer o movimento de desestruturação do mercado de trabalho e, a partir de 1999, registraram-se mudanças que sinalizam uma contraposição em relação ao comportamento de desestruturação do mercado de trabalho.

Segundo a literatura especializada (BALTAR, 2009; RAMOS, 2007; CARDOSO JR., 2007; POCHMANN, 2006), verifica-se uma tendência de reorganização do mercado de trabalho nos anos 2000, uma retomada do crescimento do emprego assalariado formal, crescimento concomitante das ocupações industriais, uma recuperação tímida dos rendimentos do trabalho, restrito a algumas ocupações e uma política de valorização do salário mínimo. Montagner (2009) aponta que a ocupação total teve um desempenho positivo, contribuindo para a manutenção da taxa de desemprego inferior a 10% ao ano.

Mesmo com os sinais positivos, não houve uma homogeneização da força de trabalho. Assim, o processo histórico de colonização regionalmente diferenciado no Brasil, a consolidação da indústria nacional com perfil concentrador de renda e a conformação do mercado de trabalho delinearam uma estrutura ocupacional em que, dada à heterogeneidade entre as ocupações, alguns indivíduos são, marcadamente, alocados em determinadas ocupações e, como consequência, podem ter rendimentos diferenciados.

Por outro lado, a desigualdade dos rendimentos do trabalho no Brasil é uma questão que vem sendo objeto de grande preocupação por parte dos governantes, entidades não governamentais e sociedade civil. Desde os primeiros estudos sobre a distribuição da renda, Langoni (1973), Hoffmann e Duarte (1972) e

Cacciamali (2001) apontaram um perfil distributivo extremamente desigual, que posiona o país entre os mais desiguais do mundo. Para Hoffmann (2005), essa desigualdade possui raízes históricas.

Após o processo de estabilização, a partir de 2001, a desigualdade de renda vem se apresentando menor, contudo, essa melhora ainda é insuficiente para reduzir tão profundas desigualdades na distribuição dos rendimentos. Os trabalhos de Neri (2010), Souza et al. (2009), Barros et al. (2006), Soares (2006), IPEA (2006), Hoffmann (2005) e Deddeca (2002) são consensuais na afirmação de que ocorreram melhorias na distribuição da renda no país na última década. Alguns fatores podem ser evidenciados como influenciadores dessa queda na desigualdade de renda, tais como ampliação dos programas de transferência de renda, situação favorável do mercado de trabalho, aumento do salário mínimo e elevação do rendimento do trabalho. Barros et al. (2006) acrescentam que a distribuição dos rendimentos do trabalho explica metade da queda na desigualdade acentuada de 2001 a 2004.

Baltar (2009), Montagner (2009) e Cardoso Jr. (2007) apontam que, entre 1998-2004, os rendimentos ocupacionais sofreram uma trajetória de queda, porém, entre 2004 e 2007, houve uma elevação do rendimento restrito a algumas ocupações. Além disso, Flori e Menezes Filho (2008), Flori (2007), Maia (2006), Quadros (2004) e Deddeca (2004) realizaram estudos sobre a desigualdade dos rendimentos, enfatizando o papel das ocupações.

Deve-se considerar que o Brasil é um país de grandes dimensões, com espaços de progresso econômico distintos. Nas análises das origens e continuação de disparidades de desenvolvimento entre regiões de um mesmo país, devem ser levadas em consideração características próprias de cada região. A conformação histórica aponta um crescimento econômico diferenciado, distribuído espacialmente desde os tempos coloniais. Assim, tenta-se buscar as relações prováveis entre o perfil ocupacional e o rendimento defendida nesse estudo pela teoria da segmentação que avança em relação à teoria do capital humano.

Diante deste contexto, este estudo tem por objetivo analisar a estrutura e o perfil das ocupações e seus efeitos sobre os rendimentos no Brasil e em suas macrorregiões no período de 2002 a 2007, a partir da caracterização dos grupos ocupacionais, do comportamento das classes de renda e da desigualdade dos rendimentos.

Para isso, utiliza-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como base de dados e um software estatístico (Stata) para mapear e fazer as interações (cruzamento) das informações pertinentes à pesquisa. Os resultados foram analisados por meio de instrumentos gráficos e tabulares que caracterizaram os movimentos do mercado de trabalho no Brasil em sua dinâmica ocupacional e rendimento do trabalho. Além disso, utilizou-se o modelo econométrico para mensurar a taxa de crescimento do rendimento dos grupos ocupacionais. O modelo econométrico baseia-se nos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e denomina-se “diferenças em diferenças”, sendo apresentado por Wooldridge (2001) e Nascimento (2008). Por fim, calculou-se uma das medidas de desigualdade, índice de Gini, para investigar o comportamento da desigualdade do rendimento das ocupações.

Este estudo está dividido em quatro capítulos além desta introdução. No primeiro capítulo faz-se uma discussão sobre os aspectos teóricos e empíricos das relações entre ocupação e renda. O segundo capítulo detalha a metodologia do trabalho. No terceiro, faz-se uma análise descritiva dos ocupados para avaliar a situação do mercado de trabalho no Brasil e em suas regiões, considerando sua dinâmica ocupacional. O quarto capítulo aborda a trajetória do rendimento do trabalho e sua distribuição entre os ocupados nas classes econômicas no Brasil e em suas macrorregiões. Investiga-se, também, até que ponto o perfil da ocupação explica os rendimentos e o comportamento da desigualdade de rendimento entre os grupos ocupacionais. Por fim, a última parte apresenta as conclusões finais.

1 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS NO ESTUDO DA OCUPAÇÃO E RENDIMENTO

Esta seção faz uma revisão de literatura com os objetivos de descrever a teoria econômica da ocupação e do rendimento e expor as evidências empíricas que apontam o estado do conhecimento do tema.

1.1 ASPECTOS TEÓRICOS: DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO À TEORIA DA SEGMENTAÇÃO

A expressão capital humano foi utilizada pela primeira vez por Marshall em sua obra *Princípios de Economia* ao tratar do trabalho infantil. Um dos principais expoentes dessa teoria é Schultz que retomou a idéia iniciada por Marshall e elaborou a teoria do capital humano (BECKER, 1993).

Para a teoria econômica tradicional, o salário é determinado pela interação da demanda e oferta agregada de trabalho, o que pressupõe, naturalmente, a homogeneidade da mão de obra. Mesmo com a evidência da existência de diferenças salariais, os clássicos e seus seguidores contentavam-se com uma explicação sobre a existência de mão de obra de diferentes qualidades, dando por superado o problema da heterogeneidade. Assim, diferentes pessoas incorporam diferentes quantidades de capital humano. Este capital é fruto de investimento - especialmente em educação - baseado em decisões racionais, envolvendo a comparação de taxas de retorno e taxas de juro de mercado, como qualquer outro investimento (BECKER, 1993).

Sob a ótica da teoria do capital humano, o crescimento econômico é alavancado pelo investimento em pessoas, por meio de treinamentos e da experiência profissional. A premissa básica da teoria é que o investimento em educação é o propulsor da mobilidade ocupacional, ou seja, os acréscimos na educação correlacionam-se positivamente com os rendimentos (SHULTZ, 1973).

Os adeptos da teoria do capital humano acreditam que, à medida que acontece investimento em capital humano, sobretudo em educação formal, diferenças na qualidade da mão de obra são vistas como diferenças em habilidades

cognitivas. Sendo assim, verifica-se uma relação direta entre habilidade cognitiva e produtividade da mão de obra, o que permite que a pessoa perceba maiores rendas (BECKER, 1993).

Desse modo, o capital humano é definido como:

A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento do próprio indivíduo. (SCHULTZ, 1973, p.52).

Nos anos de 1960, a preocupação com o crescimento econômico e a distribuição de renda incentivou as discussões sobre o capital humano. De um lado, a melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações da população e a maior acumulação de conhecimentos são reconhecidos como fatores importantes para o crescimento econômico; de outro, a alteração da distribuição do capital humano parece ser o método preferido para a eliminação tanto da pobreza quanto dos diferenciais de renda entre as diferentes classes sociais (BECKER, 1993).

Alguns autores, como Gary Becker, reformularam o modelo neoclássico tradicional, questionado por ser insuficiente para explicar o funcionamento do mercado de trabalho, sobretudo no que se refere à persistência das desigualdades da distribuição dos rendimentos, à pobreza, ao desemprego e às imperfeições que caracterizam o mercado. Essa teoria centrou sua análise no poder explicativo das variáveis escolaridade e experiência no trabalho como forma de determinar diversos níveis de rendimento individuais. Dessa forma, as empresas estão dispostas a pagar mais aos trabalhadores com maior nível educacional, já que estes apresentam um maior produto marginal.

Mincer relacionou em sua função salário, o logaritmo natural do salário com o investimento em capital humano (anos de estudo e experiência), mostrando que o capital humano determina o rendimento do trabalho de acordo com a produtividade do indivíduo. Conforme aumenta a educação do trabalhador, ele se torna mais produtivo e tem um salário maior, e, quando adquire experiência, também aumenta a produção, tornando-se melhor remunerado. As análises do capital

humano privilegiam o lado da oferta e as características individuais do agente na determinação de suas oportunidades no mercado de trabalho, bem como de sua renda. Assim, são as variações no capital humano dos indivíduos que vão determinar sua ocupação e seu rendimento.

Lima (1980) faz uma crítica endógena à teoria do capital humano, em que as relações pretendidas ocorre para casos especiais e não para o caso geral. Em contraposição à teoria do capital humano, tem-se a teoria da segmentação (ou mercado dual). Lima (1980), entre outros autores, explica que a crítica do capital humano se deu por meio de estudos americanos que mostraram que a relação positiva entre educação e renda depende muito pouco do aumento de habilidade cognitiva. A teoria da segmentação estabelece uma forma alternativa de explicar a determinação do rendimento e a mobilidade ocupacional, ou seja, ao invés de enfatizar a educação na determinação da distribuição da renda, preocupa-se com o local em que a renda é gerada: o posto de trabalho.

A segmentação sugere um diferencial pelo tipo de ocupação que o indivíduo exerce, ou seja, é um lócus que permite a separação das pessoas entre os empregos de alta e baixa produtividade (bons e maus empregos, de mercado primário ou secundário), ou aqueles restritos às pessoas das classes dominantes e das classes periféricas. E, ainda, pode ser resultado de fatores históricos de construção de uma região (LIMA, 1980).

Desde a década de 1970, desigualdades persistentes no mercado de trabalho corroboram com a teoria da segmentação em substituição às ideias neoclássicas de equilíbrio. Diferentes enfoques dessa teoria tentam explicar as desigualdades existentes no emprego dentro das empresas. De um lado, treinamento, promoção da mão de obra e diferentes critérios de recrutamento e, por outro lado, diversas formas e condições de trabalho associada a níveis específicos de salários.

O dualismo no mercado de trabalho, pelo lado da demanda, é influenciado pelo tipo da empresa e pela característica do emprego. O mercado de trabalho, de acordo com Lima (1980), pode ser dividido em dois segmentos, primário e secundário, os quais são definidos segundo as características dos postos de trabalho. O mercado primário é caracterizado por salários relativamente altos, empregos estáveis, produtividade alta, existência de promoção ocupacional dentro das próprias firmas, oferecimento de treinamento na própria empresa (on -the-job

training), promoção por tempo de serviço. Os empregos, nesse mercado, estão ligados às empresas grandes, oligopolistas e com alta relação capital/produto e podem ser divididos em primário dependente e independente. O segmento primário dependente ou rotineiro compreende as ocupações da linha de produção direta de bens e serviços, atividade de escritório e serviços burocráticos, transporte e de comunicação; já o primário independente ou criativo é composto por ocupações de gerência, supervisão administrativa e financeira. Nesse segmento, as atribuições da mão de obra se voltam para a iniciativa, a criatividade e a liderança (CACCIAMALI, 1978).

De forma oposta, o mercado secundário é formado por trabalhadores com qualificação e treinamento mínimo, apresentam salários relativamente baixos, más condições de trabalho, baixa produtividade, níveis relativamente altos de produtividade e desemprego e os trabalhadores quase não têm oportunidade de aumentarem sua renda por promoção. Os empregos secundários estão concentrados em pequenas firmas competitivas que não geram lucros suficientes para promoverem programas de qualificação da mão de obra e obterem tecnologia moderna (LIMA, 1980). As características históricas desses trabalhadores impedem alterações em suas condições de trabalho ou de salário, tendo em vista o preconceito social contra esse segmento.

Cacciamali (1978) expõe as barreiras do mercado dual de trabalho. A primeira barreira consiste na seleção para certas funções que exigem requisitos específicos dos trabalhadores. A segunda compreende os mecanismos de promoção internos às empresas, o que resulta em um empecilho para mobilidade da mão de obra. Aliado a isso, características como sexo, cor, experiência no serviço, escolaridade e idade determinam em qual segmento (primário ou secundário) o trabalhador se insere. Os homens com maior nível de estudo, experiência profissional e maior status socioeconômico obterão os melhores empregos do primário, em contraposição, homens e mulheres menos favorecidos pela sociedade são inseridos no segmento secundário.

Três correntes teóricas sustentam a teoria da segmentação do mercado de trabalho. Para Doeringer e Piore (1971), são as características pessoais dos trabalhadores, como cor, sexo, experiência no emprego, escolaridade, que determinam o tipo de mercado a que estão alocados. Essa corrente leva em consideração o potencial em treinamento e participação em mercados internos para

a obtenção de melhores rendas e mobilidade ocupacional, ou seja, enfatiza uma dimensão da estratificação do mercado de trabalho baseada no lado da oferta de trabalho.

Uma segunda vertente de pensamento é encontrada nos trabalhos de Barry Bluestone, Bennet Harrison e de Thomas Vietorisz apud Lima (1980). Essa corrente preocupa-se com o comportamento da estrutura industrial, isto é, com as características dos empregos, das firmas e da interação entre eles. Ao invés de se preocupar com os defeitos dos trabalhadores do mercado secundário, enfatiza as características da demanda de mão de obra que podem ser responsáveis pela segmentação. Além disso, afirma que a concentração capitalista resulta no dualismo tecnológico (centro oligopolista caracterizado por progresso técnico e as firmas da “periferia” caracterizadas pela estagnação tecnológica), e reforça a segmentação do mercado de trabalho.

A última linha de abordagem, desenvolvida por Gordon, Reich e Edwards apud Lima (1980), enfoca as diferentes classes sociais e suas consequências para a segmentação do mercado de trabalho. A adoção de novas técnicas implica em diferentes segmentos do mercado de trabalho, os quais são resultados de um processo histórico que permite a um certo grupo o controle dos meios de produção, a determinação da taxa de acumulação do capital e a diferença das participações de capital e trabalho no produto final.

Para essa corrente, o dualismo no mercado de trabalho tem raízes na evolução histórica do capitalismo americano. Até 1880, o capitalismo era competitivo, os produtos apresentavam um grau de diferenciação muito pequeno, implicando em uma certa homogeneidade da mão de obra. Porém essa tendência foi interrompida entre 1890-1920, o capitalismo passou a ser monopolista-concorrencial, o qual acabou gerando um dualismo no mercado de trabalho. Acrescido a isso, tem-se o preconceito de cor e sexo, o que ressalta ainda mais o processo de segmentação.

Na visão de Lima (1980), o mercado de trabalho não é homogêneo e existe uma segmentação em posições ocupacionais. Os salários resultam das relações envolvidas nas categorias profissionais, ou seja, as diferentes remunerações são determinadas pelo poder de barganha e não são determinados diretamente como na teoria neoclássica (equilíbrio da oferta e demanda por trabalho). Ainda de acordo com o autor, as empresas são moldadas por valores

sociais e culturais, que podem facilitar ou criar barreiras às oportunidades de trabalho, diferenciando os membros da força de trabalho.

A teoria do capital humano aponta que os indicadores da produtividade dos indivíduos são a escolaridade e a experiência (usando a idade como proxy). A teoria da segmentação leva em consideração o tipo de ocupação que a pessoa exerce.

A segmentação ocupacional é um processo cujos determinantes vão além dos limites da oferta de trabalhadores, isto é, há desvantagens históricas que se intensificam em momentos de crise econômica. O conceito de segmentação, muitas vezes, confunde-se com a discriminação, ou seja, a discriminação é causada por características não produtivas, como por exemplo, sexo, cor e outras variáveis originadas por valores sociais. A discriminação é caracterizada quando duas pessoas são igualmente produtivas, mas têm acesso diferenciado aos postos de trabalho (KON, 2006).

A existência da discriminação ocorre quando um grupo de indivíduos que tem habilidade, educação, treinamento e produtividade igual recebe rendimentos diferentes ou tratamento diferenciado devido à cor, sexo, etnia, sem que essas características tenham efeito sobre sua produtividade (RAMOS, 2007). Jacinto et al. (2002) definem dois tipos de discriminação: a de cunho salarial, ou seja, embora os trabalhadores sejam igualmente produtivos e ocupem os mesmos postos de trabalho, recebem diferentes salários; a outra forma de discriminação tem caráter alocativo, caracterizada por trabalhadores igualmente produtivos terem diferentes oportunidades de ocupar postos de trabalho com elevada produtividade. Ambas podem ser apontadas como fatores que contribuem para a situação persistente de discriminação do perfil ocupacional no Brasil.

Ehrenberg e Smith (2000) identificam três formas de discriminação no mercado de trabalho. A primeira é a discriminação pessoal, cujo empregador, empregados ou consumidores preferem não se relacionar com pessoas de uma determinada cor ou sexo, o que provoca uma perda de rendimento para a classe discriminada. A segunda é a discriminação estatística, a qual pode haver preferências sistemáticas por um grupo sobre outros com idênticas características mensuráveis. E, por último, a discriminação por poder de monopólio, que enfatiza a característica de que a cor ou sexo é utilizado para dividir a força de trabalho.

Após expor, de maneira breve, o debate teórico, cabe explicitar sobre a trajetória do mercado de trabalho, a situação da desigualdade de renda e a distribuição dos rendimentos e, por fim, apresentar os trabalhos que tratam dos grupos ocupacionais no Brasil.

1.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O BRASIL

1.2.1 Antecedentes e Atualidade do Mercado de Trabalho no Brasil

O ponto de partida histórico para compreender o mercado de trabalho brasileiro é o sistema colonial. Para Mello (1990), a colonização no Brasil, em grande parte, teve por objetivo realizar um excedente, lucro que, protegido pelo monopólio inerente ao pacto colonial, era uma forma de acumulação e expansão capitalista dos centros metropolitanos. De fato, houve dois tipos de colonização no país, a de exploração, ocorrida no Norte e Nordeste e de povoamento, na Região Sul. Assim, essas formas coloniais, tiveram amplos reflexos na formação social brasileira. A formação de um mercado de trabalho é condição indispensável para a existência do modo de produção capitalista. No Brasil, essa formação, na sua forma capitalista, tem como data marcante o ano de 1888, com a abolição dos escravos, sendo um processo complexo e regionalmente diferenciado no Brasil.

A economia brasileira no início do século XIX até 1888 baseava-se no trabalho escravo, era organizada pela produção de artigos tropicais (café, açúcar e algodão) para o mercado europeu, não existindo até 1888 formas alternativas de organização desta produção além da mencionada. Kowarick (1994) e Mello (1990) ressaltam a abolição do tráfico de escravos como um marco inicial da transição para o trabalho livre, o qual, no final do século XIX, era um obstáculo à acumulação de capital.

Theodoro (1998) examinou a nova conformação do perfil da ocupação da força de trabalho. Os postos de trabalho, antes ocupados pelos escravos, foram substituídos pelos imigrantes europeus, financiados pelo governo. A substituição, no Brasil, da mão de obra escrava pelos imigrantes começou 30 anos

antes da abolição ocorrida em 1850. Furtado (1970) salienta que os escravos livres não foram adaptados ao trabalho assalariado, além disso, era uma população difícil de ser recrutada devido à dispersão nas áreas territoriais, não possuíam hábitos de uma vida familiar e a ideia de acumulação de riqueza era inexistente.

Os ex-escravos se juntaram aos homens livres e libertos nas atividades dedicadas à economia de subsistência. No entendimento de Theodoro (1998), o nascimento do mercado de trabalho, ou seja, o crescimento do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado por um crescente número de trabalhadores no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas.

Nesse contexto histórico, com a abolição dos escravos, observou-se uma marginalização dos negros e descendentes e sua exclusão do mercado de trabalho. Como consequência, o mercado de trabalho brasileiro teve um posicionamento desfavorável aos negros, devido à forma de inserção desigual na estrutura de classe, no que se refere à renda, escolaridade e ocupação.

A transição para o trabalho livre ocorreu de forma heterogênea, ou seja, apresentou significativas diferenças regionais, consolidando um novo cenário para o mercado de trabalho nacional, concentrando, na região Centro-Sul, a indústria nascente e maior dinamismo da produção cafeeira. O estudo de Kowarick (1994, p. 92) conclui que 92% dos trabalhadores industriais na cidade de São Paulo eram estrangeiros e, no Rio de Janeiro, a participação de imigrantes nesse setor era de 43%, no início do século XX, resultando assim, no desenvolvimento do comércio, da indústria e uma grande massa de proletariado nessas cidades. De forma contrária, nas regiões menos desenvolvidas como no Nordeste, a imigração teve um caráter residual. Nesse início de século, o Nordeste apresentava uma economia estagnada em virtude da queda da produção e venda de seus principais produtos, encontrando até mesmo uma situação de subemprego e exclusão de grande parte da mão de obra.

Nos anos de 1930, com a crise do setor exportador, a indústria passou a ser a base da economia, marcando o início de grandes transformações sociais e econômicas. Pochmann (2006) esclarece que, nesse período, houve a regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil.

Nessa perspectiva, destaca-se que o perfil da distribuição de renda no país foi, historicamente, concentrador de renda. Desde os princípios da colonização, a produção na forma de plantation, isto é, mão de obra escrava,

latifúndios e produtos voltados para a exportação, caracterizou a construção da exclusão social. Esse perfil concentrador e de exclusão está relacionado com as estratégias de desenvolvimento da sociedade brasileira em momentos distintos, inclusive com a aceleração industrial a partir de 1930. Furtado (1970) afirma que a concentração de renda não é derivada de um governo particular e sim da forma como se consolidou a industrialização do Brasil. Langoni (1973) acrescenta que o aumento da desigualdade está diretamente relacionado com os desequilíbrios de mercados característicos do processo de desenvolvimento.

A consolidação da indústria nacional teve como um de seus instrumentos a inflação, sendo esta caracterizada por um efeito negativo para a sociedade e concentradora de renda. A industrialização, até meados de 1980, foi vinculada ao Estado, redundando em seu perfil de concentradora de renda inerente a este modelo.

A distribuição espacial da industrialização foi determinada pelo processo histórico. A concentração industrial ocorreu na Região Sudeste, principalmente em São Paulo, uma vez que, no início da industrialização, o Estado tinha um mercado consumidor e de capital devido à cafeicultura. A partir do processo industrial, as regiões brasileiras passam a se integrar, e essa integração resultou em uma nova divisão inter-regional do trabalho, sendo tipicamente centro e periférica, ou seja, a região Sudeste polarizando as demais. Com essa maior integração entre as regiões, houve deslocamentos populacionais internos no país, os quais geraram uma série de fatores de atração e de expulsão regionais, que resultaram em emigração considerável do Nordeste para o Centro-Sul (KON, 1995).

Pochmann (2006) aponta que as décadas de 1930-1980 foram marcadas pela estruturação do mercado de trabalho¹ e expansão do emprego assalariado formal. Em outras palavras, o autor afirma que a presença de taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução na participação relativa do desemprego, das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta-própria possibilitaram a

¹ Por estruturação do mercado de trabalho compreende-se aqui a predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais representadas fundamentalmente pelo emprego assalariado regular e regularizado (POCHMANN, 2006, p. 123).

incorporação crescente de parcela da população economicamente ativa (PEA) ao estatuto do trabalho brasileiro.

Mesmo com os sinais positivos da estruturação do mercado de trabalho, permaneciam os problemas, como a informalidade, desigualdades nos rendimentos, subemprego entre outros. Contudo, essa situação do mercado de trabalho ocorreu simultaneamente com a consolidação de um projeto de industrialização nacional e a institucionalização do estatuto do trabalho, assegurando, assim, um crescimento do emprego no ritmo da expansão da população ativa [Oliveira (1999); Theodoro (1998)].

A partir dos anos de 1980, as ocupações geradas tornaram-se mais precárias, houve uma desaceleração na queda das ocupações do setor primário, o setor industrial deixou de ter a maior contribuição relativa no total das ocupações e ocorreu um inchamento no setor terciário. Além disso, é importante ressaltar o crescimento do emprego assalariado sem carteira assinada, acompanhado da ocupação por conta-própria. Conforme discutido em Pochmann (2006), Dedecca (1999) e Cardoso Jr. (1990), esse contexto acarretou significativas mudanças, provocando uma ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho iniciada em 1930.

A abertura comercial e financeira, ao longo dos anos 1990, teve impactos sobre o nível de empregos no setor industrial, os quais, normalmente são considerados como de melhor qualidade e maior remuneração. O processo de aceleração das mudanças tecnológicas fez-se necessário para que houvesse uma reestruturação produtiva, e uma das conseqüências foi a modernização das empresas e dos serviços. Além disso, o aumento nas ocupações de serviços foi ainda superior ao das categorias de ocupações industriais e de transportes (KON, 2006).

Na década de 1990, a desestruturação do mercado² de trabalho tornou-se mais evidente. Trata-se de uma década em que houve maior incremento do setor informal, precarizado e terceirizado (RAMOS e FERREIRA, 2006). Outro detalhe a ser destacado foi o aumento do desemprego e do dessalariamento, como conseqüência da contenção dos empregos com registro em relação ao total da

² Desestruturação do mercado de trabalho é a manifestação do setor não organizado do mercado de trabalho urbano, cujas formas principais de ocupação são heterogêneas, que não pertencem, sobretudo, às organizações tipicamente capitalistas, administração pública e empresas estatais, geralmente peculiares das economias desenvolvidas (POCHMANN, 2006, p. 123).

ocupação. Para Kon (1999) essa década apresentou uma nova tecnologia da informação que redefiniu os processos de trabalho, o nível de emprego, a estrutura ocupacional e, muitas vezes, reforçou a informatização e o aumento da heterogeneidade das relações de trabalho.

Cardoso Jr. (2007) analisa o primeiro quinquênio dessa década, e descreve que em cada dez ocupações geradas duas eram assalariadas contra oito não assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três ocupações sem remuneração. Essa situação, para o autor, gerou um movimento de dessalariamento em virtude da eliminação dos empregos com registros.

A implantação do Plano Real, em 1994, apresentou de início uma relativa estabilidade monetária e crescimento econômico, que resultaram em aumentos da ocupação e da renda. Em um segundo momento, a política econômica alicerçada na âncora cambial, favoreceu a abertura econômica iniciada nos anos 1980 e 1990, reforçando o estímulo às importações, gerando um posicionamento defensivo dos setores produtivos, os quais, em conjunto, implicaram na reorganização da produção interna e no baixo crescimento econômico na segunda metade dos anos 1990. Essas mudanças tiveram efeitos negativos sobre a evolução do emprego e apresentaram uma baixa geração de postos de trabalho [Ramos E Ferreira (2006); Dedecca (1999)].

Mais detidamente, Cardoso Jr. (2007) atenta para a necessidade de discernir a existência de momentos distintos no mercado de trabalho, os quais refletiam o comportamento da conjuntura macroeconômica, como juros internacionais altos e câmbio sobrevalorizado. Assim sendo, o autor ressalta o período compreendido entre 1995 e 1998, marcado por uma deterioração do mercado de trabalho nacional, aumento do desemprego, elevado crescimento da informalidade, desproteção previdenciária, piora nos níveis de rendimento e de sua distribuição. Essa situação repercutiu no segmento industrial, contribuindo para o avanço da precarização das relações de trabalho, acarretando uma menor contratação de trabalhadores com carteira assinada, aumentos de ocupações terceirizadas, que agregavam, segundo Maranhão (2008), ocupações típicas de desemprego disfarçado, com baixa produtividade e remuneração.

Cardoso Jr. (2007) aponta os anos entre 1999 a 2003 como de recuperação do mercado de trabalho, ou seja, arrefecimento das relações de deterioração que vinham ocorrendo. Essa recuperação foi decorrente da

desvalorização cambial e de um cenário internacional favorável. Montagner (2009), Ramos (2007) e Pochmann (2006) observam um importante movimento de recuperação do nível das ocupações no setor industrial nesse período, mesmo com um ritmo de crescimento econômico inferior ao verificado na economia mundial. Ramos (2007) descreve o aumento do emprego formal na década de 2000, porém o nível de desemprego e a taxa de informalidade ainda persistiram em um patamar bastante elevado

Para o autor podem ser elencados cinco principais prováveis fatores para a recuperação do emprego formal, a partir dos anos 2000, sobretudo após a crise energética de 2001 até 2005. O primeiro fator foi o aumento e diversificação do crédito interno para incentivar os investimentos e aumentar o nível de ocupação. A segunda fonte foi o aumento de desconcentração do gasto social, que se deu pelo aumento em gastos como saúde, educação e transferência de renda, para melhorar a vida dos indivíduos. Como terceiro fator, tem-se a diversificação e expansão do saldo externo, que resultaram em reflexos positivos para o mercado de trabalho. A quarta fonte foi a consolidação do regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas (SIMPLES), a qual reduziu a carga tributária e ampliou as reduções formais. Por último, obteve-se uma maior eficácia das ações de intermediação de mão de obra e de fiscalização das relações e condições de trabalho nas empresas.

Um ponto a ser destacado é a retomada do crescimento do número de ocupados no setor industrial. Montagner (2009) evidencia que no período entre 2003 e 2007, foram gerados mais de dois milhões de postos de trabalho nesse setor, sendo 620 mil no complexo metal mecânico. O setor de serviços passou a representar 37% das ocupações, cujo crescimento esteve centrado no setor de serviços de apoio a empresas, serviços de informática, nos transportes, comunicação, serviços financeiros.

Portanto, nos anos 2000, o desempenho do mercado de trabalho nacional tem apresentado um comportamento diferenciado do verificado nos anos 1990, segundo a literatura especializada [Baltar (2009); Ramos (2007); Cardoso Jr (2007); Pochmann (2006)] e grande parte dos estudiosos verificam uma tendência de reorganização do mercado de trabalho, uma retomada do crescimento do emprego assalariado formal, crescimento concomitante das ocupações industriais, aumento das contribuições previdenciárias dos sem carteira, continuidade do

movimento de terciarização, uma política de valorização do salário mínimo e uma recuperação tímida dos rendimentos do trabalho restritos a algumas ocupações.

1.2.2 Evolução da Desigualdade de Renda e Distribuição dos Rendimentos no Brasil

A despeito da recuperação do mercado de trabalho e dos rendimentos, o Brasil destaca-se pela elevada desigualdade da distribuição de renda. No entender de Hoffmann (2001) e Cacciamali (2001) a explicação dessa desigualdade deve-se à formação e evolução econômico-social das colônias de Portugal.

Furtado (1970) examina a concentração de renda nas colônias açucareiras e as consequências da abolição dos escravos para a questão da desigualdade de renda. A posse da terra, desde o início da colonização, foi marcada pelo elevado grau de concentração e por violências na expropriação de terras ocupadas. Cacciamali (2001) mostra que a base do poder econômico, persistente até as primeiras décadas do século XX, refletiu em uma estrutura de poder político concentrado, autoritário e paternalista, que se manteve no país até a segunda Grande Guerra, recortado por breves períodos de maior participação política.

Cacciamali (2001) aponta as especificidades regionais sobre esta questão. O processo de industrialização iniciou-se no final do século XIX na região Sudeste, que representava o polo dinâmico da economia, centro da economia exportadora, devido ao cultivo e à exportação do café. Esta é a região que passou a ser maior beneficiária do processo de crescimento econômico que se estabeleceu no país nos anos 1930 e de maneira mais acelerada e persistente após os anos 1950.

Diversos estudos tentam explicar as causas da desigualdade de renda brasileira. A revisão bibliográfica, de modo geral, sobre esta questão mostra que, entre 1960 e 1970, o Brasil experimentou um aumento da concentração de renda quando comparado com outros países [Ferreira E Souza (2008); Bonelli e Ramos (1993); Hoffmann e Duarte (1972)]. É importante destacar que, apenas após o Censo Demográfico de 1960, passaram a existir estatísticas sistematizadas para o estudo do tema.

Bonelli e Ramos (1993) evidenciam que pesquisas sobre desigualdade de renda, anteriores a 1970, eram centradas na distribuição de salários da indústria. Informações estatísticas do Censo de 1970 revelam aumento significativo na desigualdade de renda nacional nos anos de 1960, indicando um crescimento do índice de Gini de 0,50 para 0,57. O aumento no grau de concentração da distribuição da renda foi mais acentuado nas regiões mais industrializadas. Ferreira e Souza (2008) e Hoffmann (1983) enfatizam que embora o aumento da desigualdade na década de 1970 tenha sido inferior ao dos anos de 1960, a distribuição da renda ao longo dos anos de 1970 foi ainda mais concentrada.

Langoni (1973), em uma de suas investigações da década de 1970, apontou a educação como a variável que mais contribuiu para o aumento da desigualdade entre os anos de 1960 e 1970. O autor ressalta a teoria do capital humano para defender a relação entre educação e renda e conclui que a desigualdade aumentou em função de uma maior demanda por trabalhadores qualificados ao longo do processo de crescimento econômico, não acompanhadas de um crescimento da oferta no mesmo ritmo, provocando, assim, uma expansão dos diferenciais de rendimentos a favor da mão de obra qualificada. Além disso, o autor afirma que mudanças na força de trabalho por região, no setor econômico, sexo e, especialmente, na escolaridade contribuíram para a elevação da concentração da renda nesse período. Esse diferencial de qualificação profissional estaria contribuindo para o aumento das diferenças nos rendimentos, principalmente, na região Sudeste. Lima (1980) faz uma crítica a teoria do capital humano, em que as relações pretendidas ocorre para casos especiais e não para o caso geral.

Em contraposição, Fishlow apud Alvarez (1996) ressalta o fato de que Langoni não levou em consideração a posse de riqueza prévia, que é uma variável correlacionada com a variável educação. O autor aponta uma interpretação divergente ao afirmar que o aumento do rendimento mínimo pode gerar formas de elevar os demais rendimentos e promover uma melhor distribuição de renda. Para este autor, foi a política econômica, no período de 1964 e 1967, que criou obstáculos para o crescimento do salário mínimo. Tal fato ocorreu devido aos reajustes abaixo da inflação do salário mínimo e salário base das diferentes categorias profissionais. Ainda dentro dessa perspectiva, Hoffmann (1983) defende a ideia de que a política econômica refletida no mercado de trabalho foi o principal motivo para o diferencial de rendimentos.

Nesse mesmo contexto, outro aspecto importante a ser considerado foi o modelo de desenvolvimento concentrador de renda, fundamentado no processo de substituição de importações. Conforme aborda Lacerda (1994), o rápido crescimento da economia brasileira provocou um processo de concentração desigual entre estratos de renda e diferenciais entre regiões, entre área urbana e rural.

Sob a ótica de Tavares e Serra (1973) a concentração de renda no período foi em virtude da repressão do Estado às reivindicações trabalhistas e ao controle financeiro e tecnológico do capitalismo internacional. A concentração seria mais uma consequência da crise do dinamismo da indústria com o esgotamento do processo de substituição de importações.

Ao lado disso, faz-se necessário observar o maior crescimento relativo do coeficiente de Gini nas regiões Sul e Sudeste nos anos compreendidos entre 1960 e 1970. Já na década posterior, esse índice apresentou maior notoriedade nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O Nordeste registrou o maior crescimento relativo dos rendimentos médios ao longo dos anos 1970 e 1980. Tal fato ocorreu porque a base dos rendimentos médios, em 1960 era muito pequena, além de alguns estados terem recebido o impacto de maior industrialização e de modernização do setor terciário na década seguinte. Os mesmos argumentos, exceto pelo impacto da industrialização, que não atingiram significativamente essas regiões, são válidos para explicar o comportamento do índice de Gini nas regiões Centro-Oeste e Norte (CACCIAMALI, 2001).

Nos anos de 1980, a perda do dinamismo econômico provocou uma deterioração do perfil distributivo brasileiro. Essa deterioração se agravou mais a partir da segunda metade da década, com o crescimento da inflação, sucessivos planos de ajustes e políticas salariais adotadas no período, ou seja, foi uma alavanca de transferência de renda a favor dos estratos mais altos da distribuição. Além dos fatores listados, a instabilidade e a perda de produtividade da economia brasileira também corroboraram para essa transferência e observou-se aumento dos ocupados em atividades com baixo salário.

Barros (1997) mostra que a educação explica entre 35% e 50% da desigualdade nos anos de 1980, enquanto Barros e Mendonça (1995), ao analisarem a segmentação do mercado de trabalho nacional, constatam que o mercado dual foi responsável por significativos diferenciais de rendimentos. Para os autores, as práticas discriminatórias geraram remunerações diferentes entre

trabalhadores igualmente produtivos, baseadas em características não produtivas, tais como sexo, posse de carteira de trabalho, entre outras variáveis. Eles acrescentam ainda que os trabalhadores sem carteira assinada ganhavam uma porcentagem menor em relação aos que possuíam carteira assinada. No que tange à discriminação por gênero, explicitam que os homens, em média ganhavam 42% a mais que as mulheres.

Os anos 1990 tiveram uma dinâmica diferente da distribuição de renda apontada nas décadas anteriores. Dedecca (2002) evidencia que mudanças na distribuição da renda se deram em um ambiente de aumento do nível de ocupação na década de 1970, e, mesmo com a crise dos anos de 1980, houve uma recuperação das taxas de ocupação, em contraposição do ocorrido em 1990.

Neri et al. (2000) apontaram que entre 1990 e 1992, a renda caiu de forma acentuada, mas afetou, principalmente os mais ricos (-11,8% contra -4,4% ao ano dos 50% mais pobres). Diferentemente, entre 1990 e 1992, houve aumento da renda apenas entre os mais ricos (12,8% contra -1,6% ao ano dos mais pobres), implicando, com isso, forte aumento da concentração de renda. A inflação conseguiu ser controlada com a implantação do Plano Real em 1994, repercutindo de forma positiva nos estratos mais pobres da população quanto à ampliação do poder de compra de suas rendas.

Com maior notoriedade, de 1997 a meados de 1999, o mercado de trabalho nacional sinalizou dificuldade na geração de postos de trabalho suficientes para absorver a oferta de mão de obra, implicando, assim, aumento da taxa de desemprego aliada a uma trajetória declinante dos rendimentos. No entanto, houve uma recuperação dos rendimentos acompanhada de progressos distributivos pós Plano Real.

Quando se examina a literatura sobre a desigualdade de renda do trabalho, verifica-se um declínio desde 1995, mais acentuado no período de 2001 a 2004 (SOARES, 2006). A evolução favorável da distribuição de renda na segunda metade da década de 1990 ocorreu juntamente com um processo de deterioração do mercado de trabalho marcado pela informalidade e pelo desemprego (DEDECCA, 2002).

Barros et al. (2006) investigaram as causas da desigualdade de renda per capita, por meio de estimações contrafactuais para o período de 2001-2004. Os resultados desse estudo apontam que a educação contribuiu para 1/3 da

desigualdade da renda salarial. Com relação à idade, observa-se que o jovem entra mais tarde no mercado de trabalho, o que faz com que tenha uma diminuição das desigualdades salariais, porém essa contribuição não é significativa, uma vez que ocorre de forma lenta. A segmentação de gênero para os referidos autores, não foi um dos determinantes da queda de desigualdade de renda per capita. No ano de 2004, a remuneração das mulheres, com as mesmas características produtivas dos homens, foi 70% inferior. Cabe destacar que, entre 1993 e 2001, houve uma redução da discriminação por gênero, porém, de 2001 a 2004, observa-se uma alta modesta.

Um dos fatores que apresentam maior importância na queda de desigualdade de renda recente foi a remuneração do trabalho. Para Barros et al. (2006), se todos os trabalhadores tivessem a mesma remuneração, mais de 60% da desigualdade em renda familiar per capita seria eliminada. Essa elevada contribuição tem origem na elevada participação da renda do trabalho na renda total das famílias e das grandes diferenças de remuneração existentes entre os trabalhadores. Por exemplo, a remuneração média dos 20% mais bem remunerados é 17 vezes a dos 20% mais mal remunerados. Soares (2006), no intuito de contribuir com o debate, decompõe o índice de Gini no período de 1995-2004 e conclui que $\frac{3}{4}$ da queda da desigualdade de renda no país deve-se à diminuição do diferencial de salários, sendo $\frac{1}{4}$ atribuídos aos programas de transferência de renda. As análises de Hoffmann (2005), ao decompor o Gini, revelam resultado semelhante ao de Barros et al. (2006), em outras palavras, 66,5% da queda da desigualdade brasileira foi em virtude do diferencial de rendimento no mercado de trabalho e a parcela restante deve-se aos programas de transferência de renda.

Aliado a isso, trabalhos de Barros et al. (2006) apontam, para o período compreendido entre 2001 e 2004, uma queda da desigualdade de renda (coeficiente de Gini declinou 4%, passou de 0,593 para 0,569), porém não foi a maior quando comparada com outras reduções nos últimos 30 anos. Dados estatísticos mostram, além dessa, duas outras grandes quedas, na primeira o índice de Gini declinou 7% no período de 1976-1981 e a segunda ocorreu no triênio 1989-1992, reduzindo 8% o coeficiente. A Nota Técnica do IPEA (2006) conclui que essa queda levou a uma percepção dos mais pobres estarem vivendo em um país com uma alta taxa de crescimento econômico, enquanto os 20% mais ricos tiveram a impressão de estarem em um país estagnado.

Dadas essas considerações, um aspecto relevante, na visão de alguns estudos, entre eles, IPEA (2006), são as desigualdades de renda geradas pelo mercado de trabalho. Os autores elencam algumas formas dessa desigualdade, uma delas é a discriminação de rendimentos por gênero e cor. Há um consenso na literatura nacional que a remuneração da mão de obra feminina, no Brasil e em suas regiões, é inferior à masculina, ainda que as mulheres tenham, em média, maior nível de escolaridade. Por mais que essa tendência tenha sido arrefecida, ainda não foi superada (CACCIAMALI e BATISTA, 2009).

Um segundo ponto elencado é a discriminação por cor. Cabe notar que o diferencial de rendimento entre brancos e negros, embora siga uma trajetória de queda nos dias atuais, ainda apresenta disparidades consideráveis.

Corroborando com as afirmações do IPEA (2006), Ramos e Vieira (2001, p. 2-3) enumeram uma série de fatores que podem levar a um diferencial de rendimentos entre os indivíduos, os quais podem resultar em desigualdade de renda. Os fatores são:

a) salários distintos podem significar não mais que uma forma de compensação por diferenças não-pecuniárias entre os postos de trabalho disponíveis na economia (como, por exemplo, insalubridade, riscos de acidente, ambiente de trabalho etc.) ocupados por trabalhadores com igual potencial produtivo. Essas diferenças na remuneração são denominadas diferenciais compensatórios e estão associadas à heterogeneidade dos postos de trabalho; b) as diferenças de salário podem também ser provenientes da heterogeneidade dos trabalhadores no que se refere aos seus atributos produtivos, entre os quais vale destacar, por normalmente se revelarem de maior importância, a educação e a experiência. Nessa situação o mercado de trabalho estaria traduzindo, com possível atenuação ou amplificação, essa heterogeneidade dos trabalhadores em dispersão salarial; c) o mercado de trabalho pode estar remunerando de forma distinta trabalhadores que são, a princípio, igualmente produtivos, sem base em nenhum critério explícito ou tangível. Quando isto ocorre, dizemos que os diferenciais daí derivados se devem à segmentação existente nesse mercado; e d) o mercado pode estar remunerando distintamente trabalhadores igualmente produtivos com base em atributos não-produtivos (como cor e sexo, por exemplo) (RAMOS E VIEIRA, 2001, p.2-3).

No entanto, os autores concluem que o mercado de trabalho tanto gera como revela desigualdades. Diferentes remunerações, como forma de compensar diferenças não pecuniárias entre postos de trabalho ou como decorrência de dotações desiguais de qualificações, servem principalmente para

revelar diferenças de qualidade entre postos de trabalho e trabalhadores respectivamente. Contudo, ao remunerar diferenciadamente indivíduos que possuem, a princípio, um mesmo potencial produtivo e que trabalham em postos de trabalho similares, tanto via segmentação quanto sob a forma de discriminação, o mercado está funcionando como um gerador de desigualdade.

No que diz respeito à evolução dos rendimentos do trabalho, Cardoso Jr. (2007), descreve uma ligeira elevação dos rendimentos médios reais de todas posições ocupacionais entre 1995-1998, com exceção dos trabalhadores por conta-própria e dos empregadores. Ao passo que, entre 1998 e 2004, os rendimentos ocupacionais de todas as posições sofreram uma queda em termos reais. E, após 2004, apresenta-se uma leve recuperação dos rendimentos das posições, as quais aconteceram de formas diferenciadas.

O autor aponta que os rendimentos aumentaram mais nas ocupações de renda baixa e nos empregos sem carteira do que nos de carteira assinada. E são nessas ocupações informalizadas que existem as maiores diferenças de rendimento. Houve uma recuperação do poder de compra dos salários, favorecida pela estabilidade da economia nos anos 2000, e maior geração de empregos, pela formalização dos contratos de trabalho.

Baltar (2009) e Dedecca (2009) argumentam que existe uma grande diferença de salário, porém, entre 2004 e 2007, houve uma elevação do rendimento favorecida pela maior estabilidade da economia, recuperação do poder de compra do salário, maior geração de empregos, pela formalização dos contratos de trabalho, pelos melhores reajustes das categorias profissionais e pela valorização do salário mínimo. Apesar desse progresso, vale ressaltar que 68,5% dos empregados, em 2007, ainda ganhavam menos que dois salários mínimos.

Outro ponto a ser considerado é a valorização do salário mínimo. A partir de dados da Pnad de 2004-2007, é possível observar o aumento do salário mínimo de 29% ou 8,9% ao ano. Baltar (2009) ressalta que, embora em 2006 e 2007 muitas categorias profissionais tiveram reajustes nominais de salário maiores que a inflação, nenhum grupo teve reajuste salarial parecido com o do salário mínimo, implicando, assim, na melhora da distribuição dos rendimentos.

Souza et al. (2009) descrevem a renda do trabalho principal e concluem que foi o componente de maior importância no rendimento domiciliar da população no período de 2003 a 2006. Essa participação foi mais elevada na Região

Centro-Oeste, em média, 79,2%, seguida pelas Regiões Norte (78,9%), Sudeste (73,3%) e Sul (73,2%). O Nordeste registrou a mais baixa participação, em média 67,4% da renda domiciliar per capita, valor inferior ao registrado pelo Brasil (73,1%).

Entre 2002 e 2003, os autores expõem a tendência de queda da renda do trabalho principal no Brasil e em todas as regiões, enquanto houve uma recuperação dos rendimentos nos anos seguintes, os quais apresentaram altas taxas de crescimento, principalmente no ano de 2006, exceto na região Centro-Oeste. Em geral, entre 2004 e 2007, a renda real média registrou taxas de crescimento significativas em todas as regiões. Nessa perspectiva, o país teve um aumento de 5,07%, o maior aumento foi na Região Nordeste (6,43%), seguido do Norte (5,85%), Sul (4,39%) e Sudeste (4,82%). Ao analisar a concentração dos rendimentos mais atentamente, segundo as macrorregiões, um aspecto relevante é a concentração de renda mais acentuada nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. As maiores quedas relativas à desigualdade, no período em análise, ocorreram na região Sul e Sudeste (SOUZA et. al., 2009).

Em resumo, o rendimento do trabalho colaborou em todo o período para reduzir a disparidade de renda nas Regiões Centro-Oeste, Norte, Sul e Sudeste. Na Região Nordeste isso ocorreu apenas em 2003 e 2004, uma vez que, em 2005 e 2006, a razão de concentração desse componente foi maior que o índice de Gini, colaborando, assim, para elevar a desigualdade de renda nessa região.

1.2.3 Grupos Ocupacionais: Evidências para o Brasil

A partir dos anos 1990, a educação passou a ser uma variável clássica nos estudos sobre os fatores determinantes da desigualdade de rendimentos. De fato, não se pode negar a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação, porém diversos estudos buscam outras explicações para a desigualdade de rendimento, enfatizando o papel das ocupações [Flori e Menezes Filho (2008); Maia (2006); Quadros (2004)].

Tuma (1987) juntamente com o Dieese elaboraram uma pesquisa voltada a descobrir o efeito da política salarial criada em 1964 sobre os demais rendimentos no Brasil por meio de 81 categorias profissionais, abrangendo os anos

entre 1964 e 1972. A pesquisa revela que os reajustes salariais implementados de 1965 a 1974 implicaram em queda de 27% do poder de compra dos salários. No entanto, para os trabalhadores da indústria de transformação, verifica-se queda dos rendimentos de 1964-1967 e uma recuperação em 1968. Outro fator revelado no final dos anos 1960 e início da década de 1970 reporta-se ao crescimento insignificante dos rendimentos da mão de obra não qualificada e semi qualificada, em contraposição, resultado muito distinto foi obtido para a mão de obra qualificada e profissionais ligados aos postos de gerências.

No que tange ao leque de remunerações, a autora ressalta o crescimento do rendimento dos profissionais que ocupam níveis mais elevados da estrutura hierárquica a taxas proporcionalmente mais elevadas que os demais níveis, indicando, para o período em questão, uma distribuição da renda em favor das classes altas e médias.

Kon (1995) descreve o aumento das taxas de crescimento das pessoas ocupadas nos anos 1960 a 1980, evidenciando que ocorreu de forma diferenciada entre os grupos ocupacionais, com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho em uma tendência histórica no país. Outra mudança consiste em um crescimento dos ocupados nos grupos de ocupações técnicas, científicas e administrativas, isto é, que exigem maior qualificação da mão de obra nas décadas de 1960 e 1970. Ainda nos anos de 1970, observa-se uma expansão de indivíduos ocupados na indústria e no comércio. A fase de crescimento das atividades econômicas e o aumento do consumo interno resultante da elevação da massa salarial, entre outros fatores, contribuíram para o aumento de trabalhadores em atividades ligadas aos serviços. Por outro lado, a autora ainda ressalta a diminuição da população ocupada no setor primário, cuja mão de obra dirigiu-se para as ocupações urbanas.

Barros (1997) analisa evidências sobre a relação entre a inserção ocupacional e as desigualdades do rendimento dos trabalhadores com baixa escolaridade (4 anos de estudo). Envolvendo dados estatísticos da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) dos anos de 1983 a 1993 para a Região Metropolitana de São Paulo, o estudo agrupa as ocupações em 19 categorias ocupacionais³.

³ Para maiores informações sobre o agrupamento das ocupações ver Barros (1997)

Por meio de uma regressão do logarítmo salário contra a idade e o sexo de cada trabalhador, o autor identifica uma elevada desigualdade interna dos rendimentos do grupo de comerciantes por conta própria. Isso pode ser pensado pelas diferenças salariais por gênero e idade, uma vez que, controladas essas duas variáveis, a heterogeneidade desse grupo se torna semelhante aos demais grupos ocupacionais.

Dedecca (2002) aborda a estrutura ocupacional e a nova dinâmica de absorção da mão de obra a partir dos anos 1990. O estudo aponta resultados não positivos para o aumento do perfil de qualificação da mão de obra, implicando, assim, na desigualdade. Esse ensaio adotou a construção de agrupamento de ocupações⁴ a partir da escolaridade, tempo de serviço e remuneração para os segmentos industriais metal-mecânico, químico e alimentício.

Por fim, o autor ressalta que, a partir de 1992, é observada uma queda do rendimento real em todos os segmentos e agrupamento de ocupações. Esse comportamento desfavorável reforçou a desigualdade dos ganhos de produtividade obtidos no período.

Kon (2004) realizou uma pesquisa voltada a contribuir com a análise do perfil ocupacional brasileiro em relação à cor e ao gênero, agregando os microdados da PNAD em categorias ocupacionais no ano de 1999. Segundo esta análise, quase totalidade da população ocupada é composta por brancos e pardos (95%) e os negros representam apenas 5,5%. As mulheres, em todas as cores, estão mais presentes nas ocupações de escritório e serviços, em contraposição, a participação feminina no grupo Dirigente, embora crescente, é menos significativa. Em relação à escolaridade constatou-se maior escolaridade feminina, apesar de não corresponder à remuneração.

Ainda de acordo com esta autora, as atividades ligadas às categorias ocupacionais do setor primário independente e rotineiro, na área da produção de bens e serviços e administrativas, eram as que mais concentravam trabalhadores da cor branca e amarela.

Flori (2007) fez uma comparação do rendimento em cada grupo de ocupação nos anos de 1984 e 2001 para as regiões metropolitanas. Resultados dessa investigação implicam em aumento do rendimento em todas as categorias

⁴ Para maiores informações sobre o agrupamento das ocupações ver Dedecca (2002).

ocupacionais em 2001, exceto os trabalhadores dos serviços administrativos, permanecendo estes com o mesmo nível de rendimento. Os profissionais das ciências e das artes é o grupo ocupacional com rendimentos mais elevados entre os dois anos da análise. Apesar dos trabalhadores de serviços apresentarem o maior aumento relativo ao rendimento neste período, eles são os de menor rendimento por hora. Assim, parte deste aumento salarial pode ser devido ao incremento educacional ocorrido entre os trabalhadores desse grupo.

O autor ainda expõe a relevância em analisar a variação da renda dentro de cada ocupação, para observar se esses aumentos de rendimentos foram em virtude do crescimento dos rendimentos dos mais ricos ou dos mais pobres. Nessa perspectiva, o estudo conclui:

Dirigentes, profissionais das ciências e das artes e trabalhadores da produção têm a diferença entre os mais ricos e os mais pobres aumentada em 2001, o que significa que o crescimento salarial médio verificado deve-se ao enriquecimento dos mais ricos (ou empobrecimento dos mais pobres). Entre os técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores dos serviços essa diferença é reduzida, ou seja, o salário dos mais pobres aumenta (ou dos mais ricos diminui). Os técnicos de nível médio e os trabalhadores dos serviços são os que apresentam a maior redução relativa entre 1984 e 2001, o que demonstra que os mais pobres dessa ocupação passam a ser menos pobres (ou os mais ricos passam a ser menos ricos) (FLORI, 2007, p. 28).

Entretanto, em um enfoque mais específico, o estudo ao comparar o rendimento de homens e mulheres em 1984 e 2001, aponta que a única ocupação que a força de trabalho feminina ganha mais é a de técnico de nível médio. Na ocupação dos trabalhadores de serviços, essa diferença vem sendo reduzida, porém o maior diferencial dos rendimentos em relação ao gênero está na ocupação de profissionais das ciências e das artes.

Outro aspecto relatado pelo autor foi a distribuição do número de pessoas empregadas em cada ocupação. Verifica-se uma maior proporção de empregados nas profissões ligadas ao grupo ocupacional de trabalhadores de serviços e uma menor proporção entre os dirigentes. Em relação à escolaridade, o estudo conclui uma queda na faixa de 00 a 04 anos de estudo e aumento do grupo de 09 a 11 anos de estudo para todos os grupos ocupacionais.

Quadros (2004) elaborou um trabalho sobre diferencial de rendimento entre gênero e cor no Brasil para os anos de 1992 a 2002. Este buscou examinar a estrutura ocupacional individual definida por grupos ocupacionais⁵ por meio da classificação das ocupações com a situação na ocupação. De uma forma geral, homens e mulheres brancas são a maioria nas ocupações de rendimentos mais altos, em contraposição, os homens negros são mais percebidos nos grupos ocupacionais de rendimento baixo, restando para as mulheres negras os níveis mais inferiores. Outra contribuição do estudo revela níveis superiores de rendimento e mais significativos do grupo ocupacional da classe média assalariada.

Maia (2006) analisa a distribuição do rendimento do trabalho principal no mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1981 a 2005, destacando as transformações ocorridas nos grupos ocupacionais⁶. Segundo o autor, a desigualdade é mais elevada entre os trabalhadores agrícolas e menos desigual nas classes dos trabalhadores assalariados não agrícolas, em que os 10% mais ricos apropriam-se de uma parcela dos rendimentos apenas 1,2 vezes superior à dos 40% mais pobres, contra uma média de 4,5 dos ocupados brasileiros. O estudo ainda aponta que a desigualdade aumentou, sobretudo, entre os trabalhadores das classes dos empregadores, profissionais autônomos e trabalhadores agrícolas por conta-própria.

Evidências de Maia (2006) destacam o significativo aumento da participação dos ocupados com baixo rendimento em todas as classes ocupacionais. Os grupos ocupacionais de maior prestígio social são os grupos mais desiguais. Embora os primeiros grupos proporcionem melhores oportunidades no mercado de trabalho, estão restritos a poucos ocupados desses grupos, o que corrobora para seus elevados índices de concentração dos rendimentos.

Com o intuito de investigar a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres na Região Sudeste e Nordeste em 2001, Soares e Oliveira (2004) fizeram uma análise por ocupações para mostrar que os diferenciais de rendimento não ocorrem somente em função do sexo, mas das características de inserção das mulheres no mercado de trabalho, isto é, concentradas em ocupações que exigem pouca qualificação e de baixa remuneração. Observaram, nessas duas regiões, que as ocupações femininas estão mais presentes em atividades

⁵ Para maiores informações sobre o agrupamento das ocupações ver Quadros (2004)

⁶ Para maiores informações sobre o agrupamento das ocupações ver Maia (2006).

específicas, como: atividades de escritório, prestação de serviços de estética, hotelaria e alimentação, comércio, emprego doméstico, saúde, educação, vestuário, decoração e outros. No que se refere ao diferencial de rendimento, a disparidade é marcante entre as duas regiões e são nas ocupações ligadas à educação que as mulheres do Nordeste têm seus rendimentos mais próximo aos das mulheres no Sudeste.

Em suma, faz-se necessário recuperar as principais ideias abordadas. No mercado de trabalho, existem postos de trabalho heterogêneos e desigualdades nos rendimentos. Dessa forma, a teoria do capital humano enfatiza uma relação positiva entre educação e renda, ou seja, a existência de diferentes qualidades na força de trabalho explicaria os diferenciais de salários. Em contraposição às ideias do capital humano, tem-se a teoria da segmentação, que, ao invés de enfatizar a educação na determinação da distribuição da renda, preocupa-se com o local em que a renda é gerada, ou seja, o posto de trabalho. Essa teoria mostra que o mercado de trabalho é dual, o qual pode ser dividido em dois segmentos, primário e secundário, que são definidos pelas características dos postos de trabalho.

Além disso, deve-se levar em consideração o processo histórico de conformação do mercado de trabalho brasileiro, que delineou uma estrutura ocupacional em que alguns indivíduos são alocados caracteristicamente em determinadas ocupações e destaca-se um perfil de distribuição de renda concentrador de renda e excludente.

Considerando o desempenho do mercado de trabalho ao longo dos anos 2000, notam-se alguns aspectos positivos, especialmente uma tendência de reorganização do mercado de trabalho pela retomada do crescimento do emprego assalariado formal, pela política de valorização do salário mínimo, pela queda da desigualdade de renda e pela expansão tímida dos rendimentos.

Esses acontecimentos no mercado de trabalho indicam que estudos sobre as ocupações são importantes e, sendo assim, este trabalho avança nas análises do perfil ocupacional e de rendimento.

2 METODOLOGIA

2.1 BASE DE DADOS

O presente estudo tem por base as informações coletadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A PNAD tem periodicidade anual desde 1971, sendo interrompida por ocasião dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Trata-se de um levantamento anual, realizado por meio de uma amostra dos domicílios, que abrange todo o país. A pesquisa é feita por meio da aplicação de questionários em domicílios selecionados no mês de setembro de cada ano. A divulgação dessas informações é fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através de CD-ROM anual. Este foi usado na elaboração do banco de dados para este trabalho, do ano de 2002 até 2007.

O procedimento metodológico adotado pelo IBGE implica que cada pessoa da amostra represente um determinado número de pessoas da população. Os dados individuais desse trabalho são fornecidos com o peso ou fator de expansão de cada indivíduo, que permite que os dados sejam elaborados ponderando-se cada observação pelo respectivo peso.

De acordo com as notas metodológicas do IBGE (2007), classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período de referência, tinham trabalho durante todo ou parte desse período e, ainda, as pessoas com trabalho remunerado e que estavam afastadas temporariamente nessa semana por algum motivo (férias, por exemplo). Definiu-se “ocupação” como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa. As ocupações foram especificadas segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO).

Consideram-se rendimentos de trabalho aqueles decorrentes dos pagamentos brutos mensais aos empregados, empregadores e conta própria advindos do trabalho principal. O trabalho principal é o trabalho único que a pessoa de dez ou mais anos de idade teve no período da pesquisa (semana de referência da PNAD), impondo-se outros critérios para casos especiais. A estrutura ocupacional, por posição na ocupação, segundo a PNAD (2007), é definida por:

- Empregados assalariados (com carteira assinada e sem carteira assinada) – entende-se por empregado a pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração;
- Trabalhadores domésticos (com carteira e sem carteira);
- Militares e estatutários;
- Empregadores – são as pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, possuindo um ou mais empregado; e,
- Conta própria – considera-se nessa categoria a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, não sendo obrigado a cumprir uma jornada de trabalho previamente estabelecida. Não possui empregado e pode ou não ter ajuda de trabalhador não remunerado.

Os dados da PNAD são considerados de boa qualidade, com credibilidade e aplicação em diversos trabalhos científicos. Hoffmann (1988, p. 215), todavia, destaca que a principal causa de suas limitações está na subestimação das rendas, “[...] a subdeclaração dos rendimentos, especialmente dos mais elevados”. A PNAD traça ainda um panorama da situação mais recente do país em termos de seus aspectos socioeconômicos, permitindo fazer uma comparação das variáveis com base nas estratificações por região de análise; neste caso, as macrorregiões brasileiras, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

2.2 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Para analisar o comportamento das ocupações no Brasil e em suas macrorregiões, neste estudo, foram incluídos na amostra apenas os indivíduos que se declararam ocupados no setor urbano e eram economicamente ativos nos anos de 2002 a 2007. Foram excluídas da amostra as pessoas com idade inferior a 16 anos ou superior a 65 anos, os indígenas e o trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e da construção para o próprio uso.

As ocupações são divididas em seis grupos⁷: Dirigentes (DIR), Profissionais das Ciências e das Artes (PCA), Técnicos de Nível Médio (TMED), Trabalhadores de Serviços Administrativos (SADM), Trabalhadores dos Serviços (SERV), Trabalhadores da Produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção (TPROD).

Para traçar o perfil ocupacional nas macrorregiões brasileiras, realizou-se uma análise descritiva através da caracterização das ocupações em termos de: 1- identificações pessoais (gênero, cor, escolaridade e faixa etária); 2- rendimento; 3- posição na ocupação e condição da ocupação. Em relação à cor, consideram-se brancos e não brancos (amarelo, negro e pardo). Os grupos de escolaridade são definidos como: não qualificados, de 0 a 4 anos de estudo e de 5 a 8 anos de estudo, e como qualificados, de 9 a 11 anos de estudo e de 12 ou mais anos de estudo. O perfil etário divide-se em faixa etária 1 (de 16 a 24 anos), faixa 2 (25 a 39 anos) e faixa 3 (40 a 65 anos). O rendimento segue a divisão em classes de renda: classe E até R\$ 768,00, D de 768,00 a R\$ 1.064,00, C de 1.064,00 a R\$ 4.591,00, AB acima de R\$ 4.591,00.

Neste estudo, utilizou-se um deflacionamento para a renda do trabalho com base no IGP-DI para o ano de 2002, para permitir a sua comparação ao longo do tempo. Os valores acima são das classes de renda para 2007 e, para os outros anos, os valores foram deflacionados.

As posições na ocupação são: empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria. Por fim, a condição na ocupação considera, como trabalhador formal, os empregados e trabalhadores domésticos com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários e, como trabalhador informal, os empregados e trabalhador doméstico sem carteira assinada, conta própria e empregador. As amostras são compostas da seguinte forma para o Brasil e suas regiões:

⁷ O anexo A traz a composição dos grupamentos ocupacionais da CBO da PNAD. A PNAD sugere a decomposição das ocupações em nove grupos, no entanto, neste estudo, optou-se por retirar os trabalhadores agrícolas e membros das forças armadas.

Tabela 1 – Composição da amostra na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indivíduos ocupados	14.015	14.094	14.998	15.225	15.993	15.954
Ocupação (%)						
Dirigentes (DIR)	7,67	7,36	7,14	7,53	8,42	7,10
Prof. Ciências e Artes (PCA)	8,15	8,15	8,00	8,49	9,68	9,40
Técnicos de Nível Médio (TME)	8,68	9,20	8,56	8,01	8,87	8,20
Serviços Administrativos (SADM)	10,85	11,02	10,95	11,81	11,24	11,68
Trab. dos Serviços (SERV)	36,76	36,79	38,07	38,19	37,16	37,05
Trab. da Produção (TPROD)	27,90	27,47	27,28	25,97	24,63	26,57
Gênero (%)						
Homem	56,43	56,37	54,90	54,82	55,18	55,13
Mulher	43,57	43,63	45,10	45,28	44,82	44,57
Escolaridade (%)						
00 a 04 anos de estudo	25,08	23,07	22,02	20,67	18,67	19,02
05 a 08 anos de estudo	32,55	31,86	32,66	31,02	29,35	29,73
09 a 11 anos de estudo	27,02	28,20	28,51	45,28	32,11	30,97
Acima de 12 anos	15,35	16,87	16,80	17,98	19,88	20,28
Cor (%)						
Branços	46,93	45,41	44,76	45,97	45,41	42,74
Não Brancos	53,07	54,59	55,24	54,04	54,59	57,26
Faixa Etária (%)						
16 a 24 anos de idade	22,94	21,76	22,59	21,77	21,30	20,44
25 a 39 anos de idade	44,41	44,86	43,66	43,49	43,79	43,20
40 a 65 anos de idade	32,65	33,37	33,76	34,72	34,88	36,35
Rendimento (%)						
Classe AB	3,86	1,95	2,54	2,69	3,97	3,85
Classe C	10,53	14,65	14,80	17,52	20,14	21,31
Classe D	8,01	9,67	10,26	10,77	11,84	12,68
Classe E	76,95	73,71	72,39	69,03	64,02	62,12
Posição na ocupação (%)						
Empregado	74,36	75,25	75,30	76,06	75,68	74,97
Empregador	5,43	4,98	4,99	5,25	5,50	4,86
Conta Própria	20,21	19,78	19,70	18,68	18,83	20,17
Condição (%)						
Formal	45,97	47,78	47,08	49,67	50,45	50,24
Informal	54,03	52,22	52,92	50,10	49,55	49,76

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007

Tabela 2 – Composição da amostra na Região Norte, 2002 a 2007.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indivíduos ocupados (%)	13.775	13.886	14.627	15.383	15.739	15.557
Dirigentes (DIR)	5,47	5,09	5,18	5,05	5,29	5,10
Prof. Ciências e Artes (PCA)	5,62	5,46	6,55	6,30	7,15	7,38
Técnicos de Nível Médio (TME)	10,33	9,30	9,62	9,18	9,31	9,64
Serviços Administrativos (SADM)	8,73	9,25	8,92	9,21	9,73	9,76
Trab. dos Serviços (SERV)	40,23	40,69	40,83	41,45	40,38	39,97
Trab. da Produção (TPROD)	29,62	30,21	28,90	28,81	28,13	28,15
Gênero (%)						
Homem	58,15	58,04	58,07	57,65	57,33	57,12
Mulher	41,85	41,96	41,92	42,35	42,67	42,38
Escolaridade (%)						
00 a 04 anos de estudo	27,79	26,64	23,84	23,88	20,80	20,98
05 a 08 anos de estudo	34,27	33,40	32,81	31,88	30,56	30,19
09 a 11 anos de estudo	28,54	30,03	32,40	33,09	35,70	34,85
Acima de 12 anos	9,42	9,93	10,98	11,15	12,94	13,35
Cor (%)						
Branços	28,79	27,75	26,91	26,77	27,44	27,05
Não Brancos	71,21	72,26	73,08	73,23	72,58	72,85
Faixa Etária (%)						
16 a 24 anos de idade	23,92	23,23	22,88	22,09	20,88	22,05
25 a 39 anos de idade	44,64	44,99	45,60	46,41	45,64	44,89
40 a 65 anos de idade	31,45	31,89	31,54	31,51	33,46	33,06
Rendimento (%)						
Classe AB	0,90	0,91	0,86	1,00	1,35	1,48
Classe C	8,74	8,92	11,00	11,83	14,12	16,13
Classe D	6,08	6,49	8,47	8,75	10,01	10,90
Classe E	84,28	83,67	79,68	78,43	74,50	71,50
Posição na ocupação (%)						
Empregado	69,09	70,04	70,36	70,93	70,05	71,47
Empregador	3,92	3,78	3,96	3,82	3,55	3,77
Conta Própria	26,98	26,19	25,67	25,24	26,39	24,77
Condição na ocupação (%)						
Formal	35,92	37,64	38,40	49,67	50,45	40,73
Informal	64,08	62,36	61,58	50,13	49,55	59,27

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Tabela 3 – Composição da amostra na Região Nordeste, 2002 a 2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indivíduos ocupados (%)	31.435	31.233	32.943	34.675	35.495	35.553
Dirigentes (DIR)	5,29	5,08	5,09	5,44	5,47	4,88
Prof. Ciências e Artes (PCA)	6,43	6,07	6,28	6,24	7,04	6,69
Técnicos de Nível Médio (TME)	10,15	10,05	10,02	9,89	9,88	10,19
Serviços Administrativos (SADM)	8,46	9,16	9,10	9,10	9,69	9,69
Trab. dos Serviços (SERV)	41,73	42,26	42,12	41,95	41,43	41,54
Trab. da Produção (TPROD)	27,94	27,38	27,39	27,37	26,49	27,01
Gênero (%)						
Homem	55,74	55,69	55,05	55,09	54,57	54,79
Mulher	44,26	44,32	44,97	44,92	45,44	45,21
Escolaridade (%)						
00 a 04 anos de estudo	32,44	30,44	28,73	27,15	23,75	24,25
05 a 08 anos de estudo	29,41	29,21	29,12	28,57	28,85	28,26
09 a 11 anos de estudo	27,42	29,11	29,95	32,14	33,59	33,55
Acima de 12 anos	10,75	11,26	12,18	12,12	13,80	13,93
Cor (%)						
Branços	32,48	31,23	31,85	32,26	30,87	31,72
Não Brancos	67,51	68,79	68,16	67,72	69,11	68,29
Faixa Etária (%)						
16 a 24 anos de idade	22,75	21,95	21,52	21,92	20,16	20,76
25 a 39 anos de idade	43,89	44,23	44,04	43,35	43,90	43,68
40 a 65 anos de idade	33,36	33,81	34,46	34,72	35,95	35,56
Rendimento (%)						
Classe AB	0,71	0,79	0,90	1,01	1,38	1,36
Classe C	6,40	7,15	8,13	8,75	11,07	10,90
Classe D	4,71	5,36	5,49	6,09	7,29	7,89
Classe E	88,17	86,70	85,46	84,15	80,26	79,85
Posição na ocupação (%)						
Empregado	69,06	69,10	70,08	70,06	71,99	71,78
Empregador	4,06	3,61	3,56	3,79	3,80	3,07
Conta Própria	26,89	27,28	26,38	26,16	24,20	25,14
Formal	37,5	38,53	38,38	38,73	42,16	41,27
Informal	62,11	61,49	61,61	61,26	57,86	58,73

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Tabela 4 – Composição da amostra na Região Sul, 2002 a 2007.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indivíduos ocupados (%)	20.876	21.118	22.238	22.477	22.697	22.436
Dirigentes (DIR)	7,35	7,83	7,76	8,29	8,08	7,89
Prof. Ciências e Artes (PCA)	8,06	8,67	8,45	9,01	8,96	8,95
Técnicos de Nível Médio (TME)	9,25	9,39	8,78	9,21	9,63	9,66
Serviços Administrativos (SADM)	10,38	10,88	11,53	11,21	11,68	10,96
Trab. dos Serviços (SERV)	31,37	31,16	30,99	30,36	31,48	30,89
Trab. da Produção (TPROD)	33,60	32,08	32,49	31,92	30,17	31,65
Gênero (%)						
Homem	56,28	55,56	55,20	55,09	54,57	55,32
Mulher	43,72	44,44	44,80	44,91	45,43	44,68
Escolaridade (%)						
00 a 04 anos de estudo	21,87	19,76	19,09	17,77	15,76	16,61
05 a 08 anos de estudo	33,12	32,09	31,62	30,61	30,96	30,34
09 a 11 anos de estudo	28,15	29,78	30,30	31,61	32,34	31,53
Acima de 12 anos	16,87	18,66	17,42	20,02	20,94	21,51
Cor (%)						
Branços	83,99	83,57	83,98	81,98	81,09	79,34
Não Brancos	15,99	16,43	16,02	26,10	18,92	20,67
Faixa Etária (%)						
16 a 24 anos de idade	21,63	20,98	20,83	20,69	19,56	19,73
25 a 39 anos de idade	41,23	40,55	40,95	40,24	40,40	39,9
40 a 65 anos de idade	37,14	38,47	38,23	39,08	40,05	40,38
Rendimento (%)						
Classe AB	1,55	1,65	1,94	2,13	2,46	2,66
Classe C	15,31	17,07	16,64	19,64	21,46	24,02
Classe D	10,81	12,19	11,15	13,28	14,73	15,38
Classe E	72,34	69,09	70,26	64,93	61,35	57,94
Posição na ocupação (%)						
Empregado	74,62	74,19	75,12	75,26	75,34	76,35
Empregador	5,87	5,97	6,11	6,22	5,91	5,57
Conta Própria	19,51	19,84	18,78	18,51	18,77	18,07
Condição na ocupação (%)						
Formal	54,21	54,46	55,42	56,01	56,06	57,36
Informal	45,79	45,54	44,58	43,99	43,94	42,64

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Tabela 5 – Composição da amostra na Região Sudeste, 2002 a 2007.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indivíduos ocupados (%)	41.114	40.257	41.781	43.694	45.110	44.070
Dirigentes (DIR)	6,99	6,70	6,35	6,91	6,77	6,43
Prof. Ciências e Artes (PCA)	8,61	9,22	8,74	9,03	9,34	9,51
Técnicos de Nível Médio (TME)	9,35	9,12	9,29	9,66	9,34	9,75
Serviços Administrativos (SADM)	11,33	11,61	11,79	11,90	11,68	11,90
Trab. dos Serviços (SERV)	34,66	34,79	35,19	34,25	35,59	34,36
Trab. da Produção (TPROD)	29,06	28,56	28,63	28,25	27,28	28,05
Gênero (%)						
Homem	56,72	56,10	55,52	55,87	54,99	55,13
Mulher	43,28	43,90	44,48	44,13	45,01	44,87
Escolaridade (%)						
00 a 04 anos de estudo	23,36	21,77	20,44	19,65	19,10	17,42
05 a 08 anos de estudo	30,24	29,41	28,84	27,58	27,30	26,75
09 a 11 anos de estudo	28,87	30,62	32,47	33,71	34,36	35,24
Acima de 12 anos	17,52	18,19	18,25	19,05	19,24	20,62
Cor (%)						
Branco	64,72	64,16	62,89	60,28	58,05	59,88
Não Branco	35,28	35,84	37,11	39,95	41,93	40,12
Faixa Etária (%)						
16 a 24 anos de idade	20,49	20,66	20,28	20,09	19,46	18,82
25 a 39 anos de idade	41,69	41,11	40,89	40,89	40,22	40,56
40 a 65 anos de idade	37,81	38,22	38,89	39,01	40,32	40,62
Rendimento (%)						
Classe AB	1,15	1,94	1,87	2,38	2,65	3,07
Classe C	13,28	16,64	17,50	18,95	19,91	23,67
Classe D	10,05	11,15	12,38	13,02	13,14	15,53
Classe E	75,53	70,26	68,27	65,65	64,30	57,73
Posição na ocupação (%)						
Empregado	74,62	75,44	76,61	76,01	76,91	76,35
Empregador	5,87	4,95	4,57	4,86	5,13	5,57
Conta Própria	19,51	19,60	18,82	19,13	17,96	18,07
Formal	52,52	53,13	53,85	54,16	54,79	56,96
Informal	47,48	46,87	46,15	45,84	45,21	43,02

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Tabela 6 – Composição da amostra no Brasil, 2002 a 2007.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indivíduos ocupados(%)	121.215	120.588	126.587	131.454	135.034	133.570
Dirigentes (DIR)	6,66	6,51	6,32	6,76	6,68	6,31
Prof. Ciências e Artes (PCA)	7,87	8,18	8,00	8,25	8,46	8,70
Técnicos de Nível Médio (TME)	9,50	9,37	9,32	9,48	9,47	9,70
Serviços Administrativos (SADM)	10,40	10,81	10,95	11,04	10,88	11,14
Trab. dos Serviços (SERV)	36,06	36,22	36,49	35,94	37,16	35,84
Trab. da Produção (TPROD)	29,51	28,91	28,92	28,53	27,34	28,31
Gênero (%)						
Homem	56,51	56,06	55,49	55,55	55,09	55,25
Mulher	43,49	43,94	44,51	44,45	44,91	44,75
Escolaridade (%)						
00 a 04 anos de estudo	25,36	23,59	22,24	21,21	19,90	19,04
05 a 08 anos de estudo	30,94	30,23	29,91	28,82	28,94	28,09
09 a 11 anos de estudo	28,29	29,91	31,30	32,76	33,70	33,93
Acima de 12 anos	15,38	16,27	16,55	17,22	17,45	18,93
Cor (%)						
Branco	57,78	57,02	56,35	54,86	50,18	53,77
Não Branco	41,22	43,01	43,65	45,16	49,82	46,23
Faixa Etária (%)						
16 a 24 anos de idade	21,53	21,22	20,95	20,82	20,06	19,69
25 a 39 anos de idade	42,44	42,15	42,07	41,84	42,26	41,58
40 a 65 anos de idade	36,03	36,63	36,98	37,35	37,69	38,71
Rendimento (%)						
Classe AB	1,36	1,60	1,62	2,00	2,30	2,62
Classe C	12,72	13,88	14,90	16,43	17,22	20,45
Classe D	8,74	9,53	10,53	11,22	11,36	13,43
Classe E	77,19	74,99	72,92	70,35	69,12	63,84
Posição na ocupação (%)						
Empregado	73,90	73,63	74,53	74,37	74,41	75,54
Empregador	4,90	4,78	4,61	4,83	4,79	4,27
Conta Própria	21,70	21,61	20,5	20,82	20,81	20,80
Condição na ocupação (%)						
Formal	51,75	49,05	49,47	50,04	49,51	52,25
Informal	48,26	50,98	50,54	49,97	50,49	47,75

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Utilizou-se um software estatístico (Stata) para mapear e fazer as interações (cruzamento) das informações pertinentes à pesquisa. Os resultados foram analisados por intermédio de instrumentos gráficos e tabulares que caracterizam os movimentos do mercado de trabalho em sua dinâmica ocupacional.

2.2.1 Modelo Econométrico de Mínimos Quadrados Ordinários: “Diferenças em Diferenças”

Para mensurar e analisar os efeitos das ocupações sobre o nível do rendimento, utilizou-se um modelo econométrico de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), denominado “Diferenças em Diferenças” e apresentado por Wooldridge (2001) e Nascimento (2008). Desse modo, espera-se identificar a variação na taxa de crescimento do rendimento do trabalho entre as ocupações para cada região brasileira.

O modelo é composto de três variáveis binárias:

Uma binária para diferenciar os grupos de tratamento e controle. A binária de tratamento, indicada por S_i , será igual a um para o grupo ocupacional de tratamento e zero para o de controle.

A binária P_i diferencia os períodos (2002-2004 e 2005-2007). Como não existe um ano específico de referência entre 2002 e 2007 para medir as alterações no rendimento do trabalho, optou-se pela avaliação gráfica. Os resultados indicaram 2002-2004 como o período mais apropriado para as mudanças de tendência nos grupos ocupacionais para o Brasil e suas regiões.

A binária denominada de S_iP_i representa o produto das binárias S_i e P_i . Logo, a estimação dos efeitos das ocupações sobre o nível de rendimento do trabalho pode ser obtida a valendo-se do seguinte modelo de regressão linear:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 S_i + \beta_2 P_i + \beta_3 S_i P_i + u_i$$

em que

Y_i é a variação da taxa de crescimento do rendimento do trabalho em cada ocupação na base 100 a valores de 2002.

S_i representa a binária definida como *zero* para a ocupação de controle e *um* para a ocupação do grupo de tratamento.

P_i representa a binária que é igual a *zero* no primeiro período (2002-2004) e *um* no segundo (2005-2007).

$S_i P_i$ representa a binária que é igual a *zero* no primeiro período (2002-2004) para os dois grupos e *um* no segundo (2005-2007), apenas para o grupo de controle.

α representa o intercepto.

β_1 β_2 β_3 são os parâmetros.

u_i representa o erro aleatório.

i indica um determinado ano.

A variável binária que indica o período (P_i) capta fatores agregados que afetam o rendimento do trabalho (Y_i) na base 100 em cada momento, mas com o mesmo efeito nos dois grupos ocupacionais (tratamento e controle). Já a binária que indica as ocupações (S_i) capta possíveis diferenças entre os grupos ocupacionais. Assim, o coeficiente da interação: $S_i P_i$, representado por β_3 , mostra a mudança, do primeiro para o segundo período, na diferença da variação da taxa de crescimento do rendimento do trabalho entre os grupos ocupacionais analisados.

2.2.2 Índice de Gini

Para investigar a concentração do rendimento do trabalho utilizou-se o Índice de Gini. Este índice é uma das medidas de desigualdade, e tem sido freqüentemente utilizado na análise da distribuição da renda. Para este estudo, levou-se em consideração a média do rendimento do trabalho principal dos grupos ocupacionais para o Brasil e suas macrorregiões no período de 2002 a 2007. De acordo com Hoffmann (2006), o índice de Gini pode ser calculado da seguinte maneira:

$$G=1-[\sum(\Phi_{i-1}+\Phi_i)/n]$$

Em que:

G é o coeficiente de Gini;

i são os estratos;

n representa o número de estratos da população e do rendimento;

Φ é o valor da proporção acumulada do rendimento até o estrato i .

O índice de Gini é um coeficiente expresso em percentual que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, indica maior concentração, e mais próximo de 0, menor concentração. O limite inferior de Gini corresponde à perfeita equidade, em que todos os indivíduos teriam igual rendimento e o limite superior representa o extremo oposto, ou seja, a total concentração.

3 A ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM REGIONAL

O objetivo desta seção é analisar o perfil dos ocupados para avaliar a situação do mercado de trabalho brasileiro de 2002 a 2007, considerando sua dinâmica ocupacional. Tenta-se caracterizar as ocupações no Brasil e em suas macrorregiões segundo as identificações pessoais (gênero, escolaridade, cor e perfil etário), a posição na ocupação e a condição na ocupação.

3.1 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE

O gráfico 1 mostra a evolução da participação percentual do número de ocupados em cada grupo ocupacional na Região Centro-Oeste de 2002 a 2007. Nota-se que o maior número de ocupados está entre os Trabalhadores dos Serviços (trabalhadores domésticos, garçons, vigias, cozinheiros, etc.)⁸, os quais passaram de 36,76% em 2002 para 37,05% em 2007, com uma taxa de crescimento de 0,13% ao longo do período. O menor percentual foi verificado no grupo Dirigentes (diretores

⁸ Ver detalhes no anexo A.

em geral, gerentes, dirigentes do poder público e outros) – 7,67% e 7,1% respectivamente – com uma variação negativa de 1,28%.

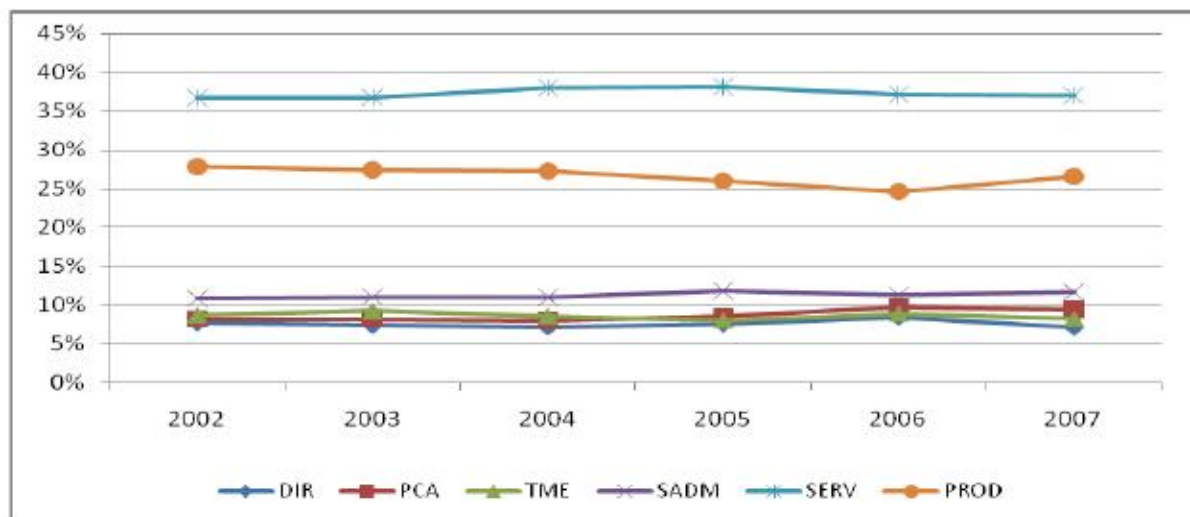


Gráfico 1 – Evolução da participação percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

*DIR (Dirigentes), PCA (Profissionais das Ciências e das Artes), TME (Técnico de Nível Médio), SADM (Serviços Administrativos), SERV (Trabalhadores do Serviço), TPROD (Trabalhadores da Produção).

Outro aspecto relevante é a redução do número de pessoas ocupadas no grupo de Técnicos de Nível Médio (técnicos químicos, programação, técnicos em geral, corretores, etc.), 0,94%, e Trabalhadores da Produção (vidraceiros, pintores, ajudantes de obras civis, marceneiros, montadores, mecânicos e outros), 0,81%. Evidenciou-se também um crescimento dos trabalhadores que compõem o grupo de ocupações denominado Profissionais das Ciências e das Artes (engenheiros, professores, médicos, dentistas, psicólogos, escritores, advogados e outros) em 2,41% e o grupo dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos (assistentes e auxiliares administrativos, telefonistas, recepcionistas, caixas, escriturários e outros) em 1,24%.

Em relação ao gênero, a proporção dos trabalhadores em cada grupo ocupacional está registrada no gráfico 2.

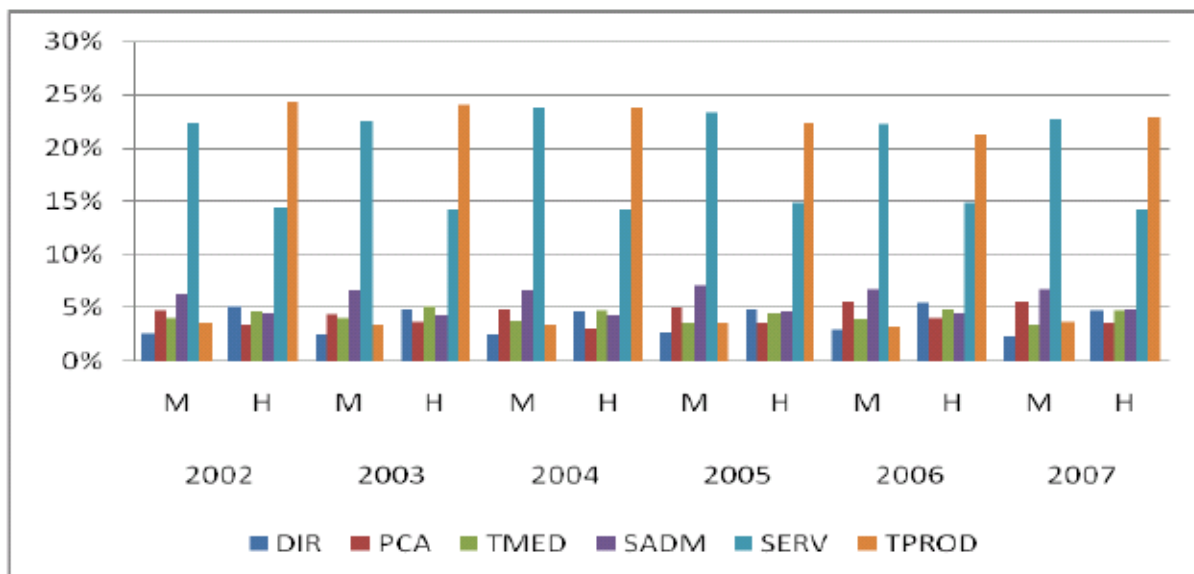


Gráfico 2 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Nesse contexto, duas são as considerações maiores a fazer ao longo dos anos analisados. A primeira diz respeito às ocupações de liderança e planejamento⁹, em que os Dirigentes são predominantemente homens (média de 4,9%), enquanto as mulheres representam, em média, 2,58% da força de trabalho. Por outro lado, ocorreu, entre 2002 e 2007, uma contração de 1,49% na taxa de participação dos Dirigentes femininos e de 1,18% na dos Dirigentes masculinos. Os Profissionais das Ciências e das Artes constituem um grupo em que predominam mulheres (média de 5,02% mulheres contra 3,5% homens); além disso, verificou-se um aumento significativo na força de trabalho feminina (2,74%) e de apenas 0,62% para os homens.

A segunda consideração refere-se às ocupações de execução. Houve um aumento da mão de obra feminina em todas essas ocupações, exceto entre os Técnicos de Nível Médio, para os quais se verificou uma redução de 2,87%, representando a maior queda de participação entre as ocupadas femininas. Os Técnicos de Nível Médio masculinos são em maior número, com uma média de 4,79%, e as mulheres, com 3,78%.

⁹ Consideram-se, como grupos de liderança e planejamento, os Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes. E, como grupos de execução, os Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, Trabalhadores dos Serviços e Trabalhadores da Produção.

As mulheres estão, em média, mais presentes no grupo denominado Profissionais das Ciências e das Artes, já mencionado, e nos grupos de Trabalhadores dos Serviços Administrativos (6,57% contra 4,51% dos homens) e dos Serviços (22,14% contra 14,49% de homens). Nesses dois últimos, a mão de obra feminina ocupada no período aumentou em 1,28% e 0,33%, respectivamente, enquanto a participação masculina cresceu no grupo Serviços Administrativos (1,18%) e retraiu-se no grupo Trabalhadores dos Serviços (0,17%).

A participação média dos trabalhadores, por escolaridade, é ilustrada no gráfico 3. O maior número de ocupados está nas faixas de 5 a 11 anos de estudo, mas o maior crescimento ao longo dos anos se deu na faixa acima de 12 anos de estudo (4,75%) e a maior queda no grupo de 0 a 4 anos (4,50%).

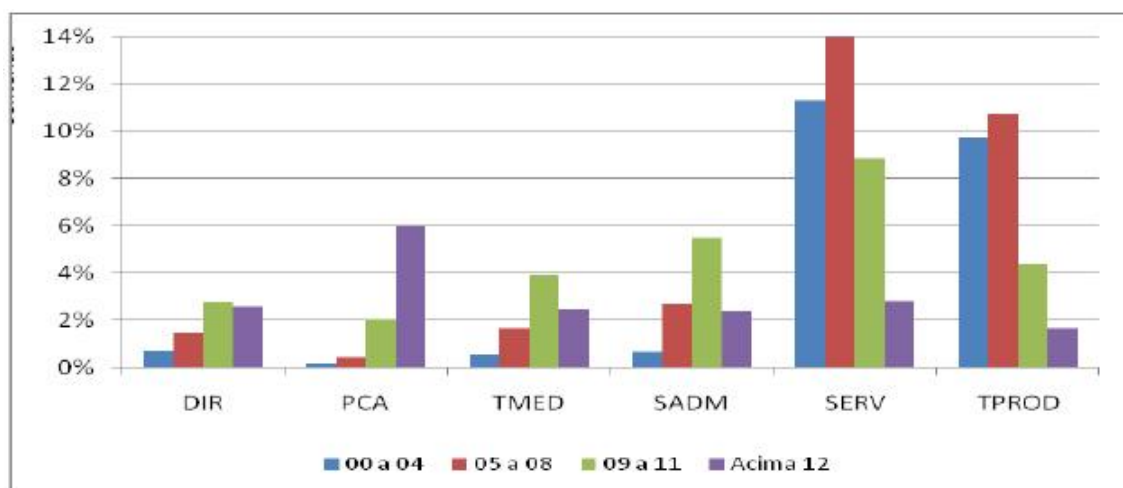


Gráfico 3 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os grupos Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes são mais qualificados, ou seja, possuem mais de nove anos de estudo, e estão em menor proporção nas faixas de 0 a 8 anos. Destaca-se o grupo Profissionais das Ciências e das Artes, o qual apresentou a maior média (5,97%) na faixa acima de 12 anos de estudo e as menores nas faixas de 0 a 4 anos de estudo (0,18%) e de 5 a 8 anos (0,45%).

Os grupos Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos, em média, estão mais presentes na faixa de 9 a 11 anos de estudo, com 3,90% e 5,47% respectivamente.

Os Trabalhadores dos Serviços e da Produção são considerados menos qualificados, ou seja, quando comparados com os outros grupos, apresentam a maior média de ocupados nas faixas entre 0 e 4 anos de estudo (11,31% e 9,73% respectivamente) e de 5 a 8 anos (14,09% e 10,70% respectivamente). Não obstante, esses grupos tiveram o maior crescimento de pessoas com 9 a 11 anos de estudo (Trabalhadores dos Serviços, 5,29%, e Trabalhadores da Produção, 5,10%) e dos ocupados acima de 12 anos de estudo (11,90% para os Trabalhadores dos Serviços e 13,87% para os Trabalhadores da Produção). Vale lembrar que esses grupos são em maior número de ocupados, mas reduziram-se ao longo dos anos.

Em relação à taxa de crescimento dos ocupados, nota-se o mesmo comportamento para todos os grupos ocupacionais entre 0 a 4 anos de estudo: tendência de queda na taxa. A maior redução ocorreu nos grupos mais qualificados (Dirigentes -7,07% e Profissionais das Ciências e das Artes -4,96%).

O gráfico 4 mostra a distribuição dos ocupados por diferentes grupos ocupacionais segundo a cor. A região possui uma maior proporção de trabalhadores não brancos (54,80%) quando comparada com a dos brancos (45,20%), e aqueles tiveram, ao longo da série, uma variação positiva de 1,26%, enquanto os brancos se retraíram 1,54%.

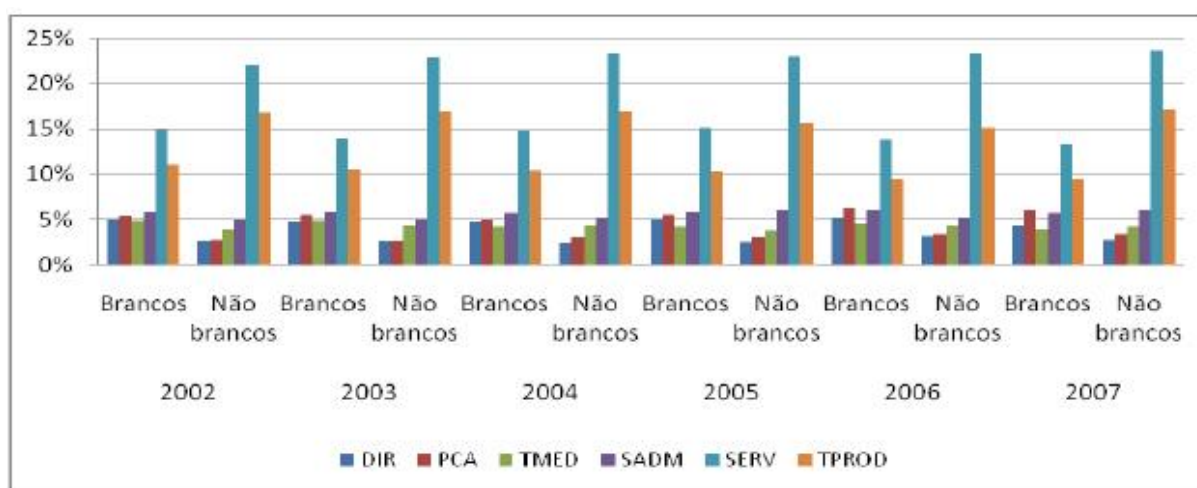


Gráfico 4 – Participação percentual do número de ocupados (%), segundo a cor, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Nos grupos Trabalhadores dos Serviços e da Produção, nota-se maior número de pessoas não brancas e uma maior expansão desta categoria de

peças entre esses grupos. Houve uma queda de 1,72% na taxa de participação da população branca no grupo Trabalhadores dos Serviços e 2,63% no grupo Produção.

Os indivíduos ligados às atividades mais qualificadas são majoritariamente brancos, porém, entre 2002 e 2007, os Dirigentes brancos tiveram sua participação reduzida em 2,52%, ao passo que a participação dos Profissionais das Ciências e das Artes aumentou 1,71% e a de não brancos, 3,62%.

O gráfico 5 evidencia a participação percentual média do perfil etário nos diferentes grupos ocupacionais. A maior média de trabalhadores ocupados é verificada na faixa de 25 a 39 anos de idade (43,8%), seguida da faixa de 40 a 65 anos (34,5%) e da de 16 a 24 anos (21,69%).

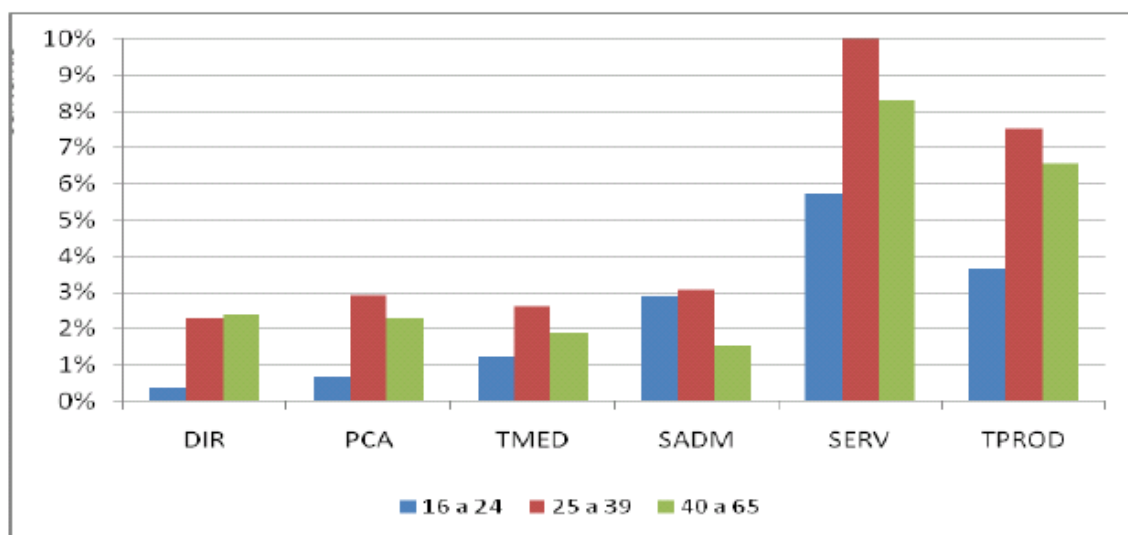


Gráfico 5 – Participação média do número de ocupados (%), segundo o perfil etário, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O grupo Dirigentes é mais representado entre os que têm 40 e 65 anos de idade, cresceu 0,27%. O grupo reduziu-se em 3,08% na faixa de 25 a 39 anos e em 0,38% na de 16 a 24 anos. Os outros grupos ocupacionais que possuem maior participação no perfil etário entre 25 e 39 anos são: o grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes com 2,91%, o dos Técnicos de Nível Médio com 2,62%, o dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos 3,07%, o dos Trabalhadores dos Serviços com 10,77% e os da Produção com 7,53%. Da mesma forma, todos os grupos estão em menor número no intervalo de 16 a 24 anos, exceto o dos

Trabalhadores dos Serviços Administrativos, que apresentam a menor média entre os de 40 a 65 anos de idade.

Constata-se para todas as ocupações, no período delimitado, que as taxas de crescimento se tornam positivas e crescentes ao se analisar a faixa etária de 40 a 65 anos, na qual o aumento ocorreu no grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes (3,39%), no dos Técnicos de Nível Médio (0,94%), no dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos (4,29%), no dos Trabalhadores dos Serviços (2,08%) e no dos Trabalhadores da Produção (1,13%). Em contrapartida, o grupo mais jovem (16 a 24 anos) cresceu apenas no grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes.

Os dados apresentados no gráfico 6 expõem a participação de cada grupo por posição na ocupação. Ao se analisar de forma mais específica o grupo dos Dirigentes, nota-se que estes ocupam, em média ao longo do período, a posição de empregadores (3,71%), seguindo-se o grupo dos empregados (3,64%) e o daqueles que trabalham por conta própria (0,025%). Os Dirigentes que trabalham por conta própria estão em menor número quando comparados com as outras ocupações, porém foi esta ocupação que mais se destacou entre todos os grupos, com crescimento de 25,98%, enquanto o grupo dos Dirigentes empregadores reduziu-se em 2,66%%.

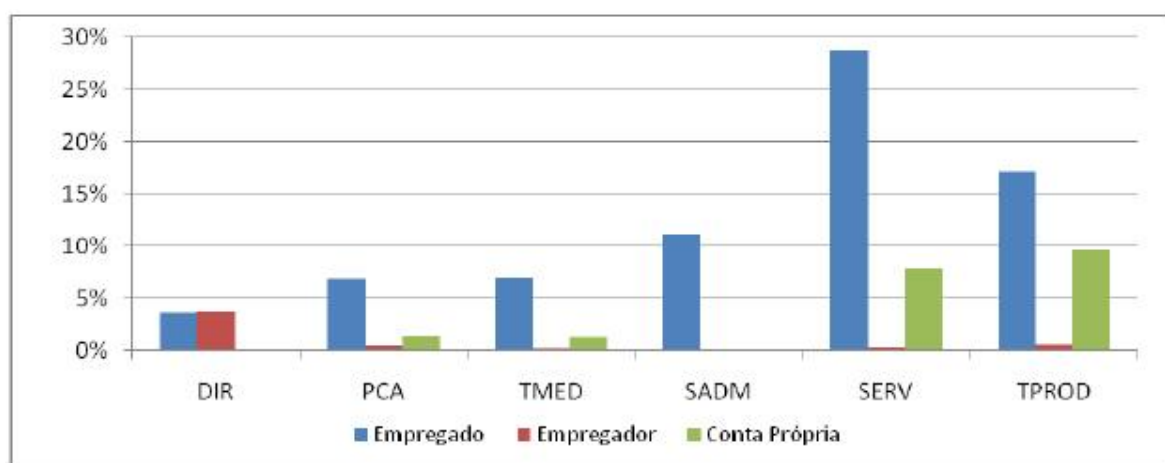


Gráfico 6 – Participação média do número de ocupados (%), segundo posição na ocupação, em cada ocupação na Região Centro-Oeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os Profissionais das Ciências e das Artes (6,92%), os Técnicos de Nível Médio (7,01%), os Trabalhadores dos Serviços Administrativos (11,18%), os

dos Serviços (28,78%) e os da Produção (17,12%) ocupam a posição de empregados assalariados. Observa-se uma presença pouco significativa da posição de empregador nesses grupos.

Outro aspecto evidenciado para a região reporta-se às atividades ligadas às ocupações de execução, com destaque para o grupo dos Trabalhadores dos Serviços, cuja participação aumentou 6,44% na posição de empregador e 1,15% entre trabalhadores por conta própria, e reduziu-se em 0,20% entre os empregados.

A tabela 7 expõe a proporção dos indivíduos ocupados em cada grupo e segundo a condição na ocupação.

Tabela 7– Distribuição percentual dos ocupados em cada grupo, por condição na ocupação, Região Centro-Oeste , 2002 a 2007.

Ocupação	2002			2003		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,84	4,84	7,67	2,90	4,46	7,36
PCA	4,99	3,16	8,15	5,02	3,13	8,15
TMED	5,20	3,47	8,68	5,72	3,48	9,20
SADM	8,06	2,79	10,85	8,45	2,57	11,02
SERV	14,94	21,82	36,76	15,33	21,46	36,79
IPROD	9,94	17,95	27,90	10,36	17,11	27,47
TOTAL	45,97	54,03	100	47,78	52,22	100
Ocupação	2004			2005		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,48	4,66	7,14	2,69	4,69	7,53
PCA	5,31	2,69	8,00	5,32	3,18	8,49
TMED	5,30	3,25	8,56	4,99	3,02	8,01
SADM	8,46	2,49	10,95	9,23	2,58	11,81
SERV	15,11	22,96	38,07	16,86	21,33	38,19
IPROD	10,42	16,87	27,28	10,67	15,30	25,97
TOTAL	47,08	52,92	100	49,67	50,23	100
Ocupação	2006			2007		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	3,20	5,22	8,42	2,96	4,14	7,10
PCA	6,18	3,50	9,68	5,62	3,78	9,40
TMED	5,73	3,14	8,87	5,11	3,09	8,20
SADM	8,92	2,32	11,24	9,18	2,50	11,68
SERV	16,44	20,72	37,16	16,20	20,85	37,05
IPROD	9,98	14,65	24,63	11,17	15,4	26,57
TOTAL	50,45	49,55	100	50,24	49,76	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Ao longo dos anos de 2002 e 2007, observou-se que, em média, 51,45% dos indivíduos ocupados são considerados informais e 48,55% formais, embora seja possível notar uma maior formalização do mercado de trabalho em

todas as ocupações, especialmente nos grupos dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos (2,19%) e dos Profissionais das Ciências e das Artes (2%).

Ao se pormenorizar a análise acerca da condição na ocupação, notam-se algumas especificidades. Em média, os ocupados dos grupos Dirigentes (4,66%), Trabalhadores dos Serviços (21,52%) e Trabalhadores da Produção (16,21%) são classificados como informais. Por outro lado, a informalidade reduziu-se em todos os grupos, com exceção do grupo Profissionais das Ciências e das Artes, o qual aumentou em 3,29%.

Dessa forma, em relação aos grupos ocupacionais da Região Centro-Oeste entre os anos de 2002 e 2007, pode-se concluir que:

O grupo Dirigentes (diretores em geral, gerentes, dirigentes do poder público e outros) constitui o grupo com menor número de ocupados. São homens qualificados e em sua maioria brancos, possuem um perfil etário de 40 a 65 anos, ocupam a posição de empregador, porém tiveram a maior taxa de crescimento entre os que trabalham por conta própria e estão mais informalizados.

A ocupação dos Profissionais das Ciências e das Artes (engenheiros, professores, médicos, dentistas, psicólogos, escritores, advogados e outros) é caracterizada como mais feminina, mais qualificada, branca, tem, em média, entre 25 e 39 anos de idade. Está na posição de empregados e é formal.

Em relação aos grupos dos Técnicos de Nível Médio (técnicos químicos, programação, técnicos em geral, corretores e outros) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (assistente e auxiliar administrativo, telefonista, recepcionista, caixa, escriturário e outros) verificam-se algumas semelhanças: estão mais presentes na faixa de 9 a 11 anos de estudo, em sua maioria são brancos, tem entre 25 e 39 anos de idade, são empregados e formais. Diferem em relação ao gênero: os Técnicos de Nível Médio, em geral, são homens e os Trabalhadores dos Serviços Administrativos são mulheres em sua maioria.

As ocupações Trabalhadores dos Serviços (trabalhadores domésticos, garçons, vigias, cozinheiros e outros) e da Produção (vidraceiros, pintores, ajudantes de obras civis, marceneiros, montadores, mecânicos e outros) constituem-se nos grupos com maior número de ocupados menos qualificados; mas observou-se um crescimento significativo na faixa acima de 12 anos de estudo. Os grupos são considerados não brancos, possuem entre 25 e 39 anos de idade, são informais e se encontram na posição de empregado. Os Trabalhadores dos Serviços

são representados, majoritariamente, por mulheres e os Trabalhadores da Produção, por homens.

3.2 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO NORTE

A participação percentual dos trabalhadores em cada ocupação na Região Norte é ilustrada no gráfico 7 ao longo dos anos 2002 e 2007. Em média, o número de ocupados Dirigentes (5,20%) está em menor proporção, seguidos dos Profissionais das Ciências e das Artes (6,41%), Trabalhadores dos Serviços Administrativos (9,27%), Técnicos de Nível Médio (9,56%), Trabalhadores da Produção (28,97%) e dos Serviços (40,59%).

Em relação aos Dirigentes, observa-se uma queda na taxa de participação relativa de 1,16%. Há, todavia, uma consideração a ser feita sobre o aumento na taxa de participação de 4,64% do número de Profissionais das Ciências e das Artes. Os grupos Técnicos de Nível Médio (1,15%), os Trabalhadores dos Serviços (1,11%) e os Trabalhadores da Produção (0,11%) reduziram sua participação.

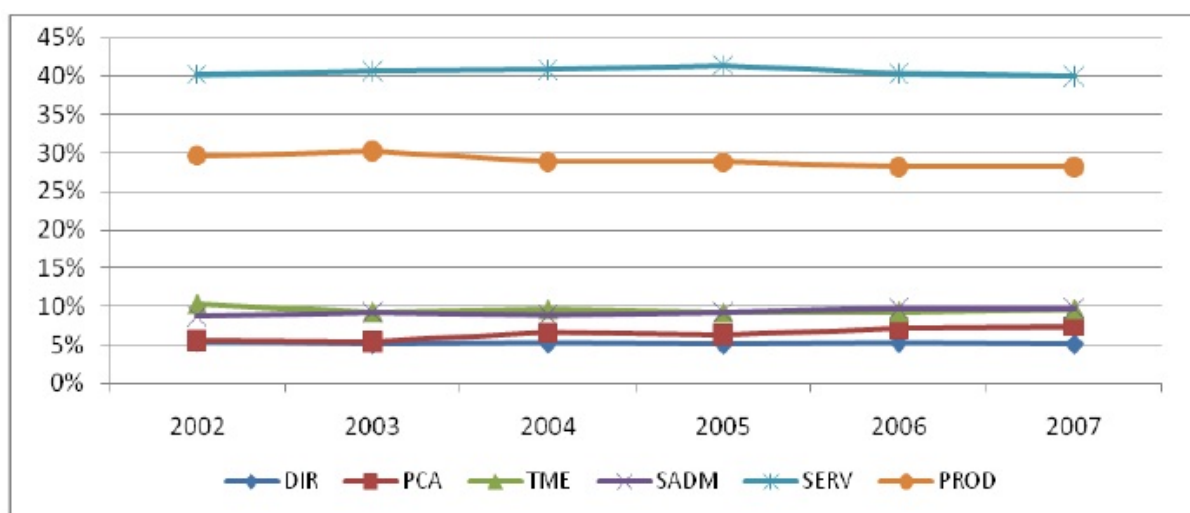


Gráfico 7 – Evolução da participação do número de ocupados em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O comportamento da participação percentual de indivíduos ocupados por gênero é evidenciado no gráfico 8. A força de trabalho feminina está mais alocada, em média, nos grupos dos Profissionais das Ciências e das Artes, 3,74%, nos Serviços Administrativos, 5,31%, e nos Trabalhadores dos Serviços, 23,58%.

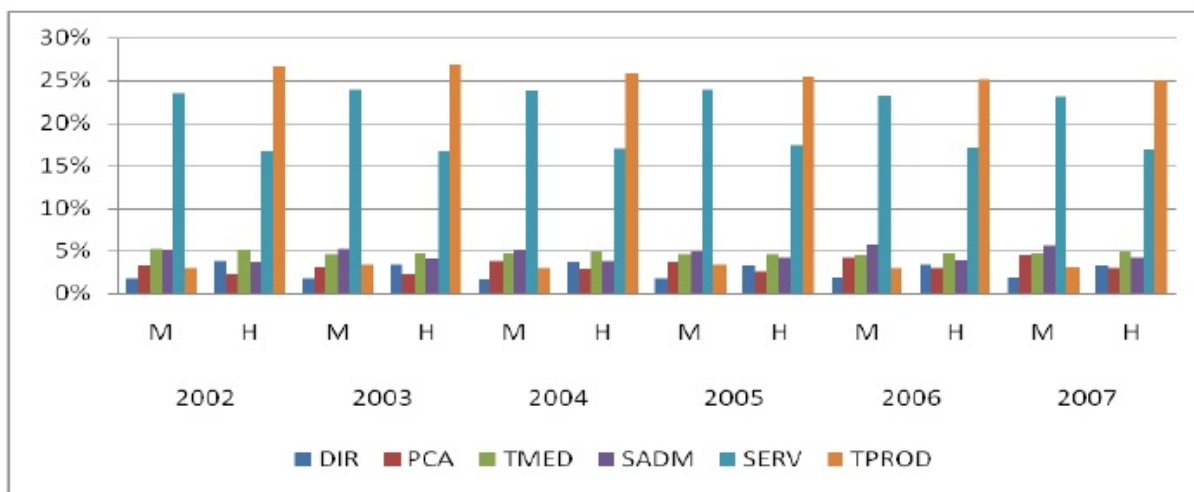


Gráfico 8 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

A taxa de variação nesses grupos tipicamente femininos, entre 2002-2007, foi: 5,20% entre as mulheres Profissionais das Ciências e das Artes e 3,87% entre os homens; aumento de 1,50% e 2,40% entre mulheres e homens respectivamente no grupo Serviços Administrativos; e uma redução de 0,26% de mulheres e aumento em 0,11% de homens nos Trabalhadores dos Serviços. Outro aspecto a ser abordado refere-se aos Dirigentes e Trabalhadores da Produção, dentre os quais predomina a mão de obra masculina. Desse modo, a variação de Dirigentes e Trabalhadores da Produção foi negativa para os homens, uma vez que variou em 2,21% e 1,04% respectivamente, enquanto para as mulheres essa variação foi positiva, de 1,04% e 0,70 respectivamente. Contudo, os dados indicam uma melhoria da situação das mulheres nessa Região.

Ao se considerar a escolaridade, é possível observar, pelo gráfico 9, a participação relativa do número de ocupados. A maior proporção de ocupados está

entre as faixas de 5 a 8 (32,23%) e 9 a 11 (31,69%) anos de estudo e menor no número de ocupados acima de 12 anos de estudo (11,38%).

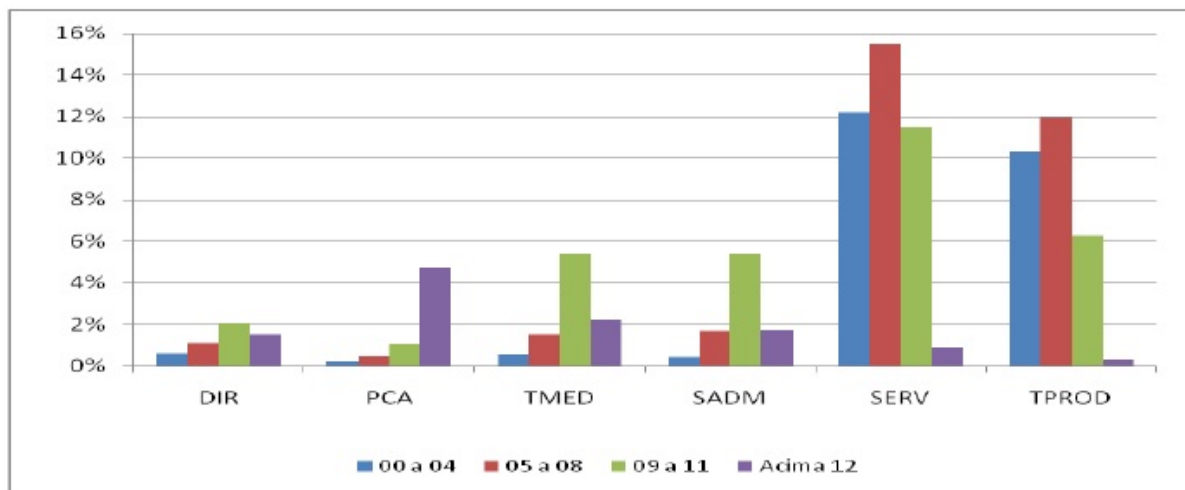


Gráfico 9 – Participação média do número de ocupados, por escolaridade (%), em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os grupos de planejamento e liderança, Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes são considerados mais qualificados, ou seja, apresentam a maior média nas faixas acima de 9 a 11 anos de estudo (2,08% e 1,06% respectivamente) e acima de 12 anos (1,85% e 4,71% respectivamente).

Os grupos Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos são mais representados entre os que possuem 9 a 11 anos de estudo, 5,40% e 5,39% respectivamente. Em relação aos Trabalhadores dos Serviços e da Produção, é notável uma mão de obra menos qualificada, ou seja, eles são mais presentes nas faixas de 0 a 4 anos (12,18% e 10,32% respectivamente) e de 5 a 8 anos de estudo (15,51% e 11,97% respectivamente). Além disso, quando comparados com os outros grupos, observa-se a média mais baixa entre os ocupados acima de 12 anos de estudo.

Os dados evidenciam uma queda na taxa de participação em todos os grupos ocupacionais de 0 a 8 anos de estudo e crescimento em todas as ocupações acima de nove anos, menos entre os Técnicos de Nível Médio. Houve um crescimento significativo dos indivíduos escolarizados acima de 12 anos para os Trabalhadores dos Serviços (14,50%) e Trabalhadores da Produção (17,49%).

O gráfico 10 mostra a distribuição dos ocupados segundo a cor por diferentes grupos ocupacionais. A região possui uma proporção muito significativa de trabalhadores não brancos quando comparados com os brancos, ou seja, os brancos passaram de 28,79% em 2002 para 27,05% em 2007, com uma queda de 1,03%, e os não brancos de 71,28% para 72,85% respectivamente, apresentando um crescimento de 0,38%

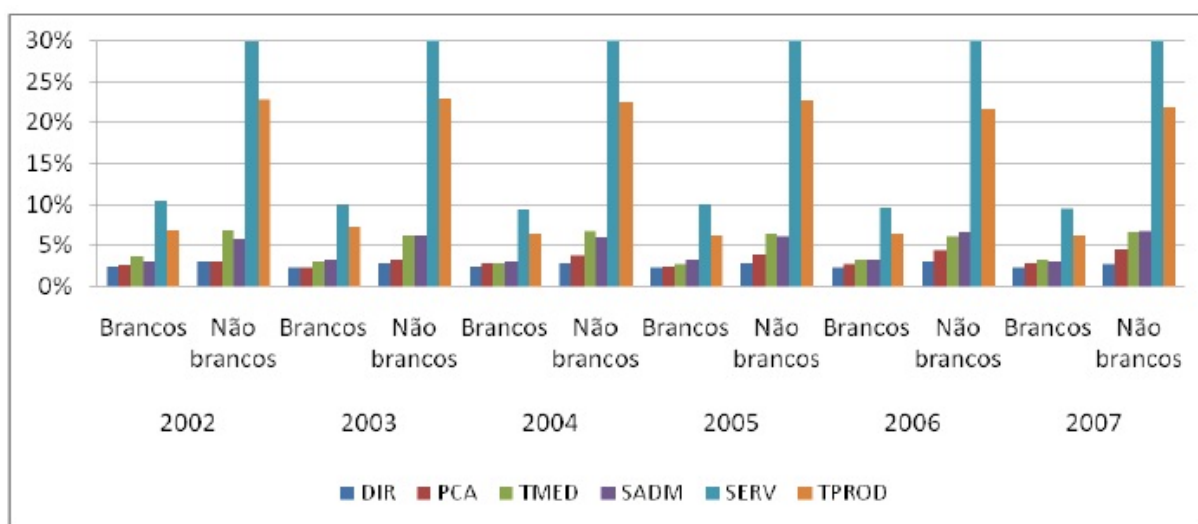


Gráfico 10 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Norte, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

As pessoas ocupadas não brancas são a maioria em todos os grupos ocupacionais. A participação dos ocupados não brancos, ao longo do período, foi de 2,89% para os Dirigentes, 3,78% para Profissionais das Ciências e das Artes, 6,47% para Técnicos de Nível Médio, 6,15% para Trabalhadores Administrativos, 30,82% para Trabalhadores dos Serviços e 22,39% para os Trabalhadores da Produção.

Desse modo, os resultados indicam uma variação negativa, entre os anos de 2002 e 2007, dos trabalhadores não brancos apenas para os grupos de Dirigentes (1,31%), Técnicos de Nível Médio (0,54%) e Trabalhadores da Produção (0,67%). Todos os grupos ocupacionais apresentaram queda para ocupados brancos, exceto os Profissionais das Ciências e das Artes, visto que expandiu 2,08%.

O gráfico 11 evidencia o perfil etário dos diferentes grupos ocupacionais. A maior média de trabalhadores ocupados é verificada na faixa de 25-39 anos de idade (44,76%) seguido da faixa de 40-65 anos (32,25%) e 16 a 24 anos (22,98).

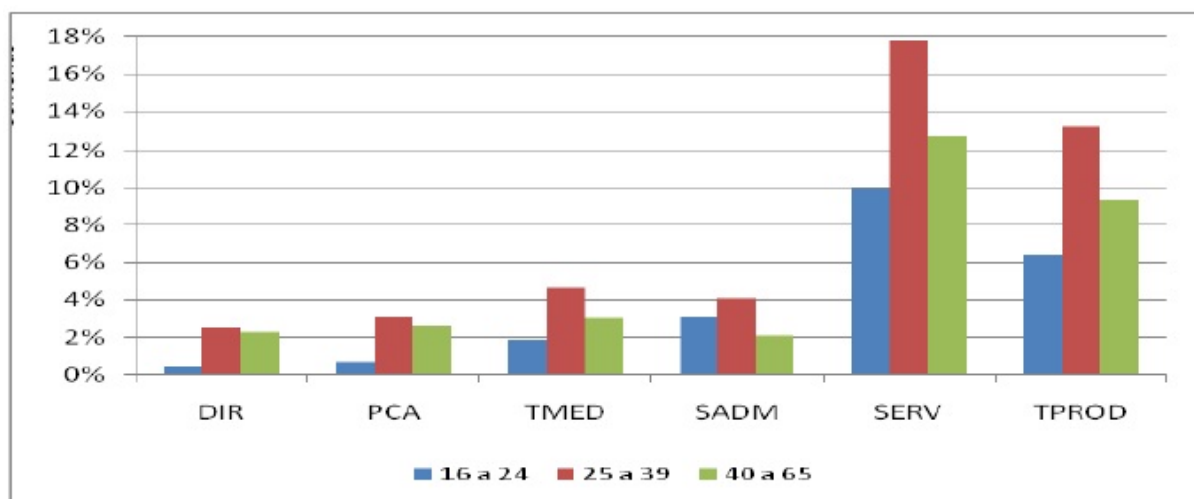


Gráfico 11 – Participação média do número de ocupados (%), por faixa etária, em cada ocupação na Região Norte, de 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

A média de todos os grupos ocupacionais é mais representativa entre os que possuem 25 e 39 anos de idade: 2,49% em Dirigentes, 3,06% em Profissionais das Ciências e das Artes, 4,68% em Técnicos de Nível Médio, 4,09% em Serviços Administrativos, 17,82% em Trabalhadores dos Serviços e 13,19% em Trabalhadores da Produção. A faixa de 16 a 24 anos de idade é a menos representativa entre todas as ocupações, sobretudo nos Dirigentes (0,46%).

No entanto, o grupo dos Dirigentes e os Técnicos de Nível Médio reduziram sua participação no intervalo entre 25-39 anos em 3,64%, 0,48% e 1,48% respectivamente. Desse modo, na faixa 40-65 anos, registrou-se aumento em todas as ocupações, enquanto os Técnicos de Nível Médio reduziram em 0,73%. A faixa de 16 a 24 anos teve uma queda na participação dos ocupados nos grupos Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços e da Produção.

O comportamento das ocupações, segundo a posição na ocupação, é evidenciado no gráfico 12. É notório o predomínio da posição empregado nos grupos ocupacionais Profissionais das Ciências e das Artes (5,28%), Técnicos de

Nível Médio (8,11%), Trabalhadores Administrativos (9,11%), Trabalhadores dos Serviços (27,51%) e Trabalhadores da Produção (17,74%).

O grupo Dirigentes possui a maior participação média na posição empregador, 2,65%, e, quando comparado com outros, apresenta a menor média na posição conta própria (0,021%). No entanto, registrou-se um aumento expressivo, no período, de 20,08% entre os Dirigentes que trabalham por conta própria e uma queda de 3,96% na posição de empregador.

Notadamente, os Trabalhadores dos Serviços e da Produção possuem a maior participação média da posição conta própria, 12,87% e 10,55% respectivamente. Vale mencionar que a variação dos trabalhadores por conta própria nesses grupos foi negativa. Ao considerar os Profissionais das Ciências e das Artes (9,77%), Trabalhadores dos Serviços (5,91%) e da Produção (9,11%), verifica-se um aumento expressivo da participação da posição de empregador.

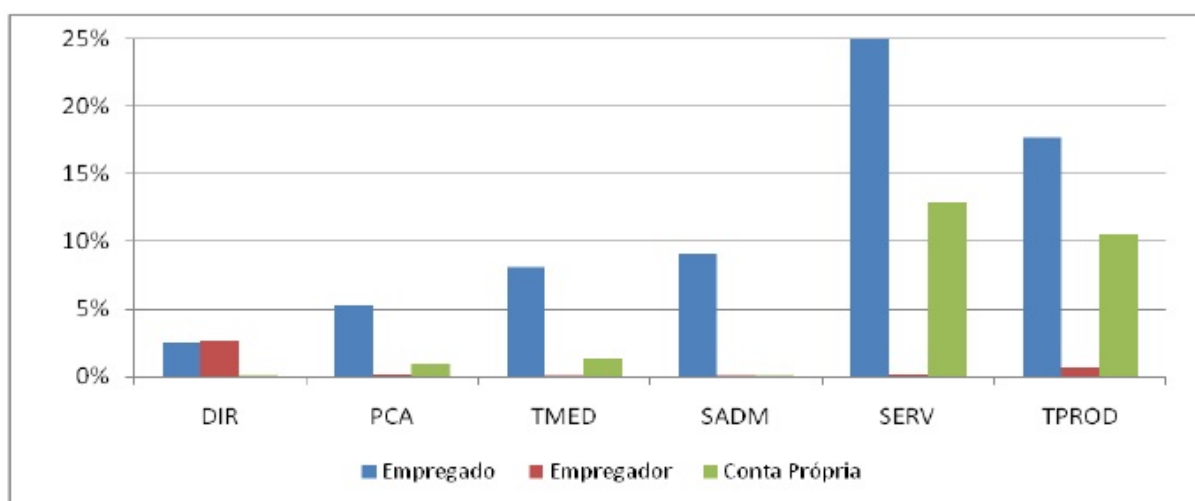


Gráfico 12 – Participação média do número de ocupados (%), por sua posição na ocupação, em cada ocupação na Região Norte, de 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

A tabela 8 expõe a proporção dos indivíduos ocupados em cada grupo ocupacional, segundo a condição na ocupação.

Tabela 8 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Norte, 2002 a 2007.

Ocupação	2002			2003		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	1,61	3,87	5,47	1,69	3,40	5,09
PCA	3,08	2,54	5,62	3,24	2,22	5,46
TMED	5,43	4,900	10,33	5,23	4,07	9,30
SADM	5,80	2,92	8,73	6,42	2,83	9,25
SERV	10,85	29,37	40,23	11,25	29,44	40,69
TPROD	9,15	20,48	29,62	9,81	20,4	30,21
TOTAL	35,92	64,08	100	37,64	62,36	100
Ocupação	2004			2005		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	1,69	3,40	5,18	1,67	3,50	5,05
PCA	3,24	2,22	6,55	4,10	2,45	6,30
TMED	5,23	4,07	9,62	5,10	4,51	9,18
SADM	6,42	2,83	8,92	6,03	2,89	9,21
SERV	11,25	29,44	40,83	11,59	29,24	41,45
TPROD	9,81	20,40	28,90	9,91	18,99	28,81
TOTAL	37,64	62,36	100	39,03	60,97	100
Ocupação	2006			2007		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	1,93	3,36	5,29	1,88	3,22	5,10
PCA	4,16	2,99	7,15	4,48	2,90	7,38
TMED	5,21	4,10	9,31	5,38	4,26	9,64
SADM	6,83	2,90	9,73	6,70	3,06	9,76
SERV	12,50	27,50	40,38	12,33	27,64	39,97
TPROD	9,67	18,46	28,13	9,96	18,19	28,15
TOTAL	40,69	59,31	100	40,73	59,27	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Ao analisar o total de ocupados da Região, é possível observar que a maioria dos trabalhadores está informalizada se levado em consideração o conceito adotado neste estudo de condição na ocupação. Nota-se que 61,26% dos ocupados estão em uma condição informal no mercado de trabalho e apenas 38,66% são formais.

Uma análise mais específica mostra que, em média, os Profissionais das Ciências e das Artes, Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos são classificados como trabalhadores formais, 3,79%, 5,27% e 6,41% respectivamente. Contudo, é possível notar um maior crescimento da formalização do mercado de trabalho em todas as ocupações, com exceção dos trabalhadores Técnicos de Nível Médio (0,15%).

Os grupos Trabalhadores dos Serviços e da Produção são considerados informais, entre eles, a média, no período, foi de 11,71% de mão de obra formal e 28,81% de informal e 9,73% formal e 19,23% informal respectivamente. Não obstante, as taxas de crescimento nesses grupos reduziram em 1% os Trabalhadores dos Serviços informais e em 1,97% os ocupados da Produção informal. Além desses dois grupos, os Dirigentes também são classificados como uma mão de obra informal, ou seja, 3,46% são informais e 1,73% formais.

Diante do exposto, a caracterização das ocupações para a Região Norte, entre os anos 2002 e 2007, pode ser resumida da seguinte forma: O grupo Dirigentes tem a menor proporção de ocupados, são representados pela força de trabalho masculina apesar do aumento na participação feminina. Os integrantes desse grupo são mais qualificados, não brancos possuem entre 25-39 anos de idade, ocupam uma posição de empregador e registraram um aumento significativo como trabalhadores por conta própria. Diferem da Região Centro-Oeste em relação ao perfil etário e a cor, cuja faixa etária é de 40 a 65 anos de idade e são de cor branca.

Evidencia-se que o grupo denominado Profissionais das Ciências e das Artes é caracterizado por uma mão de obra mais feminina, mais qualificado, não branco, o perfil etário é de 25-39 anos de idade, ocupa a posição de empregado formalizado. Os grupos Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos possuem um perfil escolar de 9 a 11 anos de estudo, não branco, são mais presentes na faixa de 25-39 anos de idade e ocupam a posição de empregado formal.

Esses grupos diferem em relação ao gênero: o primeiro é majoritariamente de homens e o segundo, mulheres. Essas duas ocupações apresentam o mesmo comportamento da Região Centro-Oeste, com exceção da cor, em que é de cor branca.

O mesmo comportamento é registrado para os grupos dos Trabalhadores dos Serviços e da Produção: possuem a maior participação dos ocupados, são menos qualificados, entretanto apresentaram um crescimento significativo entre as faixas acima de nove anos de estudo. São não brancos, têm entre 25-39 anos de idade, ocupam a posição de empregado e destacam-se por uma participação significativa por conta própria e são classificados como

trabalhadores informais. No entanto, são diferentes em relação ao gênero, os Trabalhadores dos Serviços são caracterizados pela força de trabalho feminina e os da Produção pela masculina.

3.3 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO NORDESTE

O gráfico 13 mostra a evolução da distribuição dos indivíduos empregados em cada grupo ocupacional na Região Nordeste. O menor percentual médio das pessoas ocupadas está no grupo denominado Dirigentes (5,20%) e o maior número de ocupados está nos Trabalhadores dos Serviços (27,26%). Porém ambos reduziram sua participação no mercado de trabalho, 2,65% e 0,15% respectivamente.

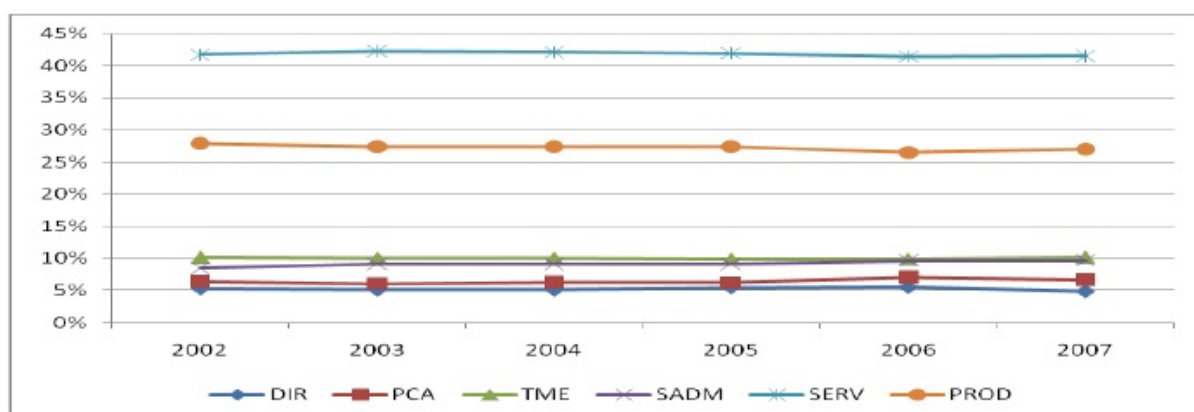


Gráfico 13 – Participação percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O gráfico 14 registra a proporção de indivíduos ocupados segundo gênero na Região Nordeste. Nota-se que as mulheres, em média, estão mais presentes em ocupações com características mais femininas, como Profissionais das Ciências e das Artes (3,94%), Técnicos de Nível Médio (5,35%), Serviços Administrativos (5,37%) e Trabalhadores dos Serviços (24,08%). De forma oposta, nos grupos de Dirigentes e de Trabalhadores da Produção, os homens são representativos, 3,22% e 23,08% respectivamente. Observa-se uma maior

participação feminina nas ocupações de maior e melhor conteúdo (planejamento) em relação aos homens. Embora as mulheres tenham uma menor proporção entre os ocupados Dirigentes, a variação entre 2002 e 2007 foi de -1,74%, enquanto, para os homens, a maioria nessa ocupação, a variação foi -3,19%. Os números dos indivíduos ocupados dos Profissionais das Ciências e das Artes cresceram, no período, 2,28% para as mulheres e reduziram 0,26% para os homens.

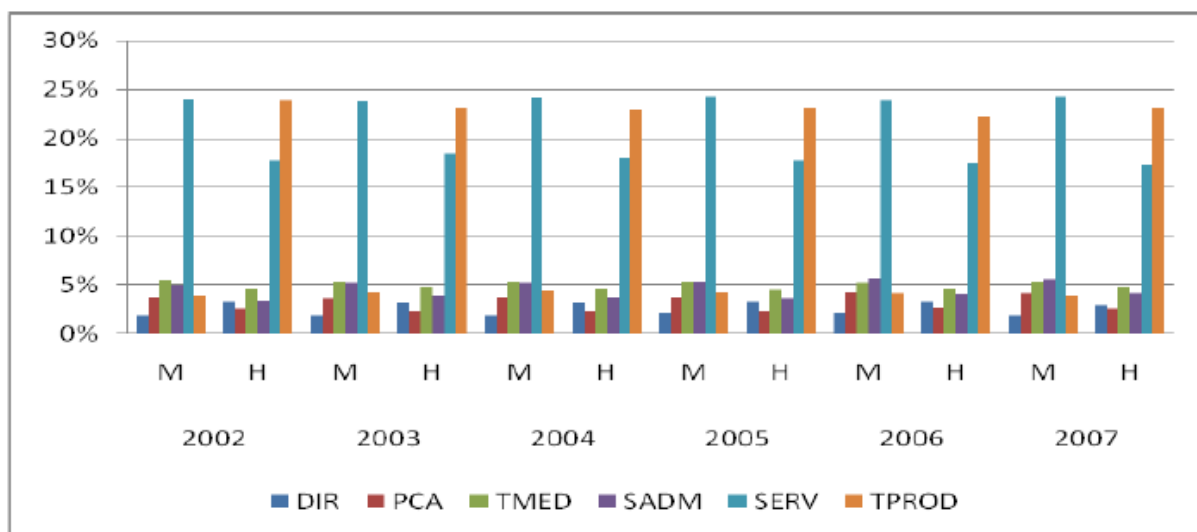


Gráfico 14 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

No grupo de Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores da Produção, a participação feminina reduziu, no período, em 0,25% e 0,17% respectivamente. Ao passo que os homens tiveram uma contração em 0,44% nos Trabalhadores dos Serviços e 0,64% nos Trabalhadores da Produção. Embora os Trabalhadores Administrativos sejam representados pelo maior número de ocupados da força de trabalho feminina, observou-se, no período em análise, uma maior taxa de crescimento dos homens nessa ocupação (6,11%).

A participação média do perfil escolar entre os grupos ocupacionais é registrada no gráfico 15.

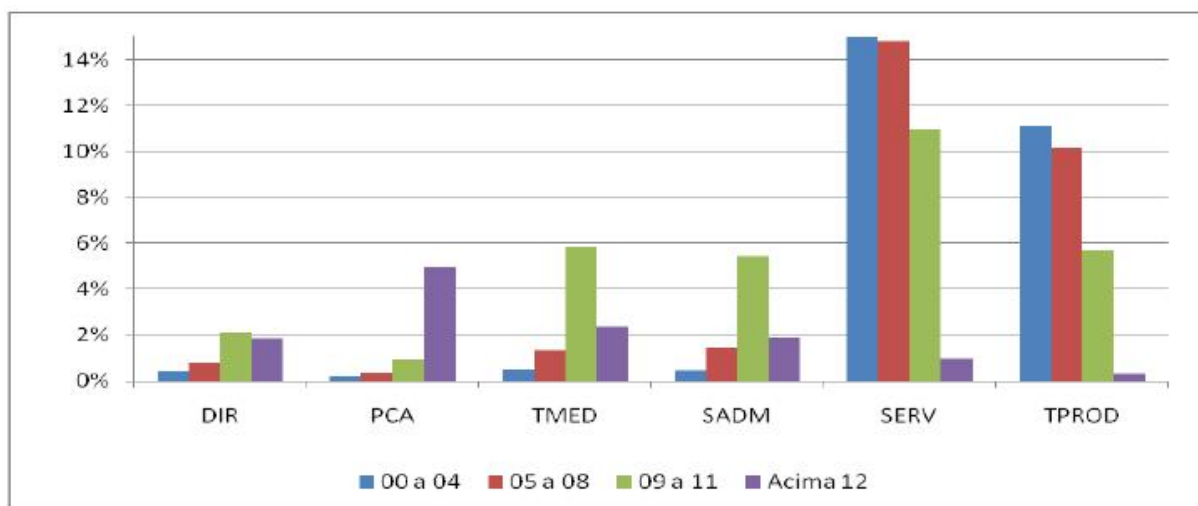


Gráfico 15 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

A maior proporção de ocupados está entre as faixas de 9 a 11 (30,96%) anos de estudo, seguido pelos intervalos de 5 a 8 (28,90%) anos, 0 a 4 anos (27,79%) e acima de 12 anos de estudo (12,34%). Os Dirigentes estão mais alocados no intervalo entre 9 e 11 anos de estudo (2,10%) e acima de 12 anos (1,85%), ao passo que os Profissionais das Ciências e das Artes apresentaram a maior média quando comparados com os outros grupos, trabalhadores acima de 12 anos de estudo, (4,94%). Os grupos Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos são mais representados entre os que possuem 9 a 11 anos de estudo, 5,83% e 5,41% respectivamente. Em relação aos Trabalhadores dos Serviços e da Produção, é notável uma mão de obra menos escolarizada, ou seja, são mais presentes nas faixas de 0 a 4 anos (15,1% e 11,09% respectivamente) e 5 a 8 anos de estudo (4,80% e 10,14% respectivamente).

É possível observar, nessa Região, uma queda em todos os grupos ocupacionais da faixa de 0 a 4 anos de estudo, particularmente nos Dirigentes, 6,38%, Profissionais das Ciências e das Artes, 6,28%, e nas atividades ligadas aos Técnicos de Nível Médio, 9,89%. O mesmo comportamento observa-se para o grupo de 5 a 8 anos de estudo, em que se destacam os Técnicos de Nível Médio (21,94%) e Serviços Administrativos (20,97%). Os grupos acima de nove anos de estudo se expandiram, principalmente nos grupos de menor conteúdo (com destaque para a

faixa acima de 12 anos de estudo). Esses resultados indicam uma melhoria no nível de escolaridade da Região.

O gráfico 16 ilustra a proporção dos trabalhadores em cada ocupação segundo a cor. Assim como na Região Norte, o Nordeste possui uma proporção média muito significativa de trabalhadores não brancos (68,15%) quando comparados com os brancos (31,85%).

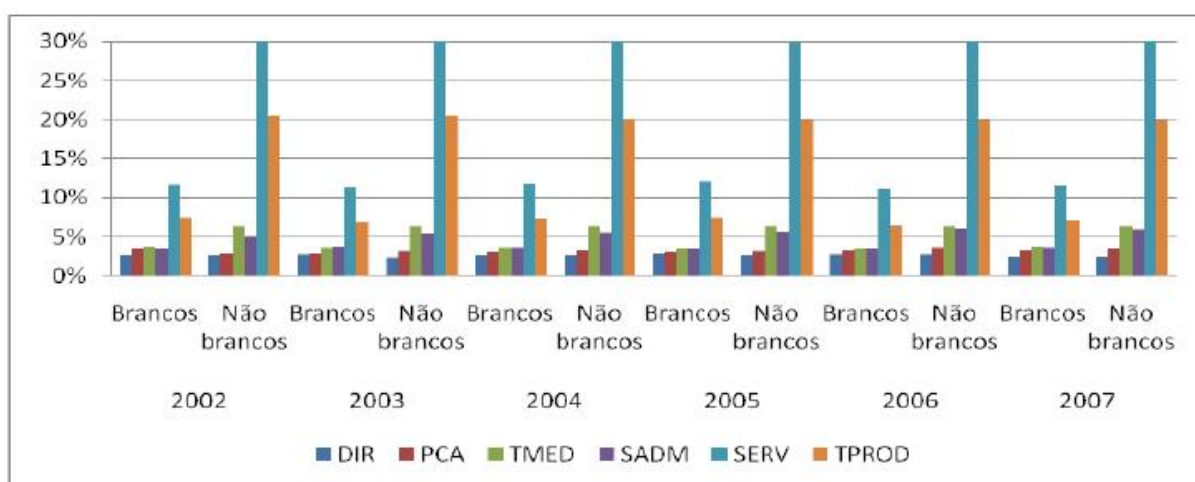


Gráfico 16 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os resultados apontam que, nos grupos de execução, Técnicos de Nível Médio (3,72%), Trabalhadores dos Serviços Administrativos (6,38%), dos Serviços (5,15%) e da Produção (30,48%), há predomínio de ocupados não brancos, enquanto os grupos de Dirigentes (2,69%) e Profissionais das Ciências e das Artes (3,18%) são em maior número brancos. Diferentemente da Região Norte, no Nordeste, as ocupações de planejamento e liderança são mais representadas pelos trabalhadores brancos, ao passo que, no Norte, todas as ocupações alocam mais os não brancos.

Nota-se uma redução dos ocupados brancos na maioria das ocupações, exceto Técnicos de Nível Médio (0,04%) e Serviços Administrativos (0,69%). Entretanto, entre não brancos, há uma tendência de queda entre os Dirigentes (1,09%) e os Trabalhadores da Produção (0,53%). Destaca-se a variação positiva dos Serviços Administrativos não brancos (3,35%) e Profissionais das Ciências e das Artes não brancos (2,55%).

O gráfico 17 evidencia a variação do perfil etário por diferentes grupos ocupacionais. Ao considerar o perfil etário dos grupos denominados Profissionais das Ciências e das Artes (2,78%), Técnicos de Nível Médio (3,27%), Serviços Administrativos (2,41%), Trabalhadores dos Serviços (14,05%), Trabalhadores da Produção (9,47%), é notória a presença dos indivíduos entre 25 e 39 anos de idade. De maneira oposta, os Dirigentes (2,46%) são mais observados na faixa de 40 a 65 anos de idade. Quando comparado com a Região Centro-Oeste, o Norte apresenta o mesmo comportamento em relação à participação média nas faixas etárias, ao passo que se diferencia do Norte no que se refere aos Dirigentes.

As taxas de crescimento, entre os anos analisados, dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos foram positivas nos três intervalos, 2,37% de 16 a 24 anos, 1,78% de 25 a 39 anos e 3,01% de 40 a 65 anos de idade.

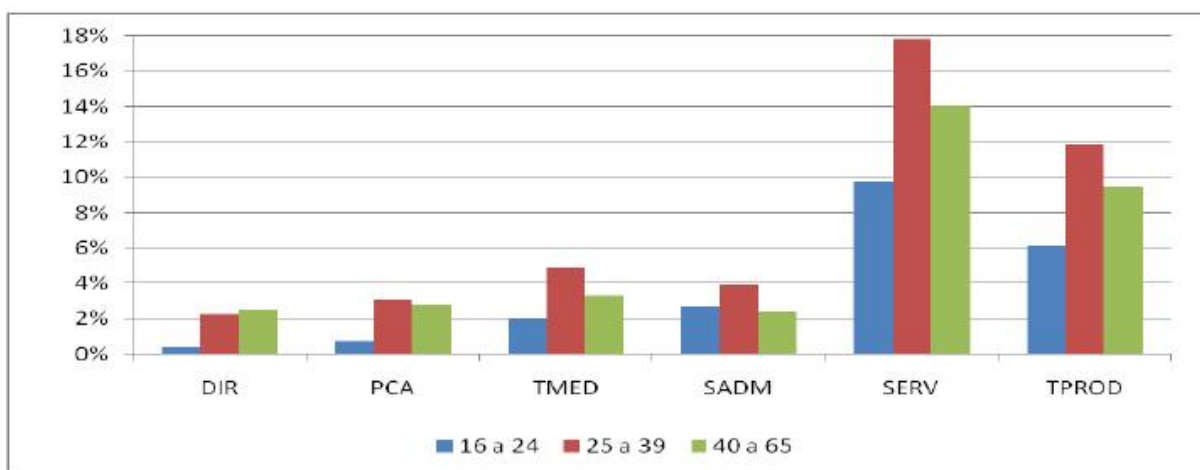


Gráfico 17 – Participação média do número de ocupados (%), por faixa etária, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os dados apresentados no gráfico 18 expõem a participação média segundo a posição na ocupação. O maior percentual está na posição empregados (70,32%), seguida dos trabalhadores por conta própria (25,87%) e empregadores (3,8%). As pessoas pertencentes aos grupos Profissionais das Ciências e das Artes (2,78%), Técnicos de Nível Médio (3,27%), Serviços Administrativos (2,41%), Trabalhadores dos Serviços (14,05%) e Trabalhadores da Produção (9,47%) ocupam, em sua maioria, a posição de empregados. Já os Dirigentes são

observados em maior número na posição de empregador e, em menor número, na posição por conta própria (0,02%).

Os Trabalhadores dos Serviços e da Produção apresentam a maior participação entre a posição conta própria, 10,55% e 25,87% respectivamente, enquanto, para os grupos ocupacionais restantes, a média é inferior a 2% nessa posição. A média dos Trabalhadores dos Serviços empregadores é de apenas 0,20% e dos Trabalhadores da Produção de 0,67%. O grupo Técnicos de Nível Médio ocupa a posição empregado em sua maioria.

Outro aspecto evidenciado para a Região é a redução, em todas as ocupações, da categoria empregador, especialmente entre Técnicos de Nível Médio, 9,94%, Trabalhadores da Produção, 8,90%, e Dirigentes, 3,96%. Destaca-se o expressivo aumento dos Dirigentes que trabalham por conta própria (23,21%).

Gráfico

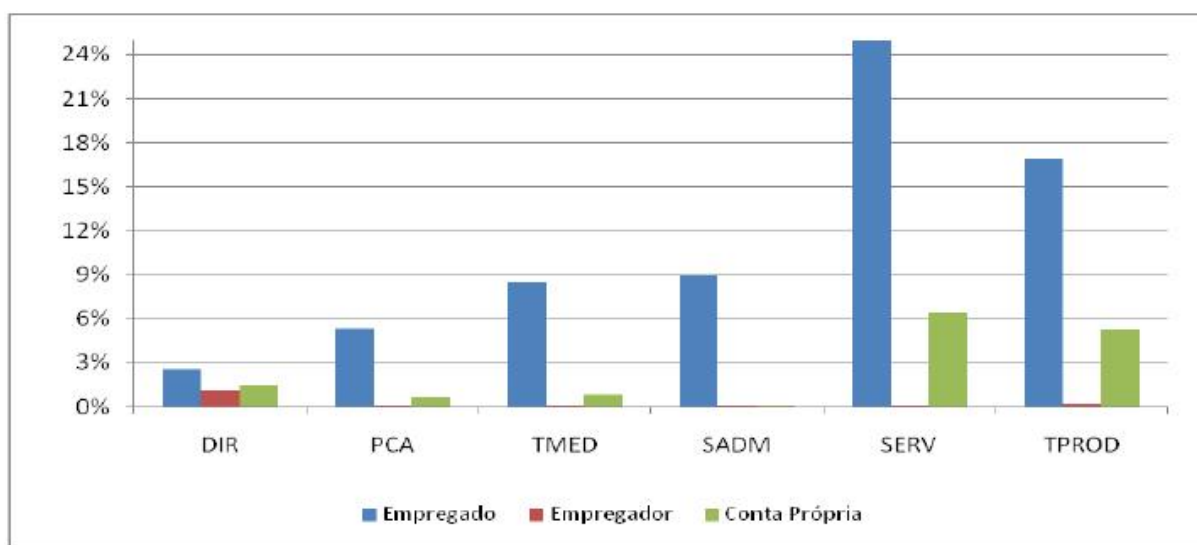


Gráfico 18 – Participação média do número de ocupados (%), por posição na ocupação, em cada ocupação na Região Nordeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

A distribuição percentual dos grupos ocupacionais segundo a condição da ocupação é ilustrada na tabela 9. Ao longo dos anos de 2002 e 2007, observou-se, em média, que 38,20% dos indivíduos ocupados são formais e 61,80% informais. É interessante ressaltar, em relação à condição na ocupação, que o percentual dos Dirigentes (3,41%), Trabalhadores dos Serviços (29,57%) e da Produção (19,18%) é maior para os ocupados informais, ao passo que os

Profissionais das Ciências e das Artes (3,71%), Técnicos de Nível Médio (5,47%) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (6,34%) são mais alocados no trabalho formal.

Tabela 9 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação por condição na ocupação, Região Nordeste, 2002 a 2007.

Ocupações x Condição Ocupação	Região Nordeste					
	2002			2003		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	1,77	3,52	5,29	1,79	3,30	5,08
PCA	3,84	2,60	6,43	3,59	2,49	6,07
TMED	5,37	4,78	10,15	5,58	4,47	10,05
SADM	6,07	2,39	8,46	6,61	2,55	9,16
SERV	12,18	29,55	41,73	12,67	29,59	42,26
TPROD	8,27	19,27	27,94	8,29	19,09	27,38
TOTAL	37,5	62,5	100	38,51	61,49	5,08
Ocupações x Condição Ocupação	2004			2005		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
	DIR	1,69	3,40	5,09	1,87	3,57
PCA	3,73	2,55	6,28	3,63	2,61	6,24
TMED	5,47	4,55	10,02	5,32	4,57	9,89
SADM	6,43	2,66	9,10	6,54	2,56	9,10
SERV	12,45	29,68	42,12	12,51	29,44	41,95
TPROD	8,61	18,77	27,39	8,86	18,51	27,37
TOTAL	38,38	61,62	100	38,74	61,26	100
Ocupações x Condição Ocupação	2006			2007		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
	DIR	1,82	3,66	5,47	1,87	3,00
PCA	4,24	2,80	7,04	3,96	2,73	6,69
TMED	5,44	4,45	9,88	5,93	4,26	10,19
SADM	7,19	2,50	9,69	7,13	2,56	9,69
SERV	13,93	27,50	41,43	13,03	28,51	41,54
TPROD	9,54	16,95	26,49	9,35	17,67	27,01
TOTAL	42,16	57,84	100	41,27	58,73	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

No que se refere à taxa de crescimento, observa-se uma variação positiva em relação aos trabalhadores formais, notadamente nas ocupações de execução, como Técnicos de Nível Médio (1,66%), Trabalhadores dos Serviços (1,13%) e Trabalhadores da Produção (2,06%). Por outro lado, verifica-se um aumento da participação dos ocupados informais entre os Profissionais das Ciências e das Artes (0,8%) e dos Serviços Administrativos (1,15%).

No que se refere aos grupos ocupacionais na Região Nordeste, no período analisado, pode-se concluir:

A ocupação Dirigentes (diretores em geral, gerentes, dirigentes do poder público, etc.), no Nordeste, caracteriza-se da mesma forma que a do Centro-Oeste: predomínio de homens, mais escolarizados, brancos e possuem entre 40-65 anos de idade. Ocupam a posição de empregadores e, por fim, são informais.

O grupo Profissionais das Ciências e das Artes (engenheiros, professores, médicos, dentistas, psicólogos, escritores, advogados, etc.) é descrito como um grupo em que predominam as mulheres. São mais qualificados, são brancos, apresentam, em média, 25 a 39 anos de idade, estão na posição de empregados e são formais. No geral, esse grupo se assemelha com o do Centro-Oeste e difere do Norte em relação à cor.

No que se refere aos grupos Técnicos de Nível Médio (técnicos químicos, programação, técnicos em geral, corretores, etc.) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (assistente e auxiliar administrativo, telefonista, recepcionista, caixa, escriturário, etc.), verificam-se algumas semelhanças: estão mais presentes na faixa de 9 a 11 anos de estudo, são majoritariamente não brancos, possuem entre 25 e 39 anos de idade, são empregados formais e há predomínio da força de trabalho feminina. Vale mencionar que a Região Nordeste, em relação às Regiões anteriores, é a única em que predominam mulheres no grupo Técnicos de Nível Médio.

Entre os Trabalhadores dos Serviços (trabalhadores domésticos, garçons, vigias, cozinheiros, etc.) e da Produção (vidraceiros, pintores, ajudantes de obras civis, marceneiros, montadores, mecânicos, etc.), nota-se que são os grupos com maior número de ocupados. Seus integrantes são menos qualificados, porém observou-se um crescimento significativo na faixa acima de 12 anos de estudo. São não brancos, possuem entre 25 e 39 anos de idade, são trabalhadores informais e ocupam a posição de empregados. Por outro lado, os Trabalhadores dos Serviços são mais representados pelas mulheres e os Trabalhadores da Produção pelos homens.

3.4 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO SUL

O gráfico 19 mostra a evolução dos indivíduos empregados em cada ocupação na Região Sul no período analisado. A menor proporção dos ocupados está entre Dirigentes, 7,87%, seguido dos Profissionais das Ciências e das Artes (8,68%), Trabalhadores dos Serviços Administrativos (9,32%), Técnicos de Nível Médio (11,11%), Trabalhadores dos Serviços (31,04%) e Produção (31,99%). O Sul, ao ser comparado com o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, foi a Região que teve a maior proporção de ocupados em Trabalhadores da Produção, enquanto os Trabalhadores dos Serviços foram nas outras.

A Região Sul apresentou um crescimento do número de trabalhadores em ocupações de planejamento e liderança, como Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes, 1,19% e 1,76% respectivamente. Dentre as macrorregiões brasileiras estudadas, apenas o Sul teve a participação aumentada de Dirigentes no total das ocupações. Nas ocupações de execução, como Trabalhadores dos Serviços e Trabalhadores da Produção, verifica-se uma redução do número de ocupados, 0,26% e 0,99% respectivamente.

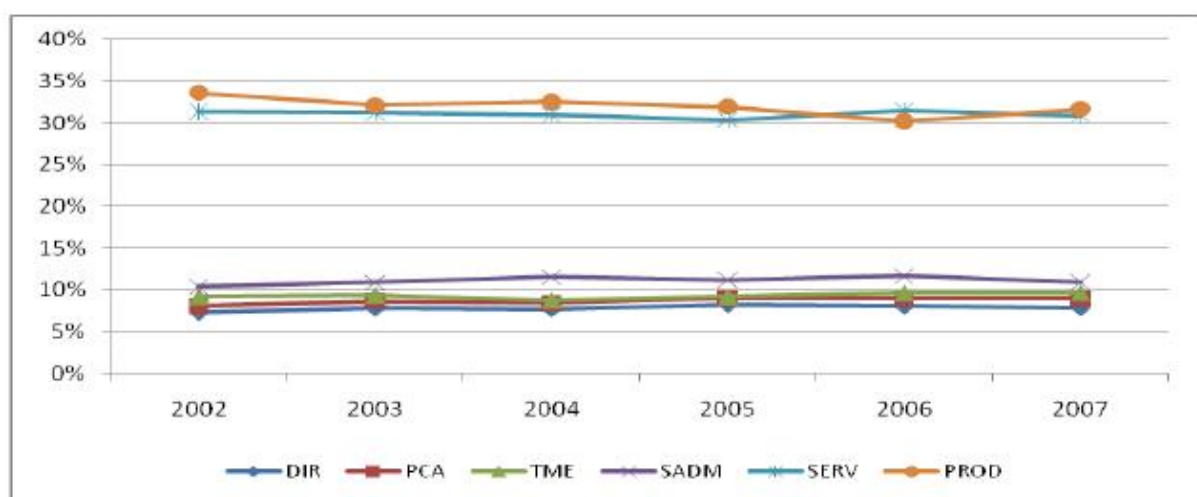


Gráfico 19 – Evolução percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O gráfico 20 apresenta a proporção das pessoas em cada ocupação segundo gênero em 2002 e 2007. As mulheres, em média, são a maioria nos grupos

denominados Profissionais das Ciências e das Artes (5,33%), Serviços Administrativos (6,66%) e Trabalhadores dos Serviços (19,91%). Os homens são mais alocados nas ocupações de Dirigentes (5,19%), Técnicos de Nível Médio (5,39%) e Trabalhadores da Produção (25,82%).

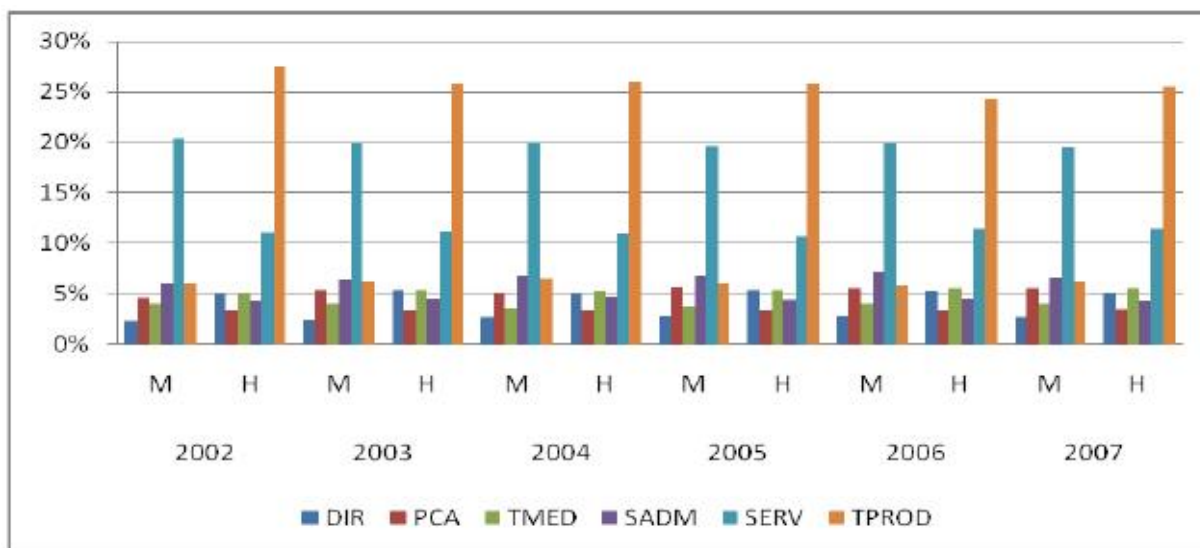


Gráfico 20 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os resultados salientam uma maior participação feminina nas ocupações de maior e melhor conteúdo (planejamento e liderança). Está evidenciado nas ocupações de Dirigentes que, apesar de terem uma menor proporção do número de ocupados feminino, apresentaram um crescimento de 2,84%; em contrapartida, os homens cresceram 0,36% nessa ocupação. Além disso, o grupo de Profissionais das Ciências e das Artes aumentou 2,81% para as ocupadas femininas e 0,20% para os homens.

Constata-se uma redução de mulheres nas ocupações de Técnico de Nível Médio, 0,29%, e Trabalhadores dos Serviços, 0,67%, ao longo dos anos.

A participação relativa masculina apresentou uma queda apenas nas atividades ligadas aos Trabalhadores da Produção (1,23%) e maior participação entre os Técnicos de Nível Médio. A participação média dos trabalhadores por escolaridade é ilustrada no gráfico 21. O maior número de ocupados está nas faixas de 5 a 11 anos de estudo (31,45%) e de 9 a 11 anos (30,61%) e o menor, no intervalo de 0 a 4 anos de estudo (18,47%). O menor número de ocupados nessa

faixa ocorreu apenas no Sul, nas Regiões anteriores, foi na faixa acima de 12 anos de estudo.

Observa-se que os Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes são mais qualificados, ou seja, possuem mais de nove anos de estudo. Destacam-se, em média, na faixa acima de 12 anos de estudo, 3,28% e 7,13% respectivamente.

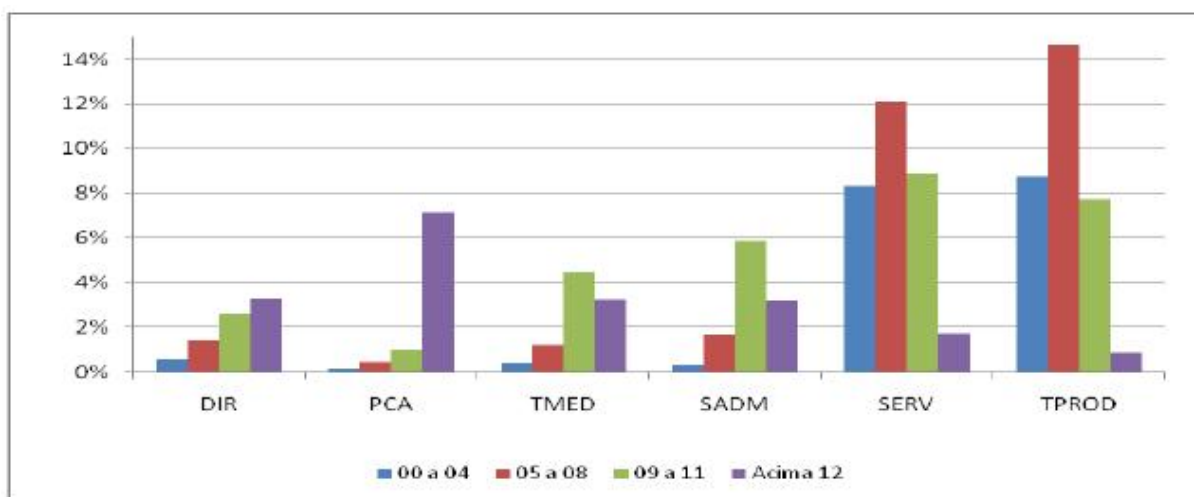


Gráfico 21 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores dos Serviços Administrativos, em média, estão mais presentes na faixa de 9 a 11 anos de estudo, 5,87% e 8,89% respectivamente. Os Trabalhadores dos Serviços e da Produção são menos qualificados, ou seja, quando comparados com os outros grupos, apresentam a maior média de ocupados nos intervalos entre 0 a 4 anos de estudo (8,89% e 7,73% respectivamente) e de 5 a 8 anos (12,10% e 14,74% respectivamente).

Outro ponto relevante foi o aumento da variação percentual do grupo acima de 12 anos para os grupos de execução, em particular para os Trabalhadores dos Serviços (7,41%). Nas ocupações qualificadas, o crescimento foi significativo, ou seja, o número de Dirigentes nessa faixa teve uma variação de 5,26% e os Profissionais das Ciências e das Artes de 2,33%.

O gráfico 22 registra a proporção dos indivíduos ocupados em cada ocupação de acordo com a cor. Na Região Sul, a proporção dos ocupados brancos,

quando comparada com não brancos, é bem expressiva, cujos valores são 82,33% de brancos e 19,02% de não brancos. O Sul se diferencia das outras Regiões em relação à cor, ou seja, o número de não brancos é bem inferior quando comparado com a Região Centro-Oeste e, em especial, Norte e Nordeste.

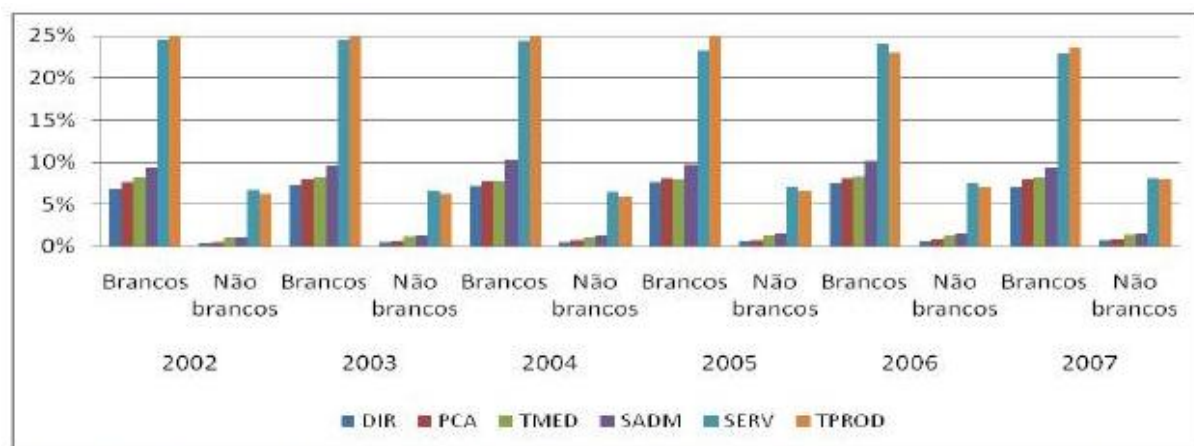


Gráfico 22 – Participação percentual do número de ocupados, por cor, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Todos os grupos ocupacionais apresentaram o mesmo comportamento: a maioria é de brancos e a média destes é mais elevada, isto é, 7,26% Dirigentes brancos e 0,60% não brancos, Profissionais das Ciências e das Artes (7,92% e 0,73% respectivamente), Trabalhadores dos Serviços Administrativos (8,12% e 1,20% respectivamente), Técnicos de Nível Médio (9,75% e 1,34% respectivamente), Trabalhadores dos Serviços (23,93% e 7,09% respectivamente) e Trabalhadores da Produção (25,31% e 6,66% respectivamente).

Os grupos de liderança e de planejamento, apesar de apresentarem a maior participação de ocupados brancos, cresceram no grupo de Dirigentes em 0,59% de brancos e 8,72% de não brancos, e os Profissionais das Ciências e das Artes, 1,03% e 10,45% respectivamente.

Os indivíduos brancos que atuam no grupo dos Trabalhadores dos Serviços tiveram uma queda de 1,22% e não brancos aumentaram 2,94%. Os Trabalhadores da Produção apresentaram uma redução de 2,36% de brancos e uma expansão de 4,16% de não brancos. Esses resultados indicam que os trabalhadores brancos estão se deslocando das atividades ligadas a essas ocupações de

execução e, em contrapartida, está se ampliando a proporção de não brancos nessas ocupações.

O gráfico 23 evidencia a variação do perfil etário por diferentes grupos ocupacionais. A maior média de trabalhadores ocupados é verificada na faixa de 25-39 anos de idade (43,78%), seguido da faixa de 40-65 anos (34,46%) e 16 a 24 anos (21,75%). Destacam-se os ocupados acima de 40 anos de idade, que aumentaram sua participação em todas as ocupações.

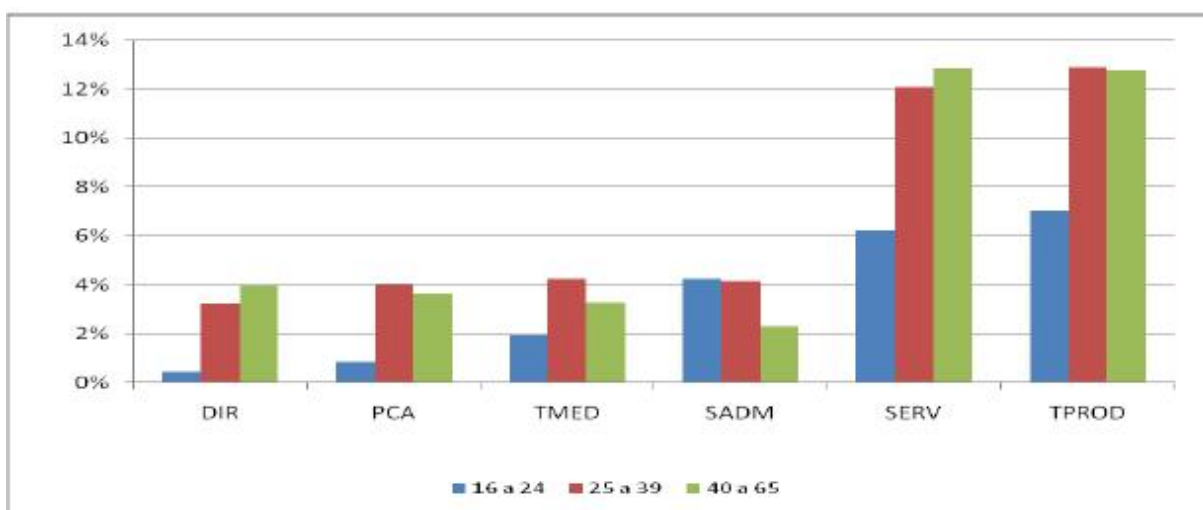


Gráfico 23 – Participação média do número de ocupados (%), por faixa etária, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O perfil etário, em média, dos Dirigentes (3,94%) e Trabalhadores dos Serviços (12,87%) é mais percebido na faixa de 40-65 anos de idade. Os Profissionais das Ciências e das Artes (4%), Técnicos de Nível Médio (4,24%) e Trabalhadores da Produção (12,75%) são mais representados pelos indivíduos de 24 a 39 anos de idade e, por fim, os Trabalhadores dos Serviços Administrativos (4,24%), na faixa de 16 a 24 anos de idade. Nesse contexto, a Região Sul teve um comportamento diferenciado das outras Regiões estudadas anteriormente: assemelha-se com o Centro-Oeste e Nordeste em relação aos Dirigentes com mais de 40 anos, e foi a única Região em que os Trabalhadores dos Serviços estão em maior número na faixa de 40-65 anos e os Trabalhadores Administrativos no intervalo de 16 a 24 anos de idade.

No que diz respeito à taxa de crescimento, verifica-se uma variação positiva para todas as ocupações com mais de 40 anos de idade e uma redução na faixa de 16 a 25 anos de idade, exceto nos Dirigentes.

Os dados apresentados no gráfico 24 expõem as proporções em cada grupo por posição na ocupação. Nota-se no Sul uma pequena proporção de ocupados empregadores, apenas 2,93%, seguido dos por conta própria (14,32%) e empregados (75,14%).

Os Dirigentes ocupam, em média, a posição de empregado (3,17%) e empregador (3,09%) muito próximos. Entretanto, quando comparado com o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, só o Sul foi a única Região em que os Dirigentes são a maioria na posição de empregados. Os Dirigentes por conta própria apresentaram uma média de 1,58%, porém tiveram uma variação positiva, cujo aumento foi de 34,78%.

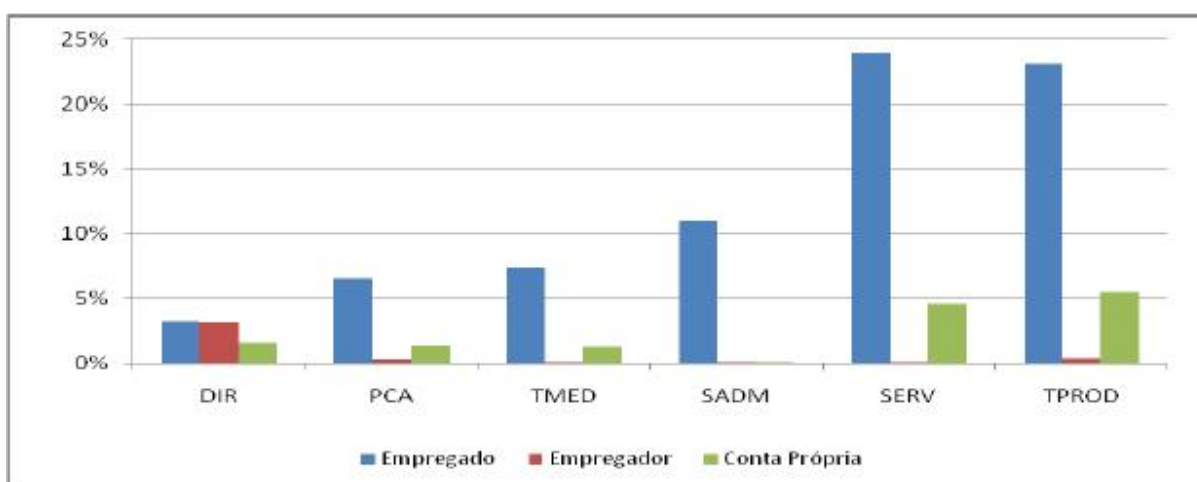


Gráfico 24 – Participação média do número de ocupados (%), por posição, em cada ocupação na Região Sul, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Os grupos Profissionais das Ciências e das Artes (6,52%), Trabalhadores dos Serviços Administrativos (7,4%), Técnicos de Nível Médio (11%), Trabalhadores dos Serviços (23,93%) e Trabalhadores da Produção (23,11%) ocupam a posição de empregados. Além disso, em todas essas ocupações, o percentual de empregadores é inferior a 1%. E, por fim, os por conta própria são mais alocados nos Trabalhadores dos Serviços (4,61%) e da Produção (5,5%). Salientam-se os Técnicos de Nível Médio que apresentaram o menor percentual de

variação na categoria de empregador (10,05%), os Trabalhadores dos Serviços diminuíram em 0,74% na categoria de empregador e 2,04% entre os por conta própria, e os Trabalhadores da Produção retraíram 4,68% e 1,28% respectivamente.

A tabela 10 expõe a proporção dos indivíduos ocupados em cada grupo segundo a condição na ocupação. Entre 2002 e 2007, observou-se que, em média, 51,72% dos indivíduos ocupados são considerados formais e 48,27% informais. Em média, os ocupados Profissionais das Ciências e das Artes (4,57%), Técnicos de Nível Médio (5,13%), Serviços Administrativos (6,71%) e Trabalhadores da Produção (15,23%) são considerados trabalhadores formais, enquanto os Dirigentes (4,48%) e Trabalhadores dos Serviços (15,84%) são informais.

A mão de obra formal expandiu-se em todos os grupos: Dirigentes (3,60%), Profissionais das Ciências e das Artes (1,77%), Técnicos de Nível Médio (0,99%), Serviços Administrativos (0,94%), Trabalhadores dos Serviços (1,43%), exceto entre os Trabalhadores da Produção (0,11%).

Tabela 10 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Sul, 2002 a 2007

Ocupação	2002			2003		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,41	4,94	7,35	2,41	4,94	7,83
PCA	5,03	3,03	8,06	5,03	3,03	8,67
TMED	5,70	3,55	9,25	5,70	3,55	9,39
SADM	8,40	1,99	10,38	8,40	1,99	10,88
SERV	14,48	16,89	31,37	14,48	16,89	31,16
IPROD	18,20	15,39	33,60	18,20	15,39	32,08
TOTAL	54,22	45,78	100	54,21	45,79	100
Ocupação	2004			2005		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,61	5,15	7,76	2,69	5,61	8,29
PCA	5,17	3,28	8,45	5,46	3,56	9,01
TMED	5,53	3,25	8,78	6,05	3,16	9,21
SADM	9,03	2,50	11,53	9,15	2,05	11,21
SERV	14,50	16,48	30,99	14,59	15,78	30,36
IPROD	18,57	13,92	32,49	18,09	13,83	31,92
TOTAL	55,42	44,58	100	56,01	43,99	100
Ocupação	2006			2007		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,73	5,35	8,08	2,98	4,91	7,89
PCA	5,02	3,94	8,96	5,59	3,35	8,95
TMED	6,06	3,56	9,63	6,05	3,61	9,66
SADM	9,39	2,29	11,68	8,89	2,07	10,96
SERV	15,38	16,11	31,48	15,77	15,12	30,89
IPROD	17,48	12,69	30,17	18,08	13,57	31,65
TOTAL	56,06	43,94	100	57,37	42,63	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Diante do exposto, a caracterização das ocupações para a Região Sul, entre os anos 2002 e 2007, pode ser resumida da seguinte forma:

O grupo Dirigentes, com menor proporção de ocupados, é representado pela força de trabalho masculina, apesar do aumento na participação feminina. São mais qualificados, em sua maioria de cor branca, possuem entre 40 e 65 anos de idade e classificam-se como trabalhadores informais. Vale destacar que foi a única Região cujos Dirigentes tiveram sua participação aumentada e ocupam posição de empregados. Evidencia-se que o grupo Profissionais das Ciências e das Artes é uma mão de obra mais feminina, seus integrantes são mais qualificados, brancos, o perfil etário é de 25-39 anos de idade, ocupam a posição de empregados e são formais.

Os grupos Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos, majoritariamente de cor branca, possuem um perfil escolar de 9 a 11 anos de estudo e ocupam a posição de empregado formal. Contudo se diferenciam em relação ao gênero e faixa etária, enquanto os Técnicos são majoritariamente homens e possuem entre 25 e 39 anos de idade, os Trabalhadores dos Serviços Administrativos são constituídos por uma mão de obra feminina e têm, em média, 16 a 24 anos de idade.

O mesmo comportamento é registrado para os grupos dos Trabalhadores dos Serviços e da Produção: possuem a maior participação dos ocupados, são menos qualificados, porém apresentaram um crescimento significativo entre as faixas acima de nove anos de estudo. São brancos, empregados informais e destacam-se por uma participação significativa de trabalhadores por conta própria. No entanto, são diferentes em relação ao gênero e perfil etário, os Trabalhadores dos Serviços são caracterizados pela força de trabalho feminina e possuem, em média, 40 a 65 anos de idade, enquanto os Trabalhadores da Produção são em sua maioria homens e têm entre 25 e 39 anos de idade. Vale lembrar que o Sul é a única Região onde o maior número de ocupados se deu no grupo denominado Trabalhadores da Produção.

3.5 O PERFIL OCUPACIONAL DA REGIÃO SUDESTE

O gráfico 25 registra os dados da evolução percentual do número de ocupados nos grupos ocupacionais na Região Sudeste entre 2002 e 2007.

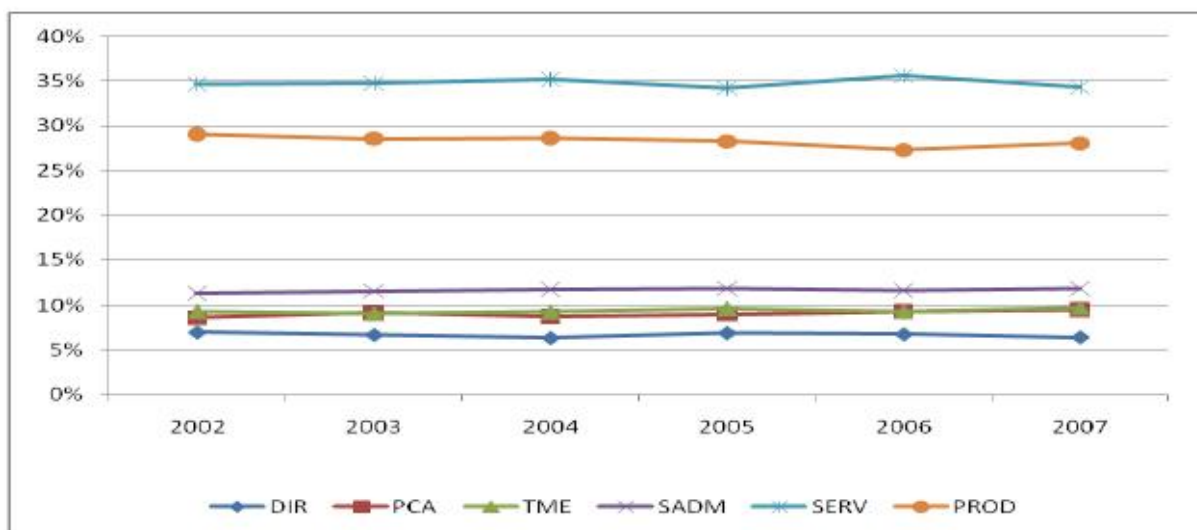


Gráfico 25 – Evolução da participação percentual do número de ocupados em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Assim como nas Regiões anteriores, exceto Sul, o Sudeste possui, em média, o maior número de ocupados entre os Trabalhadores dos Serviços (34,81%) e o menor entre os Dirigentes (6,69%). Os outros grupos ocupacionais representam acerca de 9,42% em Técnicos de Nível Médio, 11,70% em Trabalhadores Administrativos e 28,30% em Trabalhadores da Produção. E, por fim, ressalta-se o grupo denominado Profissionais das Ciências e das Artes, que teve a maior média de ocupados entre todas as macrorregiões brasileiras, cujo valor foi de 9,08%. Além disso, apresentou a maior média entre as Regiões e foi o responsável pelo maior crescimento da participação dos ocupados na Região Sudeste, 1,67%.

O grupo de Dirigentes, além de ser em menor proporção, diminuiu sua participação em 1,38%. Os Trabalhadores dos Serviços (0,14%) e os Trabalhadores da Produção (0,59%) também reduziram sua participação. De maneira oposta, os Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores Administrativos

tiveram sua participação aumentada em 0,70% e 0,82% respectivamente no período analisado.

O gráfico 26 ilustra o comportamento dos indivíduos ocupados por gênero em cada grupo ocupacional. No Sudeste, a mão de obra feminina está mais presente nos grupos Profissionais das Ciências e das Artes, 5,28%, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, 6,86%, e Trabalhadores dos Serviços, 21,34%. Dessa forma, os homens são a maioria nos grupos de Dirigentes (4,35%), Técnicos de Nível Médio (5,31%) e Trabalhadores da Produção (23,96%).

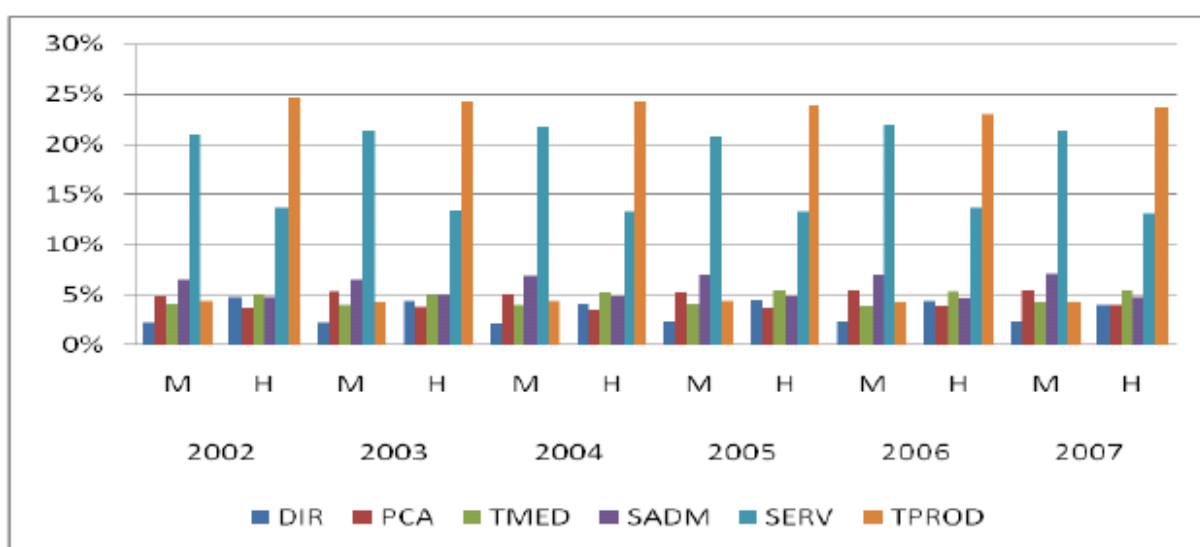


Gráfico 26 – Participação percentual do número de ocupados, por gênero, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Observa-se uma maior participação feminina nas ocupações de melhor conteúdo e planejamento em relação aos homens. Embora as mulheres tenham uma menor proporção entre os ocupados Dirigentes, a variação foi de 0,93, enquanto para os homens, que são a maioria nessa ocupação, a variação foi negativa, 2,60%. O número dos indivíduos ocupados dos Profissionais das Ciências e das Artes cresceu 1,75% para as mulheres e reduziu 0,07% para os homens.

Nas ocupações ligadas às atividades de execução, a participação feminina apenas foi reduzida no grupo denominado Trabalhadores da Produção em 0,31%. Porém os homens tiveram uma contração em todas as ocupações de menor conteúdo: Trabalhadores dos Serviços Administrativos (0,07%), Trabalhadores dos Serviços (0,83%) e Trabalhadores da Produção (0,63%).

A participação média dos trabalhadores por escolaridade é ilustrada no gráfico 27.

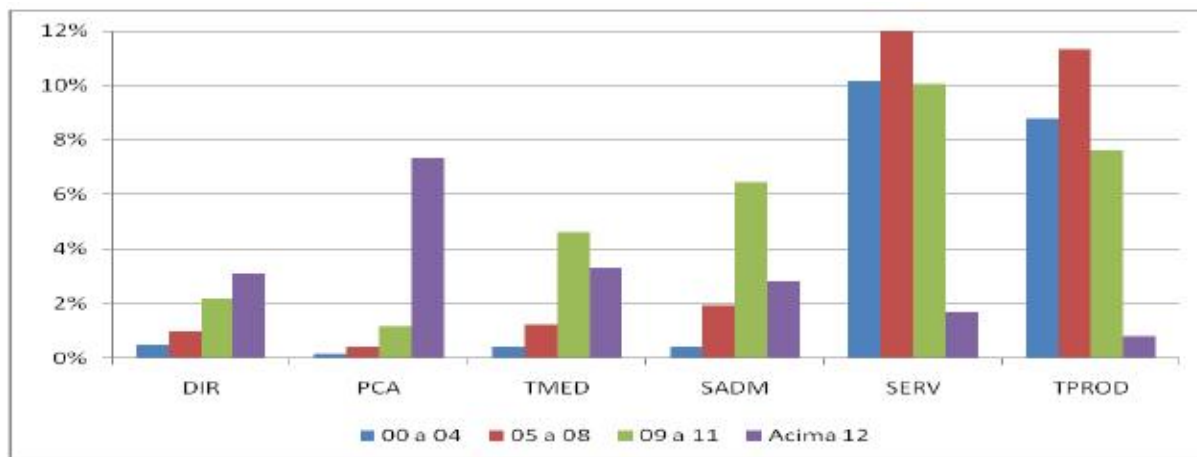


Gráfico 27 – Participação média do número de ocupados (%), por escolaridade, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O maior número de ocupados está na faixa de 9 a 11 anos de estudo (32,05%), seguido da faixa de 5 a 8 anos (28,49%), 0 a 4 anos (20,39%) e acima de 12 anos (19,07%). O maior crescimento ao longo dos anos se deu na faixa acima de 12 anos de estudo (4,75%) e a maior queda no grupo de 0 a 4 anos (4,50%).

Os grupos Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes são mais qualificados, ou seja, possuem mais de nove anos de estudo e estão em menor proporção nas faixas de 0 a 4 anos. Destaca-se o grupo Profissionais das Ciências e das Artes, por apresentar a maior média (7,35%) na faixa acima de 12 anos de estudo e a menor nas faixas de 0 a 4 anos de estudo (0,4%) e de 5 a 8 anos (0,6%).

Os grupos Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores dos Serviços Administrativos, em média, estão mais presentes na faixa de 9 a 11 anos de estudo, com 4,62% e 6,64% respectivamente. Acrescenta-se que, nessa faixa de estudo, houve uma variação positiva de 0,58% para os Técnicos e 1,64% para os Trabalhadores dos Serviços Administrativos.

Os Trabalhadores dos Serviços e da Produção são considerados menos qualificados, ou seja, quando comparados com os outros grupos, apresentam a maior média de ocupados nas faixas entre 5 e 8 anos de estudo (12% e 11,35%

respectivamente) e de 0 a 4 anos (10,04% e 8,59% respectivamente). Esses grupos tiveram o maior crescimento, no período analisado, de pessoas com 9 e 11 anos de estudo (Trabalhadores dos Serviços, 5,32%, e Trabalhadores da Produção, 5,81%) e dos ocupados acima de 12 anos de anos (6,55% para os Trabalhadores dos Serviços e 6,71% para os Trabalhadores da Produção).

Em relação à taxa de crescimento dos ocupados, nota-se o mesmo comportamento de queda para todos os grupos ocupacionais entre 0 a 4 anos de estudo. A maior redução ocorreu nos grupos mais qualificados, Dirigentes (3,35%) e Profissionais das Ciências e das Artes (2,36%).

O comportamento da cor entre os grupos ocupacionais é ilustrado no gráfico 28. Nessa Região, a maioria das pessoas ocupadas é de cor branca, cuja média é de 61,66%, e de não brancas, 38,36%.

No Sudeste, assim como na Região Sul, os trabalhadores brancos têm uma maior proporção quando comparados com os não brancos em todos os grupos ocupacionais. Os ocupados brancos apresentaram uma variação negativa em todas as ocupações, exceto Profissionais das Ciências e das Artes (0,77%), enquanto para os não brancos observou-se uma variação positiva em todas as ocupações, principalmente para os Profissionais das Ciências e das Artes, 5,55%, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, 4,31%, e Trabalhadores dos Serviços, 3,17% .

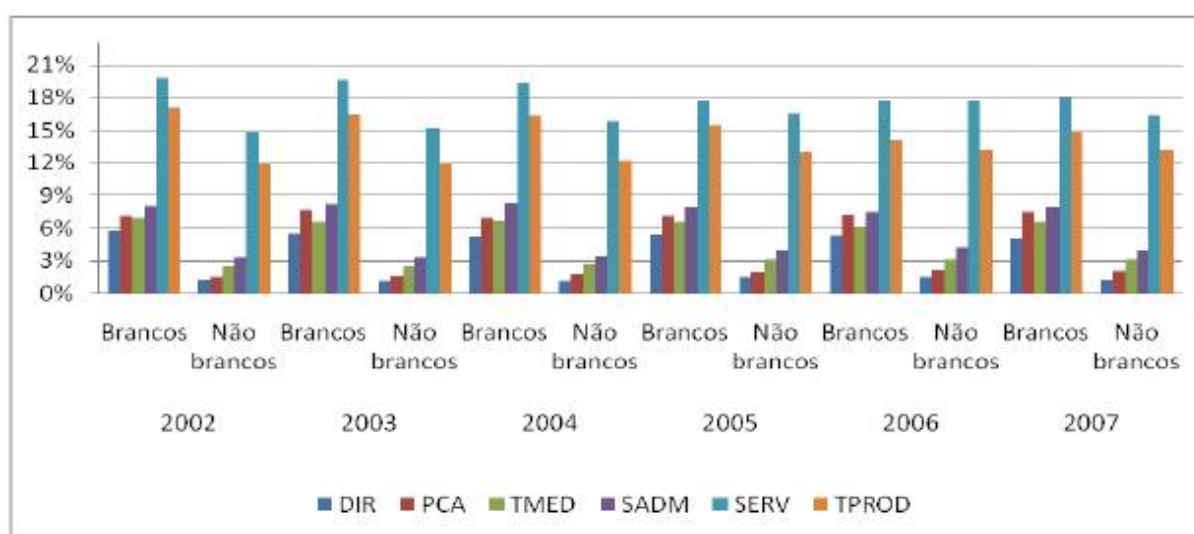


Gráfico 28 – Participação percentual do número de ocupados por cor, em cada ocupação, na Região Sudeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O gráfico 29 evidencia a participação do perfil etário por diferentes grupos ocupacionais. A maior média de trabalhadores ocupados é verificada na faixa de 25-39 anos de idade (41,12%) seguido da faixa de 40-65 anos (39,21%) e 16 a 24 anos (19,69%).

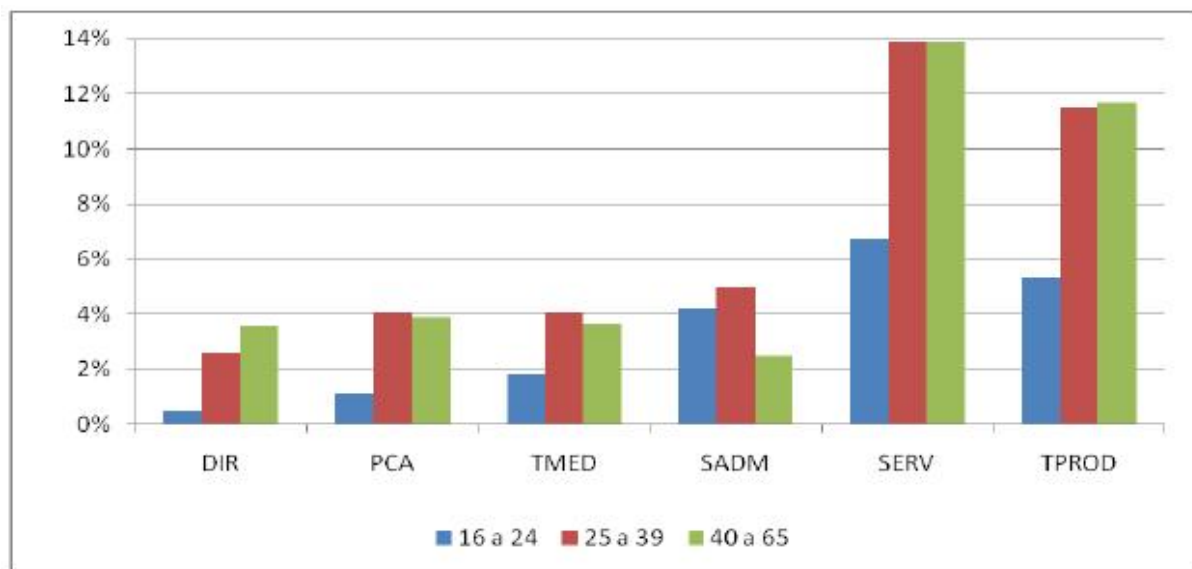


Gráfico 29 – Participação média do número de ocupados (%), por perfil etário, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

O grupo dos Dirigentes possui, em média, 40 a 65 anos de idade, esse comportamento só não é verificado na Região Norte. Já os Profissionais das Ciências e das Artes, Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços Administrativos têm a maior participação na faixa de 25 a 39 anos de idade. Quanto aos Trabalhadores dos Serviços e Trabalhadores da Produção, observa-se maior média entre as faixas de 25 a 65 anos de idade. Destacam-se os ocupados entre 16 e 24 anos de idade e 40 a 65 anos, que aumentaram sua participação em todas as ocupações, exceto Dirigentes, que contraíram 0,6% na faixa de 16 a 24anos.

O comportamento médio das ocupações segundo sua posição é evidenciado no gráfico 30. Em média, o predomínio da posição de empregados encontra-se nos grupos ocupacionais Profissionais das Ciências e das Artes (6,97%), Técnicos de Nível Médio (7,84%), Trabalhadores Administrativos (11,51%), Trabalhadores dos Serviços (26,99%) e Trabalhadores da Produção (19,64%).

O grupo denominado Dirigentes possui a maior participação média nas posições de empregado e empregador, ou seja, a diferença é bem sutil, 3,32% e 3,35% respectivamente. E, quando comparado com outros grupos, apresenta a menor média na posição por conta própria (0,03%). Os Trabalhadores dos Serviços e da Produção possuem a maior participação média da posição por conta própria, 7,27% e 8,36% respectivamente.

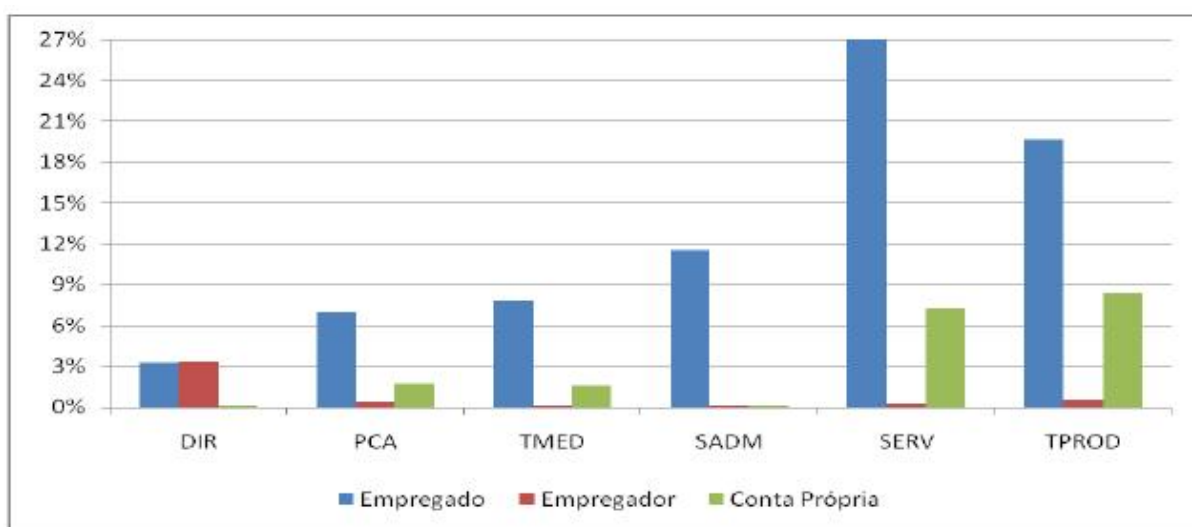


Gráfico 30 – Participação média do número de ocupados (%), por posição na ocupação, em cada ocupação na Região Sudeste, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

Ao analisar as ocupações de liderança e planejamento de forma mais específica, nota-se uma variação positiva na posição por conta própria entre os Dirigentes (16,49%) e Profissionais das Ciências e das Artes (0,01%). Essas ocupações apresentaram a maior variação negativa entre os empregadores.

Em relação às atividades ligadas às ocupações de execução, verifica-se um aumento na posição de empregados em todos os grupos ocupacionais. Observa-se a maior variação negativa entre os Trabalhadores dos Serviços Administrativos (10,87%) na posição de empregador e variação positiva entre os Técnicos de Nível Médio (4,47%). Os Trabalhadores da Produção reduziram o número de pessoas ocupadas na posição de empregador e por conta própria.

A tabela 11 mostra a proporção dos indivíduos ocupados em cada grupo ocupacional segundo a condição na ocupação. Ao longo dos anos de 2002 e

2007, 51,45% dos indivíduos ocupados são considerados informais e 48,55% formais. Contudo, é possível notar uma maior formalização do mercado de trabalho em todas as ocupações, com exceção dos Técnicos de Nível Médio (-0,29%). Entretanto os Trabalhadores dos Serviços Administrativos (2,19%) e Profissionais das Ciências e das Artes (2%) foram os que mais colaboraram para o aumento do emprego formal na Região.

Os dados mostram que os ocupados Dirigentes (4,66%), os Trabalhadores dos Serviços (21,52%) e da Produção (16,21%) são informais e os Profissionais das Ciências e das Artes (5,40%), Técnicos de Nível Médio (5,34%) e Serviços Administrativos (8,71%) estão formalizados.

Tabela 11 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação, por condição na ocupação, Região Sudeste, 2002 a 2007.

Ocupação	2002			2003		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,80	4,19	6,99	2,66	4,04	6,70
PCA	5,11	3,50	8,61	5,36	3,85	9,22
TMED	5,94	3,41	9,35	5,85	3,27	9,12
SADM	9,16	2,17	11,33	9,60	2,02	11,61
SERV	15,95	18,71	34,66	16,12	18,67	34,79
TPROD	13,56	15,50	29,06	13,54	15,02	28,56
TOTAL	52,52	47,48	100	53,13	46,87	100
Ocupação	2004			2005		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,47	3,89	6,35	2,71	4,20	6,91
PCA	5,25	3,49	8,74	5,21	3,82	9,03
TMED	5,91	3,38	9,29	6,12	3,53	9,66
SADM	9,65	2,14	11,79	9,87	2,03	11,90
SERV	16,20	18,99	35,19	16,10	18,15	34,25
TPROD	14,37	14,26	28,63	14,15	14,1	28,25
TOTAL	53,85	46,15	100	54,16	45,84	100
Ocupação	2006			2007		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
DIR	2,44	4,33	6,77	2,84	3,59	6,43
PCA	5,52	3,82	9,34	5,87	3,64	9,51
TMED	5,96	3,38	9,34	6,45	3,3	9,75
SADM	9,69	1,99	11,68	9,94	1,95	11,90
SERV	17,26	18,33	35,59	17,03	17,32	34,36
TPROD	13,92	13,36	27,28	14,83	13,22	28,05
TOTAL	54,79	45,21	100	56,96	43,04	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2002 a 2007.

A informalidade foi reduzida em todos os grupos: Dirigentes (2,56%), Técnicos de Nível Médio (1,91%), Serviços Administrativos (1,91%), Trabalhadores

dos Serviços (1,81%) e da Produção (0,7%), exceto entre os Profissionais das Ciências e das Artes, que aumentou 3,29%.

Faz-se necessário recuperar as principais características para os grupos ocupacionais da Região Sudeste:

Os Dirigentes (diretores em geral, gerentes, dirigentes do poder público e outros) constituem o grupo com menor número de ocupados, são mais representados por homens, são qualificados, em sua maioria brancos, seu perfil etário é de 40 a 65 anos e ocupam uma posição de empregador, porém tiveram a maior taxa de crescimento entre os que trabalham por conta própria e são trabalhadores informais.

A ocupação dos Profissionais das Ciências e das Artes (engenheiros, professores, médicos, dentistas, psicólogos, escritores, advogados e outros) é caracterizada como uma ocupação mais feminina e, além disso, as mulheres aumentaram sua participação. Esses profissionais são mais qualificados, são brancos, têm, em média, entre 25 e 39 anos de idade, estão na posição de empregado e são formais.

Em relação aos Técnicos de Nível Médio (técnicos químicos, programação, técnicos em geral, corretores e outros) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (assistente e auxiliar administrativo, telefonista, recepcionista, caixa, escriturário e outros), verificam-se algumas semelhanças: estão mais presentes na faixa de 9 a 11 anos de estudo, são brancos em sua maioria, têm entre 25 e 39 anos de idade, são empregados e considerados como trabalhadores formais. Não obstante, diferem em relação ao gênero: os Técnicos de Nível Médio, em geral, são homens, contrariamente, os Trabalhadores dos Serviços Administrativos, em sua maioria, são mulheres.

Os Trabalhadores dos Serviços (trabalhadores domésticos, garçons, vigias, cozinheiros e outros) e os da Produção (vidraceiros, pintores, ajudantes de obras civis, marceneiros, montadores, mecânicos e outros) constituem os grupos com maior número de ocupados, são menos qualificados e, por outro lado, observou-se um crescimento significativo na faixa acima de 12 anos de estudo. Os grupos são considerados não brancos, possuem entre 25 e 39 anos de idade, são trabalhadores informais e se encontram na condição de empregado. O grupo dos Trabalhadores dos Serviços é representado majoritariamente por mulheres e os Trabalhadores da Produção, por homens.

3.6 ANÁLISE DA ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA

Alguns aspectos são ressaltados em relação os grupos ocupacionais para o período de 2002 a 2007, de forma a verificar, dada a dimensão geográfica do Brasil, o perfil das ocupações observado em todo o país e em suas macrorregiões.

Por esta organização e pela análise dos dados, constata-se uma menor proporção das pessoas ocupadas no Brasil e em suas macrorregiões no grupo ocupacional dos Dirigentes, e maior no grupo Trabalhadores de Serviços. Para ambos, porém, reduziu-se a participação no mercado de trabalho como um todo¹⁰, com exceção da Região Sul, onde o maior número de ocupados foi encontrado no grupo denominado Trabalhadores da Produção de bens e de reparo e manutenção.

Adicionalmente, observa-se uma queda na proporção de ocupados Dirigentes e em suas macrorregiões, com exceção da Região Sul, a única a apresentar um aumento na participação percentual desse grupo ocupacional. A média de trabalhadores Dirigentes foi mais elevada na Região Sul (7,87%), seguida das Regiões Centro-Oeste (7,54%) e Sudeste (6,69%). O Nordeste e Norte registraram a mais baixa participação, em média 5,20%, valor inferior ao registrado para o Brasil como um todo (6,54%). Acrescenta-se ainda que a maior retração dessa ocupação encontra-se no Sudeste (1,38%).

A ocupação Profissionais das Ciências e das Artes teve sua participação aumentada em todas as Regiões ao longo da série, especialmente nas Regiões Norte (4,67%) e Centro-Oeste (2,41%). Porém este grupo é em maior número no Sudeste (média de 9,08%), Sul (8,68%) e em menor proporção no Nordeste (6,45%) e Norte (6,41%). A média nacional foi de 8,24%. Ao considerar o grupo Técnicos de Nível Médio, verifica-se uma participação média no Brasil de 9,47%. As Regiões que tiveram a sua maior participação foram o Nordeste (10,03%) e o Norte (9,56%), e a menor, o Centro-Oeste (8,59%). O número dos Técnicos de Nível Médio reduziu-se apenas nas Regiões Centro-Oeste (0,94%) e Norte (1,15%).

Já os Trabalhadores dos Serviços Administrativos são encontrados, por média decrescente, no Sudeste (11,70%), Centro-Oeste (11,26%), Sul (11,11%),

¹⁰ O apêndice B traz a evolução dos ocupados de cada grupo no Brasil e em suas macrorregiões de 2002 a 2007.

Norte (9,27%) e Nordeste (9,20%). A média nacional foi 10,87%. Esse grupo expandiu-se em todas as Regiões, com destaque para a Região Nordeste (2,29%).

O grupo Trabalhadores dos Serviços apresentou o maior número de ocupados no Nordeste (41,83%) e Norte (40,59%), e a menor, no Sul (31,04%), enquanto que, para o Brasil, registrou-se a média de 36,29%. Além disso, esse grupo teve a sua participação reduzida em todas as Regiões, exceto na Região Centro-Oeste.

A maior participação do grupo Trabalhadores da Produção foi encontrada no Sul (31,99%), seguindo-se o Sudeste (28,30%), o Norte (28,97%), o Nordeste (%) e o Centro-Oeste (26,63%). O país registrou a média de 28,59% e esse grupo reduziu-se no país como um todo, principalmente na Região Sul.

Apesar das variações negativas nos grupos ocupacionais Trabalhadores dos Serviços e Trabalhadores da Produção, estes ainda apresentam uma alta proporção entre as pessoas ocupadas, ou seja, essas duas ocupações têm grande peso no mercado de trabalho brasileiro. Para Furtado (2007) e Mello (1990) a conformação do mercado de trabalho brasileiro delineou uma estrutura ocupacional em que a maioria dos ocupados está na base (Trabalhadores dos Serviços e da Produção) e, uma minoria, no topo (Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes). Além disso, alguns estudiosos como, Baltar (2009), Cardoso Jr. (2007) e Pochmann (2006), mostraram uma melhoria no mercado de trabalho nos anos 2000, tais como: aumento e melhoria nas ocupações, política de valorização do salário mínimo, crescimento do emprego assalariado formal entre outras.

Os grupos ocupacionais de liderança, planejamento e mais intelectualizados estão em maior número nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, enquanto os Trabalhadores dos Serviços e da Produção que têm maior proporção estão mais alocados no Norte e Nordeste. Essa desigualdade regional, segundo Furtado (1970) e Cacciamali (2001), deve-se, em parte, ao processo de configuração do mercado de trabalho da sociedade brasileira e pelo perfil histórico da colonização que teve objetivos diferentes: de exploração, ocorridas no Norte e Nordeste e, de povoamento, na Região Sul.

De acordo com Lima (1980), o mercado nacional é dual, e os grupos Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes podem ser considerados como segmento primário independente, ou seja, são considerados de liderança, criativos e de planejamento. Os grupos de execução podem ser caracterizados como

secundário, uma vez que desempenham atividades de linha direta da produção de bens e serviços, burocráticas e de escritório.

3.6.1 Perfil Ocupacional Segundo o Gênero

A análise das ocupações em relação ao gênero mostra um aspecto relevante, ou seja, um crescimento da força de trabalho feminina quando comparada com a dos homens. O número de mulheres ocupadas no Brasil passou de 43,49% em 2002 para 44,75% em 2007, obtendo-se uma variação positiva de 0,48% ao longo do período, enquanto o dos homens ocupados passou de 56,52% para 55,25%, com uma variação negativa de 0,38%.

Percebe-se que os grupos ocupacionais Profissionais das Ciências e das Artes, Trabalhadores dos Serviços Administrativos e Trabalhadores dos Serviços foram mais representados pelas mulheres, para as quais as médias brasileiras foram, respectivamente, 4,88%, 6,39% e 21,95%, enquanto as ocupações Dirigentes, Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores da Produção, em sua maioria, foram desempenhadas por homens. Na Região Nordeste, o grupo Técnicos de Nível Médio se apresentou de maneira diferente, ou seja, constituiu-se de uma mão de obra predominantemente feminina. Algumas ocupações absorvem a mão de obra feminina porque o mercado é segmentado e atribui para aquele posto uma característica feminina.

Em relação às ocupações de liderança e planejamento, observa-se um aumento da participação feminina. As mulheres Dirigentes, apesar de se encontrarem em menor proporção, tiveram sua participação aumentada em 0,74% no Brasil, enquanto os homens tiveram-na reduzida em 1,76%. O número de mulheres do grupo Profissionais das Ciências e das Artes expandiu-se em 2,05% e o de homens em 1,17%, e foi a única onde a participação dessa ocupação experimentou redução entre os homens (0,26%) apenas na Região Norte. As Regiões Sul e Sudeste apresentaram a maior média de mulheres ocupadas nesse grupo (5,33% e 5,28% respectivamente), seguidas do Centro-Oeste (5,02%), Nordeste (3,94%) e Norte (3,74%).

Nas ocupações de execução, verifica-se que o número de mulheres se retraiu apenas nos grupos Técnicos de Nível Médio (0,26%) e Trabalhadores da Produção (0,15%), enquanto a participação dos homens se reduziu nos grupos Trabalhadores dos Serviços (0,41%) e de Produção (0,79%).

A literatura econômica mostra que a divisão do trabalho por sexo é anterior ao capitalismo, porém modificou-se ao longo do seu desenvolvimento com o início do mesmo. As transformações que produziram a separação entre o produtor e os meios de produção também criaram a separação entre o local de produção e o local de reprodução da força de trabalho, ou seja, de reprodução de crianças, de seu cuidado e socialização. Ao se efetuar essa separação, as tarefas foram hierarquizadas e passaram a receber valorização distinta. Dessa forma, para Hartmann apud Brumer (1990), o capitalismo pode ser responsabilizado pela hierarquização das tarefas desempenhadas por homens e mulheres, atribuindo aos homens posições mais elevadas e às mulheres posições inferiores. Além do capitalismo, o autor atribui a diferença de cargos ocupados por homens e mulheres às relações de patriarcado na sociedade, o que gera uma subordinação das mulheres em relação aos homens. “O patriarcado é não apenas uma organização hierárquica, mas uma hierarquia, na qual indivíduos determinados ocupam determinadas posições” (HARTMANN, 1976, apud BRUMER, 1990, p. 34).

Segundo Saffioti (1986), a concentração das mulheres em certas ocupações ocorreu em diferentes períodos da história brasileira. Até o final do século XIX, a existência quase exclusiva da manufatura de tecidos foi o fator responsável para o predomínio das mulheres em atividades secundárias. Porém, no início do século XX, com o desenvolvimento industrial, passou-se a utilizar mais a mão de obra masculina e, em contrapartida, a força de trabalho feminina continuou sendo alocada em mercados secundários e em atividades que exigiam habilidade, destreza e minúcia. Acresce que, à medida que modificações no processo de trabalho simplificavam e rotinizavam as tarefas, desqualificando o trabalho, abria-se o espaço para o trabalho da mulher.

Embora, durante a década de 1970, tenha ocorrido um aumento da proporção de mulheres ocupadas em atividades secundárias e em funções burocráticas de escritório e uma diminuição da proporção de mulheres ocupadas como empregadas domésticas, as ocupações exercidas pela maioria das mulheres brasileiras apresentam algumas características comuns. De um modo geral, são

ocupações com características ditas "femininas": servir, alimentar, limpar, cuidar em caso de doença, educar. Caracterizam-se, também, por seu caráter subalterno e por terem menor prestígio e remuneração do que as atividades exercidas pelos homens (BRUMER, 1990).

Weisskoff (1972) entende que a expansão do emprego feminino nas últimas décadas não representa uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que ela tem sido uma decorrência da expansão da demanda por trabalhadores em ocupações tradicionalmente desempenhadas por mulheres, particularmente em atividades de escritório e serviços. Porém os resultados desta pesquisa mostraram que, além do aumento da participação feminina nas ocupações para as quais se atribui socialmente um caráter feminino, houve um crescimento das mulheres ocupadas em atividades tipicamente masculinas, como, por exemplo, Dirigentes.

Observa-se também uma dualidade entre as Regiões. As mulheres têm mostrado uma tendência crescente de sua participação, em maior proporção nas Regiões Sul e Sudeste quando comparada com o Norte e Nordeste.

Assim, as maiores participações nas ocupações das mulheres foram registradas nas Regiões Sul (2,64%) e Sudeste (2,58%), e as menores no Norte (1,76%) e Nordeste (1,98%). A taxa de crescimento ao longo da série aumentou em relação à dos homens nas Regiões Norte, Sul, Sudeste e no Brasil como um todo. Esse fato é bastante positivo, por indicar um princípio de superação da mulher quanto à diferenciação apontada por Ramos (2007). O indício de que esta situação está em processo de alteração é relevante e sinaliza maior igualdade entre os gêneros, particularmente nas Regiões Sul e Sudeste.

3.6.2 Perfil Escolar das Ocupações

A maior proporção de ocupados está entre as faixas de 9 a 11 anos de estudo (31,11%), seguida pelas faixas de 5 a 8 anos (29,51%), de 0 a 4 anos (22,20%) e acima de 12 anos de estudo (17,15%). Nas Regiões Centro-Oeste e Sul, o percentual de trabalhadores na faixa acima de 12 anos de estudo foi superior ao de 0 a 4 anos de estudo.

As ocupações de liderança e planejamento (Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes) estão alocadas em maior proporção nas faixas acima de nove anos de estudo, mas observou-se uma menor taxa de crescimento nessas faixas quando comparadas com as ocupações de menor conteúdo escolar. O Sudeste foi uma Região em que se verificaram as menores taxas de crescimento nessas ocupações.

Evidencia-se que os grupos Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores dos Serviços Administrativos são considerados como mais qualificados e estão em maiores percentuais entre os trabalhadores que possuem de 9 a 11 anos de estudo (5,99% e 10,07% respectivamente). Em relação às ocupações relacionadas aos Trabalhadores dos Serviços e da Produção, observa-se uma mão de obra menos qualificada, ou seja, esses trabalhadores são mais presentes nas faixas de 0 a 4 anos de estudo (9,62% e 22,20% respectivamente) e 5 a 8 anos (11,76% e 29,15% respectivamente).

Durante todo o período, é notável a ocorrência de taxas de crescimento da escolaridade positivas e relativamente altas, com destaque para as ocupações menos qualificadas, especialmente as dos Trabalhadores dos Serviços e Trabalhadores da Produção, que, em todas as Regiões, teve aumentada a sua participação nas faixas acima de nove anos de estudo.

Dessa forma, o perfil escolar mais qualificado apresentou o mesmo comportamento no Brasil como um todo: crescimento contínuo nas faixas acima de nove anos de estudo para todas as ocupações, principalmente nos grupos ocupacionais Trabalhadores dos Serviços e Trabalhadores da Produção, durante todo o período em análise.

Observa-se que o nível de anos de estudo acima de 12 anos persistiu mais elevado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Embora nessa mesma faixa o maior crescimento seja evidenciado para as Regiões Nordeste (6,86%) e Norte (5,98)%, contra um crescimento mais sutil no Centro-Oeste (4,74%), Sul (4,13%) e no Sudeste (2,73%). O aumento da participação do Brasil foi de 3,5%. Em termos do perfil escolar regional, o mercado é segmentado, visto que o Centro-Oeste, Sul e Sudeste são mais escolarizados do que o Norte e o Nordeste.

Os resultados confirmam a dualidade do mercado de trabalho apresentado por Doeringer e Piore (1971), em que algumas características dos trabalhadores, como escolaridade e sexo, determinam o posto de trabalho em que

os trabalhadores estão alocados. Assim, verifica-se uma segmentação do mercado de trabalho entre os que são mais escolarizados e os que têm menos anos de estudo. Notou-se um aumento das ocupações e do número de qualificados, sendo assim, as ocupações estão absorvendo cada vez mais trabalhadores escolarizados.

3.6.3 Perfil Segundo a Cor e Faixas Etárias

Em relação à cor das pessoas ocupadas, os dados mostram uma maior concentração de ocupados brancos em relação aos não brancos. A participação média no país foi de 54,93% de trabalhadores brancos e 44,98% de não brancos, porém se observa uma variação negativa entre os brancos (1,19%) e uma positiva entre aqueles não brancos. As Regiões Sul e Sudeste são em sua maioria branca e, de maneira oposta, as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste evidenciam uma quantidade superior de trabalhadores não brancos.

Uma análise mais específica aponta que os indivíduos dos grupos de liderança e planejamento, Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes, em sua maioria, são constituídos de brancos (4,84% e 6,04% respectivamente), exceto na Região Norte. No entanto, os Dirigentes brancos tiveram a sua participação no Brasil reduzida em 1,40% em todas as suas Regiões e, de forma oposta, os Profissionais das Ciências e das Artes tiveram a participação de brancos e não brancos no Brasil como um todo de 0,62% e 6,04% respectivamente.

Entre as ocupações de execução, os Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores Administrativos são majoritariamente brancos, para os quais as médias são, respectivamente, 5,79% e 6,82%, ao passo que os Trabalhadores dos Serviços e os Trabalhadores da Produção são, em sua maioria, não brancos (19,20% e 14,24% respectivamente). Além disso, observa-se uma variação negativa para os ocupados brancos e uma positiva para não brancos em todas essas ocupações no país. Ao considerar as macrorregiões, destacam-se algumas especificidades: nas Regiões Sul e Sudeste, em todos os grupos ocupacionais, predominam trabalhadores brancos e, de maneira oposta, no Norte, predominam trabalhadores não brancos.

Na revisão de literatura, Kon (2004, 1995) e Flori (2007) mostraram que o mercado de trabalho ainda apresenta desigualdades nos postos ocupados, nas diferentes dimensões geográficas, em relação a escolaridade e quanto a trabalhadores brancos e não brancos. Apesar de o mercado de trabalho como um todo, nos anos 2000, ter apresentado uma melhora, por ter gerado mais postos de trabalho e aumentado os rendimentos, não foi suficiente para reduzir as desigualdades no perfil das ocupações entre brancos e não brancos, as quais sempre foram significativas na história brasileira. Theodoro (1998) e Kowarick (1994) apontaram que o mercado de trabalho nacional foi desfavorável aos negros, devido à forma de inserção desigual.

Cacciamalli e Batista (2009) caracterizam a segmentação ocupacional como um processo cujos determinantes vão além dos limites da oferta de trabalho, havendo desvantagens históricas. Por isso, deve-se levar em consideração que a segmentação é causada pela discriminação, por exemplo, de sexo e cor, entre outras variáveis, originadas por valores sociais. Dada uma heterogeneidade entre as ocupações, os resultados dessa pesquisa mostram que não brancos ocupam postos de trabalho de menor conteúdo. Notou-se uma dualidade entre as dimensões geográficas brasileiras, pois as Regiões Sul e Sudeste são constituídas majoritariamente pelos ocupados de cor branca e Centro-Oeste, Norte e Nordeste pelos de cor não branca. Isso ocorre devido a um perfil histórico, no qual os negros, desde o processo de formação do Brasil, eram escravos e, esgotada a possibilidade de continuar com o trabalho escravo, passaram a ocupar cargos inferiores e os brancos sempre privilegiados.

Vale mencionar que houve dois tipos de colonização no Brasil: o de exploração, que era voltado para o mercado internacional e para a extração de recursos naturais, realizada pelos escravos nas Regiões Norte e Nordeste e o outro, de povoamento, o qual as pessoas vinham para trabalhar na lavoura em substituição à mão de obra escrava, ocorrido no Sul. Com a vinda da família real e a abertura dos portos, passaram a existir no Brasil outras culturas, interagindo e acarretando uma diversidade de etnias. Além dos diferentes tipos de colonização, no seu início, ela ocorria apenas no Norte e Nordeste e só a partir do século XIX e XX, começaram o desenvolvimento da Região Sul. Fica claro que objetivos diferentes de colonização e o Sul sendo povoado mais tarde tiveram como consequência uma população branca de ocupados nessa Região bem superior ao das Regiões Norte, Nordeste e Centro-

Oeste. Esse fato corrobora com os resultados desta pesquisa para os anos 2000, onde os ocupados brancos são em proporção elevada no Sul e Sudeste.

Ao se analisar o perfil etário da população ocupada brasileira, um aspecto que se mostra relevante é a média dos trabalhadores ocupados, que, na faixa de 16 a 24 anos, foi de 20,61%; na faixa de 25 a 39 anos, 42,01% e de 37,37% nos ocupados acima de 40 anos. Na faixa etária de 16 a 24 anos de idade, verificou-se maior participação média do grupo de Trabalhadores dos Serviços (7,61%) e da Produção (5,85%), porém estes apresentaram uma tendência de queda em todo o período. Além disso, observou-se um crescimento da faixa de 40 a 65 anos em todos os grupos e Regiões ao longo do período.

Braga e Rodarte (2006) ressaltam a dificuldade enfrentada pelos jovens para se inserirem ocupacionalmente, em geral pela falta de experiência. Esse segmento, nos anos 1990, teve acesso às atividades econômicas com maior dificuldade, devido às altas taxas de desemprego e ao aumento do vínculo informal. Segundo Cardoso Jr. (2007), Ramos (2007) e Pochmann (2006), o mercado de trabalho, nos anos de 1990, foi marcado pelo desemprego, pela informalidade e relações precárias de trabalho. Na década de 2000, passou por várias transformações, tais como, redução do desemprego, aumento de trabalhadores com carteira assinada, política de valorização do salário mínimo e queda na desigualdade de renda. Essas mudanças se fizeram sentir no aumento do número de trabalhadores em todos os grupos ocupacionais na faixa de 40 a 65 anos de idade.

O quadro populacional brasileiro, nas três primeiras décadas do século XXI, favorece o crescimento econômico e, de acordo com Alves (2008), é devido ao “bônus demográfico¹¹”, que representa uma oportunidade decorrente da estrutura etária da pirâmide populacional. Explica o autor que o Brasil passa por uma situação interna favorável ao longo dos anos 2000, e mostra que os trabalhadores ocupados mais preparados em termos de idade podem contribuir com a elevação da produção do país, ou seja, além de ter a maioria da população adulta, há um aumento da população ocupada com mais de 40 anos de idade. Dessa forma, entende o autor que os indivíduos ocupados não são um entrave e sim um fator de

¹¹ É um fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (mais idosos, crianças e adolescentes) e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais dos cidadãos (ALVES, 2008, p. 1).

crescimento econômico para o país. Assim, o país deveria aproveitar esse “bônus” para alavancar o desenvolvimento.

3.6.4 Posição na Ocupação e Condição na Ocupação

Um fator freqüentemente caracterizado como contribuinte para a composição discrepante dos rendimentos entre as ocupações é a forma como se dispõem as posições e a condição na ocupação no mercado de trabalho, que podem ser bons indicadores de como se procede à participação efetiva dos ocupados.

Os dados apontam que a população brasileira ocupada é composta por empregados no país como um todo e nota-se ainda crescimento ao longo dos anos. Em média, 74,72% da população ocupada brasileira constituem-se de empregados, 20,95% trabalham por conta própria e apenas 4,58% são empregadores. Isso evidencia a predominância e o crescimento do mercado de trabalho baseado no assalariamento, presentes na história no país. Pochmann (2006) aponta sinais de ruptura da tendência geral do mercado de trabalho a partir da década de 1980, como decréscimo do assalariamento, especialmente dos empregos regulares e registrados. Porém, na década de 2000, o autor constata uma elevação das ocupações assalariadas. O que confirma os resultados desta pesquisa.

No entanto, o grupo Dirigentes, em sua maioria, ocupa a posição de empregador (média de 3,35%) e, quando comparado com os outros grupos, é menos representado na posição de trabalhador por conta própria (0,03%), embora esse grupo tenha tido sua participação aumentada significativamente entre os Dirigentes por conta própria e reduzida na posição empregador. Vale lembrar que, no Sul, os Dirigentes empregados são a maioria entre os ocupados ao longo do período. Por sua vez, os grupos Profissionais das Ciências e das Artes, Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, dos Serviços e da Produção estejam mais presentes na posição de empregados, em média, 6,45%, 7,87%, 10,66%, 27% e 19,34% respectivamente.

Entre 2002-2007, os indivíduos considerados trabalhadores por conta própria estão mais presentes entre os grupos Trabalhadores dos Serviços

(8,71%) e da Produção (9%), entretanto sua participação se reduz no Brasil como um todo. O grupo Dirigentes é em menor quantidade na posição conta própria, porém apresentou um crescimento significativo para todas as Regiões brasileiras, com destaque para o Sul.

Alguns aspectos são relevantes quanto à condição na ocupação da população ocupada brasileira. Como mencionado anteriormente, classificam-se os empregados e trabalhadores domésticos com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários como trabalhadores formais; e, como informais, os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, os que trabalham por conta própria e os empregadores.

Conforme a classificação usada neste estudo, notou-se que 48,65% dos trabalhadores são formais e 51,36% são informais no Brasil, muito embora haja algumas peculiaridades entre as Regiões: o Sul e o Sudeste têm uma proporção maior de ocupados formais, enquanto, nas outras Regiões os trabalhadores são majoritariamente informais. Sendo que o Norte e o Nordeste colaboraram para as maiores discrepâncias quanto à condição na ocupação.

As ocupações Dirigentes (4,15%), Trabalhadores dos Serviços (21,44%) e Trabalhadores da Produção (16,55%) estão mais informalizadas, enquanto os grupos Profissionais das Ciências e das Artes (4,78%), Técnicos de Nível Médio (5,73%) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (21,44%) estão mais formalizados. Esse comportamento é verificado em todo o território nacional, exceto no Sul, onde os Trabalhadores dos Serviços foram considerados formais. Além disso, houve uma redução da taxa de crescimento em grupos de mão de obra informal, exceto no grupo Profissionais das Ciências e das Artes.

Em concordância com Cardoso Jr. (2007) sobre as fontes de recuperação do emprego formal, existem indicações na literatura de que os cinco fatores elencados pelo autor, mencionados anteriormente, contribuíram para aumentar a proporção dos trabalhadores com carteira assinada ao longo dos anos 2000. Pochmann (2006) acrescenta que, entre as décadas de 1930 e 1980, teve importância o movimento geral de estruturação do mercado de trabalho, consoante à industrialização e à institucionalização das relações de trabalho, marcado pela expansão do emprego assalariado formal. Na década de 1990, passou a prevalecer o movimento de desestruturação do mercado de trabalho e, a partir de 1999, registram-se mudanças que sinalizam uma contraposição em relação ao

comportamento geral de desestruturação do mercado de trabalho, ou seja, verifica-se o predomínio do assalariamento formal no total das ocupações.

No entanto, quando comparado o período 2001-2005 com o quinquênio anterior, os estudos evidenciam transformações positivas para o mercado de trabalho (CARDOSO JR., 2007; RAMOS, 2007; POCHMANN, 2006). Em primeiro lugar, constata-se que, apesar da forte recuperação da taxa de participação, a ocupação total teve um desempenho positivo, contribuindo para a manutenção da taxa de desemprego inferior a 10% ao ano.

Desse modo, seis variáveis elementares de estudo do mercado de trabalho foram elencadas para análise da estrutura ocupacional brasileira ao longo do período de 2002 a 2007. Por fim, pode-se resumir o que segue:

Os resultados confirmam que o mercado de trabalho brasileiro é dual, o qual, segundo a teoria da segmentação, pode ser dividido em primário e secundário. Dado que as ocupações são heterogêneas e possuem características próprias, o mercado primário independente pode ser definido pelos grupos ocupacionais que têm maior conteúdo e planejamento e são mais qualificados, Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes. O mercado primário rotineiro é representado pelas ocupações de menor conteúdo e execução (Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, dos Serviços e da Produção).

Ao lado disso, a conformação do mercado de trabalho brasileiro é historicamente desigual, ou seja, o desenvolvimento econômico observado em diferentes Regiões do país tem uma natureza concentradora e centralizadora do capital no processo de desenvolvimento capitalista do país, o que gerou um caráter desigual. Assim, a estrutura ocupacional é vista, em um primeiro momento, como resultante do processo de desenvolvimento econômico e, em segundo momento, há a continuação do processo de desenvolvimento.

Afirma Kon (1995, p. 24) que “estrutura é a forma ou padrão de relacionamento que determina e mantém a configuração de algo ou a ordem interna de suas partes constitutivas”. Ao extrapolar esse conceito amplo para as ocupações na realidade de cada macrorregião brasileira, foi possível observar, neste estudo, padrões definidos entre os grupos ocupacionais, ou seja, são regulares e previsíveis, e, ainda, apresentam configurações semelhantes para as Regiões de nível de desenvolvimento aproximado, porém com algumas especificidades. Por outro lado, verificaram-se algumas tendências no comportamento da estrutura ocupacional.

De forma geral, observou-se um aumento da participação feminina, especialmente nas ocupações consideradas mais qualificadas, mas no grupo dos ocupados Dirigentes estão em menor proporção e reduziram sua participação (exceto na Região Sul). Já os Trabalhadores dos Serviços e da Produção estão em maior proporção e vêm reduzindo sua participação no mercado de trabalho brasileiro.

Outra tendência pode ser apontada pela cor, apesar de a maioria da população ocupada brasileira ser de cor branca em todas as regiões, houve crescimento dos não brancos em todas as ocupações, sobretudo na Região Sudeste. Constata-se para os grupos de execução (em especial Trabalhadores dos Serviços e da Produção) uma tendência positiva em relação ao seu perfil escolar, ou seja, embora fossem menos qualificados, apresentaram crescimento significativo nas faixas acima de nove anos de estudo. Além disso, destaca-se o aumento significativo dos Dirigentes por conta própria e uma redução na posição de empregador. Observou-se um aumento do assalariamento, dos ocupados formalizados e o crescimento da participação em todos os grupos ocupacionais dos indivíduos acima de 40 anos de idade em todo país e a situação do “bônus demográfico”.

Por fim, diante da heterogeneidade entre as ocupações, pode também haver desigualdade de rendimento. Nesse sentido, faz-se necessário analisar a trajetória do rendimento, distribuição entre as classes de renda e o comportamento da desigualdade de rendimentos dos grupos ocupacionais.

4 DIFERENÇAS NOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E O PERFIL DAS OCUPAÇÕES: RELAÇÕES PARENTAIS

O objetivo desta seção é analisar a trajetória do rendimento do trabalho dos grupos ocupacionais e sua distribuição entre os ocupados nas classes econômicas no Brasil e em suas macrorregiões. Investigam-se, também, o comportamento da desigualdade de rendimento dos grupos ocupacionais.

4.1 EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DO TRABALHO NO BRASIL E EM SUAS MACRORREGIÕES

Tão importante quanto as identificações pessoais, como sexo, escolaridade, cor, perfil etário, posição e condição na ocupação dos trabalhadores brasileiros, é considerar, especificamente, o rendimento proveniente do trabalho ao longo dos anos entre 2002 e 2007.

O gráfico 31 ilustra esse rendimento nas diferentes ocupações no Brasil entre 2002 e 2007

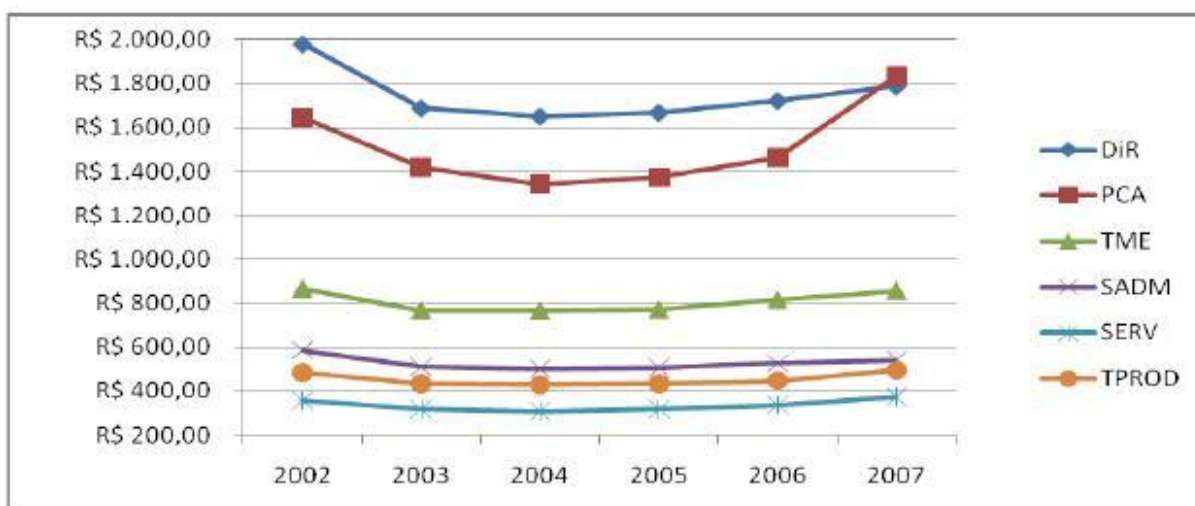


Gráfico 31 – Evolução da renda média em reais dos grupos ocupacionais no Brasil, 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

Uma análise mais específica explicita uma diferença no rendimento médio em relação aos grupos ocupacionais no Brasil: os grupos de liderança e planejamento possuem um rendimento mais elevado quando comparado com os grupos de execução. Entre 2002 e 2007, em média, os Dirigentes têm um rendimento de R\$ 1.750,09 e os Profissionais das Ciências e das Artes de R\$ 1.513,24, enquanto o rendimento dos Técnicos de Nível Médio é de R\$ 806,30, Trabalhadores dos Serviços Administrativos R\$ 528,89, Trabalhadores da Produção R\$ 455,33 e, por último, os Trabalhadores dos Serviços de R\$ 336,25. Esse comportamento de grupos que auferem rendas superiores e inferiores é homogêneo em todas as regiões brasileiras.

Esses resultados confirmam a revisão de literatura. Furtado (2007) e Cacciamali (2001) mostraram um processo histórico concentrador de renda e de exclusão econômico e social na sociedade brasileira. Os autores atribuem esse perfil às estratégias de desenvolvimento em diferentes fases da economia brasileira, principalmente com a consolidação da indústria brasileira. Lacerda (1994) expõe que o processo de substituição de exportações provocou um processo de concentração desigual entre os estratos de renda.

A tabela 12 mostra a evolução do rendimento médio em cada grupo ocupacional nas macrorregiões brasileiras entre 2002 e 2007. Ao considerar as regiões brasileiras separadamente, ao longo dos anos estudados, observa-se que os ocupados Dirigentes (diretores em geral, gerentes, dirigentes do poder público, etc.) apresentaram o maior rendimento médio na Região Sudeste (R\$ 1.923,33), seguiram-se pelas regiões Centro-Oeste (R\$ 1.889,15), Sul (R\$ 1.688,16), Norte (R\$ 1.435,75) e Nordeste (R\$ 1.243,62).

Entre 2002 e 2007, a maior média de renda do grupo Profissionais das Ciências e das Artes (engenheiros, professores, médicos, dentistas, psicólogos, escritores, advogados, etc.) ocorreu no Centro-Oeste (R\$ 1.754,54), ocorrido nas regiões Sudeste (R\$ 1.540,33), Sul (R\$ 1.369,99), Norte (R\$ 1.214,52) e Nordeste (R\$ 1.120,84).

Os grupos Técnicos de Nível Médio (técnicos químicos, programação, técnicos em geral, corretores, etc.) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (assistente e auxiliar administrativo, telefonista, recepcionista, caixa, escriturário, etc.) têm a maior média no Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O maior valor médio do rendimento dos Trabalhadores dos Serviços (trabalhadores domésticos, garçons, vigias, cozinheiros, etc.) e da Produção (vidraceiros, pintor, ajudantes de obras civis, marceneiros, montadores, mecânicos, etc.) é observado na Região Sudeste (R\$ 398,31 e R\$ 528,29 respectivamente) e, posteriormente, no Sul (R\$ 374,08 e R\$ 491,22 respectivamente), Centro-Oeste (R\$ 368,12 e R\$ 456,54 respectivamente), Norte (R\$ 298,77 e R\$ 389,12 respectivamente) e Nordeste (R\$ 242,34 e R\$ 311,45 respectivamente).

Os dados apontam que a média de renda, em termos reais, nas Regiões Sul e Sudeste, é mais elevada do que a do Norte e Nordeste. Soares e Oliveira (2004) e Cacciamali (2001) confirmam que a disparidade é marcante entre

essas regiões em suas pesquisas, destacam as diferenças regionais, enfatizando que a Região Sudeste, no início da industrialização, representava a região mais dinâmica da economia. Hoffmann (2001) acrescenta que um dos motivos da desigualdade de rendimentos deve-se à formação econômica e social excludente do processo de colonização no país, que se deu com objetivos diferentes nessas regiões.

Tabela 12 – Distribuição do rendimento médio do trabalho, em reais, nas ocupações Brasil e macrorregiões, 2002 e 2007.

Ocupação	Região Centro-Oeste						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	1.989,55	1.698,81	1.827,44	1.953,25	1.833,22	1.732,46	1.889,16
PCA	1.885,12	1.721,66	1.656,93	1.581,10	1.843,43	1.727,32	1.635,93
TMED	930,43	806,65	824,53	874,38	981,70	877,61	832,55
SADM	601,98	505,56	541,45	541,41	592,32	436,28	536,50
SERV	378,29	342,83	325,09	353,04	397,76	366,19	343,87
TPROD	478,96	436,50	426,53	428,91	472,66	447,52	431,85
Ocupação	Região Norte						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	1.791,10	1.545,32	1.666,64	1.648,83	1.711,18	1.426,37	1.435,74
PCA	1.493,81	1.357,72	1.279,71	1.312,27	1.410,05	1.365,49	1.214,52
TMED	955,34	838,75	845,59	836,72	967,98	806,80	655,67
SADM	583,14	518,07	518,09	540,36	568,47	482,82	462,18
SERV	385,06	351,59	341,71	356,15	394,43	335,66	298,77
TPROD	512,32	463,65	462,73	477,06	504,68	432,11	389,12
Ocupação	Região Nordeste						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	1.160,60	1.147,69	1.272,31	1.288,71	1.461,97	1.332,46	1.243,62
PCA	1.150,46	1.050,89	1.074,36	1.072,35	1.249,68	1.127,32	1.120,84
TMED	590,85	490,12	507,71	495,92	593,28	577,61	542,58
SADM	470,00	387,92	392,13	404,39	446,59	436,28	422,89
SERV	263,54	221,07	214,18	229,56	259,55	266,19	242,35
TPROD	327,56	284,99	282,28	290,07	336,34	347,52	311,46
Ocupação	Região Sul						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	1.791,10	1.545,32	1.666,64	1.648,83	1.711,18	1.765,94	1.688,17
PCA	1.493,81	1.357,72	1.279,71	1.312,27	1.410,05	1.364,64	1.369,70
TMED	955,34	838,75	845,59	836,72	967,98	923,35	894,62
SADM	583,14	518,07	518,09	540,36	568,47	566,46	549,10
SERV	385,06	351,59	341,71	356,15	394,43	415,58	374,09
TPROD	512,32	463,65	462,73	477,06	504,68	526,89	491,22
Ocupação	Região Sudeste						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	2.222,57	1.886,11	1.782,42	1.779,29	1.934,96	1.937,95	1.923,88
PCA	1.805,52	1.510,36	1.409,65	1.471,14	1.524,85	1.520,49	1.540,33
TMED	988,30	882,00	866,49	866,37	896,97	958,23	909,73
SADM	637,35	555,30	530,29	526,90	551,75	568,79	561,73
SERV	409,23	362,14	483,34	353,78	367,93	413,46	398,31
TPROD	554,06	494,47	571,29	488,81	506,45	554,66	528,29
Ocupação	Brasil						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	1.980,37	1.688,79	1.651,65	1.668,19	1.722,83	1.788,76	1.750,10
PCA	1.646,91	1.419,64	1.341,36	1.373,08	1.464,42	1.834,08	1.513,25
TMED	866,15	766,85	764,34	769,85	814,27	856,39	806,31
SADM	586,32	510,47	500,45	506,33	527,32	542,51	528,90
SERV	358,47	319,72	308,96	319,74	337,56	373,06	336,25
TPROD	485,62	435,78	429,27	436,25	448,08	496,99	455,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

Os grupos de liderança e planejamento são os grupos de renda mais alta, porém possuem algumas peculiaridades. No grupo que possui a maior média

de rendimento, ou seja, Dirigentes, verifica-se uma menor proporção de ocupados, embora tenha reduzido sua participação, maior qualificação e a maioria homens, e houve aumento da mão de obra feminina nesta ocupação no Brasil. Os ocupados são brancos, possuem um perfil etário entre 40 e 65 anos de idade (exceto Norte) e ocupam a posição empregador (exceto Sul).

Os Profissionais das Ciências e das Artes têm a segunda maior média do rendimento, e é mais representado entre as mulheres. Houve aumento do número de ocupados em todo país, são mais qualificados, apresentaram a maior média dos trabalhadores acima de 12 anos de estudo ao longo do período. São brancos (exceto Norte), possuem entre 25 e 39 anos de idade e ocupam a posição de empregado. Destaca-se que os grupos de renda mais alta são considerados mais qualificados. Existem três possibilidades teóricas: Becker (1993) e Shultz (1973) acreditam que quanto mais uma pessoa se educa, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade isso permite que receba maiores rendas. Ehrenberg e Smith (2000) mostram também que maior escolaridade e maior renda se dá pelo viés de seleção. No entanto a segmentação é a teoria que melhor explica nesse estudo, uma vez que a teoria do capital humano não tem um caráter geral e se aplica apenas em alguns casos.

Os grupos considerados menos qualificados, Trabalhadores dos Serviços e da Produção, apresentaram o menor valor médio do rendimento em todas as regiões, além disso, a maioria é não branca, exceto no Sul e Sudeste, ocupam a posição de empregado, possuem entre 25 e 39 anos de idade. São os grupos com o maior número de ocupados, embora esteja sendo reduzida sua participação no mercado de trabalho como um todo. Os Trabalhadores dos Serviços, além de serem mais representados pelas mulheres, auferiram menor renda média ao longo do período. Vale destacar o Nordeste e Norte, cujas regiões apresentaram o menor valor médio do rendimento em todos os grupos ocupacionais.

Os Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores Administrativos possuem um rendimento médio intermediário em relação aos outros grupos. São considerados qualificados, embora estes estejam mais presentes na faixa de 09 a 11 anos estudo, têm entre 25 e 39 anos de idade e diferem quanto ao gênero dos trabalhadores. Os Trabalhadores dos Serviços Administrativos são mais representados pelas mulheres.

Os resultados indicam que a estrutura ocupacional se manteve no período e é dual em todas as regiões em relação à renda. Extrapolando a teoria da segmentação de dentro das empresas para o mercado, observa-se que o segmento primário independente, ou seja, os que ocupam uma atividade de criatividade e liderança auferem maiores salários, assim como os Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Arte. Enquanto o mercado secundário, formado pelos indivíduos que ocupam cargos de menor conteúdo e de execução, como Trabalhadores dos Serviços e da Produção, recebe rendimentos relativamente baixos.

Em geral, quanto ao rendimento do trabalho principal, houve uma tendência de queda em seu valor médio no Brasil e em todas as regiões nos anos de 2002 e 2003. Esse comportamento é verificado em todas as ocupações, com destaque para os grupos de liderança e planejamento, cujo rendimento caiu de forma mais acentuada e, para os Trabalhadores dos Serviços e da Produção, de forma menos acentuada.

Em relação à taxa de crescimento do rendimento das ocupações, entre 2004 e 2007, verifica-se que os grupos com renda mais baixa, como Trabalhadores dos Serviços e da Produção, apresentaram aumentos mais significativos de renda em todas as regiões. Já o grupo de renda mais alta, Dirigentes, retraiu-se apenas no Nordeste (0,09%), porém foi observado, nas demais regiões, um crescimento pouco expressivo. O segundo grupo de renda mais alta, Profissionais das Ciências e das Artes, apresentou uma variação negativa apenas no Norte (0,09%) e Nordeste (0,01%). Por fim, os Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores do Serviço Administrativo retraíram-se apenas no Nordeste e Sul.

Os estudos de Cardoso Jr. (2007), Baltar (2009) e Dedecca (2009) apontaram também queda nos rendimentos ocupacionais no início dos anos 2000 a 2004 e, nos anos seguintes, houve recuperação dos rendimentos de forma diferenciada. O trabalho de Cardoso Jr. (2007) aponta que os rendimentos aumentaram mais nas ocupações de renda baixa entre 2004 e 2007. E esse resultado é verificado também nesta pesquisa. Evidências de Maia (2006) mostraram que os grupos de renda mais alta são os grupos mais desiguais, os quais são restritos à minoria dos ocupados, o que corrobora para seus elevados índices de concentração dos rendimentos.

Os grupos ocupacionais menos qualificados e com rendimento mais baixo, ou seja, Trabalhadores dos Serviços da Produção foram os que mais

colaboraram para o aumento do rendimento do trabalho principal no país entre 2002 e 2007. A revisão de literatura mostrou uma redução na desigualdade de renda desde 1995, e essa queda nos anos de 1990 foi marcada por um processo de deterioração do mercado de trabalho. Porém esse declínio da desigualdade foi mais acentuado na década de 2000, notadamente entre 2001 e 2004. Dessa forma, Soares (2006), Barros et al. (2006) mostraram que um dos responsáveis para essa queda da desigualdade foi o aumento do rendimento do trabalho no país. Hoffmann (2006) associa também o comportamento da melhoria da desigualdade de renda aos rendimentos derivados do trabalho e, em menor proporção, apesar de importante, à ampliação dos programas de transferência.

Além disso, no período compreendido entre 2004 e 2007, houve uma elevação do nível de rendimento favorecida pela maior estabilidade da economia, recuperação do poder de compra do salário, maior geração de emprego pela formalização dos contratos de trabalho, pelos melhores reajustes das categorias profissionais e pela valorização do salário mínimo.

4.2 OS RENDIMENTOS DO TRABALHO E O PERFIL OCUPACIONAL

Para entender o efeito da ocupação do indivíduo sobre o rendimento, investigou-se o comportamento da taxa de crescimento do rendimento do trabalho das ocupações. A tabela 13 ilustra os resultados da regressão da taxa de crescimento do rendimento do trabalho¹² entre os grupos ocupacionais para o Brasil¹³ nos anos de 2002 a 2007.

¹² Vale lembrar que os dados referem-se à taxa de rendimento real e que têm como base o ano de 2002.

¹³ Ver, no apêndice A, os resultados das regressões da taxa de crescimento do rendimento do trabalho para as macrorregiões brasileiras.

Tabela 13 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, no Brasil, 2002-2007.

DIR X PCA α 80,84*	DIR X TME α 86,02**	DIR X SADM α 85,40**	DIR X SERV α 85,40*	DIR X PROD α 85,88*
β_1 4,84**	β_1 -0,33**	β_1 0,88**	β_1 0,28**	β_1 -0,19**
β_2 -10,83*	β_2 71,08**	β_2 -10,80**	β_2 -11,62*	β_2 -10,62*
β_3 -2,71**	β_3 -84,63**	β_3 -2,74**	β_3 -1,92**	β_3 -2,92**
	PCA X TME α 86,02**	PCAX SADM α 84,80**	PCA X SERV α 85,40*	PCA X PROD α 85,88*
	β_1 -5,18**	β_1 -3,96**	β_1 -4,56**	β_1 0,14**
	β_2 71,08**	β_2 -10,80*	β_2 -11,62*	β_2 -10,63*
	β_3 -81,91**	β_3 -0,02**	β_3 -0,79**	β_3 81,71**
		TMEX SADM α 85,88**	TMEX SERV α 84,80**	TME X PROD α 85,40*
		β_1 -5,04**	β_1 1,22**	β_1 0,61**
		β_2 -10,63**	β_2 -10,80**	β_2 -11,62**
		β_3 0,20**	β_3 81,80**	β_3 82,71**
			SADM X SERV α 85,88*	SADM X PROD α 85,80*
			β_1 -1,07*	β_1 2,30**
			β_2 -10,63*	β_2 -11,90*
			β_3 -0,17**	β_3 -0,19**
				SERV X PROD α 85,88*
				β_1 -0,47**
				β_2 -10,63*
				β_3 -0,19**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

*Significativo a 5% (Teste bilateral)

** Não Significativo

Os resultados da regressão não mostraram diferenças significativas entre os grupos ocupacionais, isto é, a variação da taxa de crescimento da renda real dos Dirigentes não foi diferente da variação da taxa de crescimento das outras ocupações, assim como o mesmo resultado é válido para os Profissionais das Ciências e das Artes, Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, dos Serviços e da Produção contra as outras ocupações.

O β_2 capta a participação do rendimento do trabalho em cada período (2002-2004 e 2005-2007) e com o mesmo efeito no grupo de controle e de tratamento analisados. Dessa forma, os resultados apontaram que houve queda na

variação da taxa de crescimento da renda do Brasil no período de 2005-2007 em todos os grupos ocupacionais, exceto nos Técnicos de Nível Médio, quando comparado com o período de 2002-2004.

A diferença da taxa de crescimento das ocupações no Brasil e em suas macrorregiões mostrou que as variações ocorreram desde o início do primeiro período (2002-2004), ou seja, quando a renda estava em uma trajetória de queda e, no segundo período (2005-2007), quando o rendimento estava aumentando. Contudo, no período entre 2005 e 2007, a variação da taxa de crescimento é menos acentuada do que em 2002-2007. Destaca-se que a variação da taxa de crescimento foi negativa para todo período e não houve inflexão na variação da taxa de crescimento entre os dois períodos analisados.

O grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes juntamente com as ocupações de execução, Trabalhadores dos Serviços Administrativos (-10,80%), com Trabalhadores dos

Serviços (-11,62%) e com os Trabalhadores da Produção (-10,63%) apresentaram o mesmo comportamento de queda da taxa de crescimento da renda real. Dessa forma, os Trabalhadores dos Serviços Administrativos com Trabalhadores dos Serviços (-10,63%) e com os

Trabalhadores da Produção (-11,90%), e os Trabalhadores dos Serviços e com os Trabalhadores da Produção (-10,63%) tiveram o mesmo comportamento de queda da taxa de crescimento da renda. Salienta-se que a queda na variação da taxa de crescimento da renda teve uma pequena diferença entre os grupos de liderança e de planejamento.

Ao analisar as macrorregiões brasileiras, nota-se um comportamento diferente na Região Nordeste (ver tabela A4 no apêndice). Esta região foi a única que a interação SiPi foi significativa, ou seja, mostrou mudança de 2002-2004 para 2005-2007, na diferença da variação da taxa de crescimento do rendimento do trabalho entre os grupos Dirigentes e

Profissionais das Ciências e das Artes (-0,5%) (comportamento evidenciado no gráfico 32) e, Dirigentes e Trabalhadores da Produção, -19,11%.

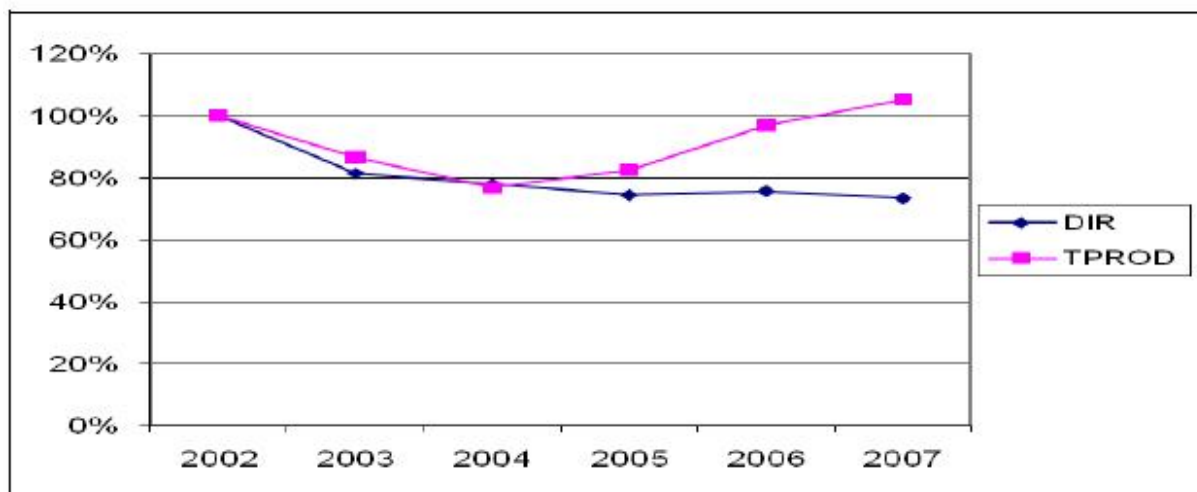


Gráfico 32 – Taxa de crescimento do rendimento dos grupos Dirigentes e Trabalhadores da Produção, Região Nordeste, 2002-2007.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

O gráfico 33 mostra o comportamento das ocupações Dirigentes e Trabalhadores dos Serviços Administrativos, que refletem o mesmo comportamento nos demais grupos ocupacionais.

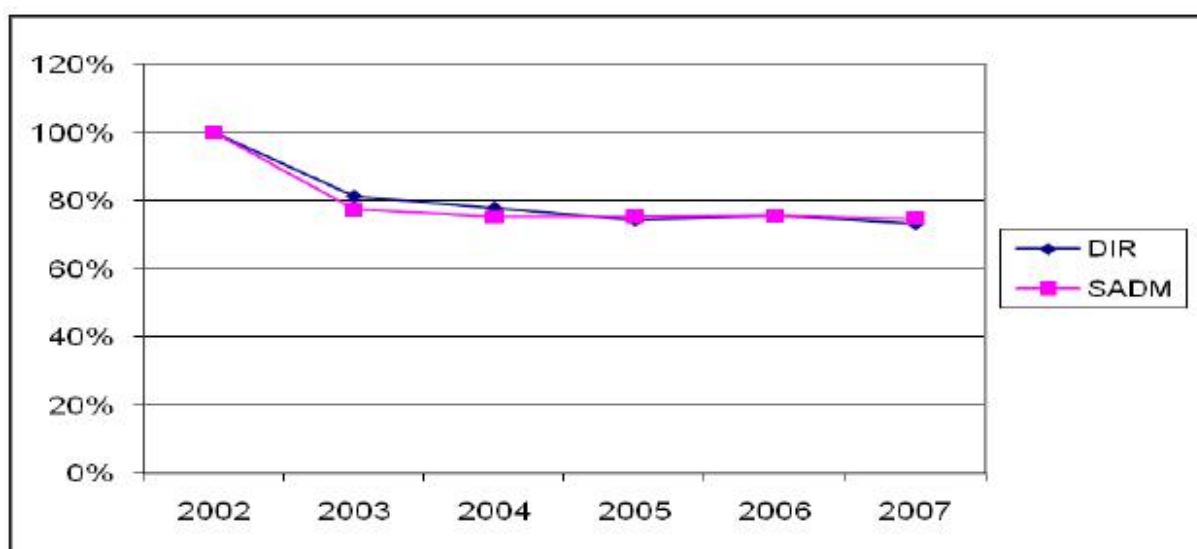


Gráfico 33 – Taxa de crescimento do rendimento dos grupos Dirigentes e Trabalhadores dos Serviços Administrativos, Região Nordeste, 2002-2007.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

Dessa forma, em relação ao efeito dos perfis ocupacionais sobre os rendimentos, constata-se, enfim, que a variação da taxa de crescimento do

rendimento apenas apresentou mudanças para o Nordeste nos grupos Dirigentes x Profissionais das Ciências e das Artes (comportamento ilustrado no gráfico 34) e, sobretudo, no grupo Dirigentes x Trabalhadores da Produção. Para o Brasil e demais regiões, os grupos não apresentaram diferenças nas taxas de crescimento da renda.

4.3 OCUPAÇÃO E RENDIMENTO DO TRABALHO: AS MUDANÇAS NAS CLASSES DE RENDA

Além de analisar a evolução do rendimento médio real das ocupações, é importante verificar como tem sido a distribuição entre os ocupados nas classes de renda¹⁴. A tabela 14 expõe o percentual de ocupados em cada grupo ocupacional segundo as classes de renda.

Desse modo, entre 2002 e 2007, é possível observar que, em média, 68,86% das pessoas ocupadas no Brasil compõem a classe E (ganham até R\$ 768,00), contra 3,03% alocados na classe AB (ganham acima de R\$ 4.591,00), 16,58% estão presentes na classe C (R\$ 1.064,00 a R\$ 4.591,00) e 11,08% na D (de R\$ 768,00 a R\$ 1.064,00).

Algumas observações são relevantes quanto às classes de renda nas regiões brasileiras. No que se refere às classes de renda AB e C, nota-se que a maior proporção de ocupados na classe AB, em média, está nas Regiões Centro-Oeste¹⁵ (3,65%) e Sudeste (3,08%), seguidas do Sul (2,47%), Norte (1,50%) e Nordeste (1,03%). Os trabalhadores que compõem a classe C estão mais presentes no Sudeste (19,60), Sul (18,65%), posteriormente, nas regiões Centro-Oeste (18,61%), Norte (16,17%) e, por último, no Nordeste (8,65%). Entretanto, para as classes de renda mais baixa, observa-se uma maior participação média de ocupados na classe D no Sul (12,71%), Sudeste (12,59%), Centro-Oeste (10,58%), Norte (8,50%) e Nordeste (6,30%). Na classe de renda E, é notável o maior número de trabalhadores no Nordeste (84,01%), seguido das regiões Norte (76,56%), Centro-Oeste (67,28%), Sul (65,05%) e Sudeste (63,27%).

¹⁴ O rendimento segue a divisão em classes econômicas de acordo com o trabalho de Neri (2010).

¹⁵ Inclui o Distrito Federal. trabalhadores estão presentes no mercado secundário, isto é, possuem rendimentos baixos e são menos qualificados

Uma análise mais pormenorizada acerca dos grupos ocupacionais mostra que os grupos de liderança e planejamento, Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes, estão mais presentes na classe C (R\$ 1.064,00 a R\$ 4.591,00) em todo território nacional. Destacam-se os ocupados Dirigentes na classe C, em maior número no Sul (4,16%), e em menor, no Nordeste (0,38%). Já os Profissionais das Ciências e das Artes que compõem a classe C são mais percebidos na Região Sudeste (4,42%). Aliado a isso, essas duas ocupações representam a maioria de trabalhadores na classe de renda AB (ganham acima de R\$ 4.591,00) quando comparadas com as ocupações de execução ao longo dos anos analisados.

Nos grupos de execução, a maioria é representada na classe de renda E (ganham até R\$ 768,00), e este percentual é bem superior aos trabalhadores das outras classes nesse grupo em todo Brasil. Esse comportamento é mais acentuado nas regiões Nordeste e Norte.

Os resultados mostram que, aproximadamente, 50% da população brasileira ocupada que está na classe de renda mais baixa (E) fazem parte dos grupos Trabalhadores dos Serviços e da Produção. Isso corrobora com a teoria da segmentação do mercado e, ainda, estes

Tabela 14 – Distribuição da proporção média dos ocupados nas classes de renda, nos grupos ocupacionais no Brasil e macrorregiões, 2002 a 2007.

Ocupação	Região Centro-Oeste			
	A/B	C	D	E
DIR	1,24	3,74	1,02	1,39
PCA	1,47	3,85	1,40	2,07
TMED	0,39	2,59	1,20	4,28
SADM	0,18	2,12	0,95	8,03
SERV	0,27	2,98	2,47	31,69
TPROD	0,12	3,35	3,56	20,71
TOTAL	3,65	18,61	10,58	67,28
Ocupação	Região Norte			
	A/B	C	D	E
DIR	0,58	2,87	0,59	1,27
PCA	0,50	3,19	0,73	2,07
TMED	0,19	2,97	1,29	5,55
SADM	0,04	1,43	1,02	6,76
SERV	0,12	2,55	1,94	35,49
TPROD	0,09	3,17	2,93	25,44
TOTAL	1,50	16,17	8,50	76,56
Ocupação	Região Nordeste			
	A/B	C	D	E
DIR	0,38	1,94	0,86	1,91
PCA	0,40	2,09	0,88	3,19
TMED	0,12	1,52	1,02	7,5
SADM	0,02	0,82	0,68	7,55
SERV	0,06	1,09	1,24	39,20
TPROD	0,04	1,18	1,61	24,65
TOTAL	1,03	8,65	6,30	84,01
Ocupação	Região Sul			
	A/B	C	D	E
DIR	0,98	4,16	1,31	1,25
PCA	0,84	3,89	1,25	2,59
TMED	0,32	3,09	1,60	4,29
SADM	0,08	1,57	1,52	7,27
SERV	0,10	2,14	2,55	26,07
TPROD	0,17	3,82	4,51	23,58
TOTAL	2,47	18,65	12,72	65,05
Ocupação	Região Sudeste			
	A/B	C	D	E
DIR	1,13	3,55	1,08	1,07
PCA	0,09	4,42	1,29	2,27
TMED	0,36	3,35	1,67	4,00
SADM	0,09	1,86	1,72	7,73
SERV	0,14	2,47	2,77	28,81
TPROD	0,15	3,96	4,43	19,40
TOTAL	3,08	19,60	12,94	63,27
Ocupação	Brasil			
	A/B	C	D	E
DIR	1,09	3,26	1,06	1,37
PCA	1,14	3,74	1,16	2,37
TMED	0,35	2,79	1,47	4,69
SADM	0,13	1,54	1,38	7,84
SERV	0,20	2,08	2,33	31,43
TPROD	0,11	3,16	3,67	21,14
TOTAL	3,03	16,58	11,08	68,86

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

O gráfico 34 ilustra a variação percentual do número de ocupados em cada grupo ocupacional segundo a classe de renda no Brasil. Os dados para o Brasil mostram uma queda no número de ocupados na classe de renda E de 3,11% e, de maneira contrária, um aumento na participação na classe C (11,54%) e D (8,23%). Este aumento de ocupados na classe C corrobora com os resultados de Neri (2010), o qual considera a classe C a nova classe emergente.

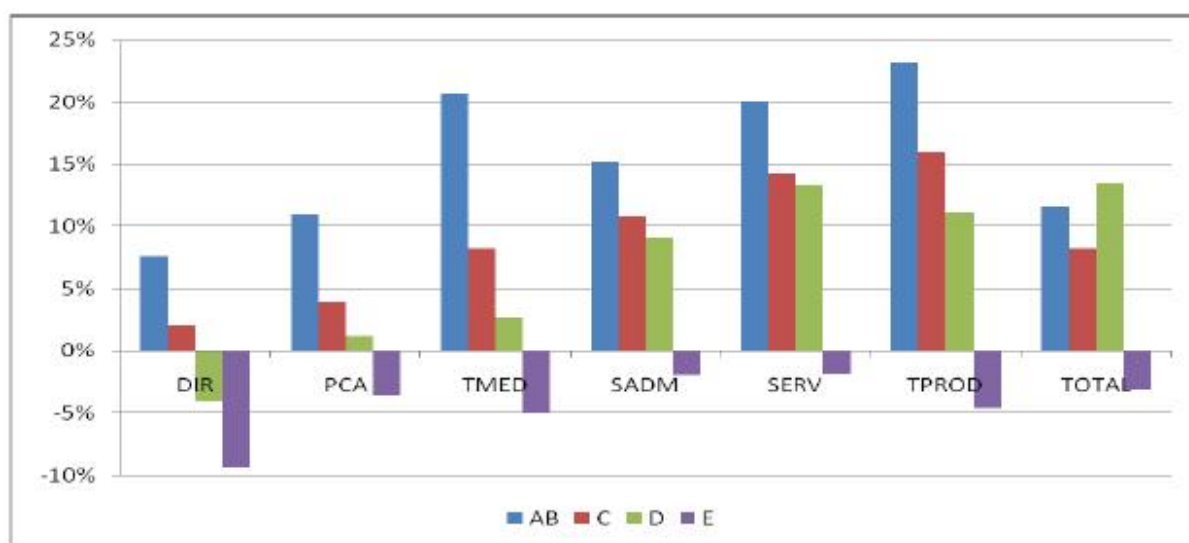


Gráfico 34 – Variação percentual do número de ocupados, por classe de renda, em cada ocupação no Brasil, de 2002 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

Os grupos ocupacionais de liderança e planejamento, apesar de apresentarem o maior número de ocupados nas classes AB e C, tiveram uma variação negativa mais acentuada no número de ocupados nas classes E, e um menor crescimento na classe AB em relação aos outros grupos. Já os grupos de execução estão mais presentes na classe E, porém mostraram um crescimento significativo nas classes AB C e D quando comparado com os outros grupos. Ressalta-se o crescimento de renda mais acentuado na classe AB em todas as ocupações de execução.

Em concordância com Neri (2010), esse movimento que desloca as pessoas da base para o topo da distribuição de renda foi mais significativo no extremo da distribuição, com destaque para o crescimento relativo da classe AB maior do que da C e redução da classe mais pobre, E.

Esse fato é bastante positivo, porque indica um princípio de melhoria dos rendimentos em favor das ocupações de renda mais baixa. Porém os dados ainda confirmam uma enorme desigualdade no país em relação ao rendimento e elevado contingente de trabalhadores que ganham até R\$ 768,00 (classe E).

Portanto, os grupos de liderança e planejamento (Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes) são considerados como grupos de rendimento mais elevado, embora a taxa de crescimento da renda para os Dirigentes (Nordeste foi negativa) e para os Profissionais das Ciências e das Artes (Norte e Nordeste foi negativa) foi mais discreta, quando comparada com os demais grupos. Esses grupos são mais representados nas classes AB e C, porém foram os grupos que se contraíram mais na classe E e, em menor proporção, na classe D. Em outras palavras, os grupos de maior renda estão se deslocando da classe E para a C e AB, mas em taxas menores do que as dos grupos de execução.

Os grupos de execução são classificados como grupos de renda média mais baixa, principalmente os Trabalhadores dos Serviços e da Produção. É notável a presença destas ocupações na classe de renda E (em especial no Nordeste), e estes se deslocaram para as classes AB C e D. Salienta-se um crescimento significativo na classe AB quando comparado com os grupos de maior renda.

4.4 DESIGUALDADE DE RENDIMENTO ENTRE OS GRUPOS OCUPACIONAIS

Além de analisar o comportamento da taxa de crescimento da renda média real das ocupações e as mudanças de classe de renda, é importante verificar como tem sido a sua distribuição. A tabela 15 registra os dados sobre o índice de Gini do rendimento do trabalho dos grupos ocupacionais para o Brasil e suas macrorregiões no período de 2002 a 2007. Mediante a utilização do índice de Gini, pode-se observar que, de 2002 a 2007, houve uma redução na concentração da distribuição do rendimento médio do trabalho das ocupações em todas as regiões brasileiras.

Os grupos de liderança e planejamento, Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes, apresentaram maior desigualdade na distribuição de

rendimento do trabalho entre os grupos ocupacionais no Brasil e em suas macrorregiões, exceto na Região Norte. Essa região, quando comparada com as outras, apresenta a média de Gini mais elevada no grupo denominado Profissionais das Ciências e das Artes (0,513), porém foi a única região que reduziu a desigualdade nos grupos de liderança e planejamento como um todo.

Em relação aos ocupados Dirigentes, verifica-se que o índice de Gini é mais alto na Região Sudeste (0,515), seguido das regiões, Nordeste (0,512), Centro-Oeste (0,509), Norte (0,505) e Sul (0,505). E, para os Profissionais das Ciências e das Artes, o maior índice de Gini ocorreu no Norte, 0,513, no Centro-Oeste foi de 0,513, no Nordeste de 0,510, no Sudeste de 0,506 e no Sul de 0,502. No Brasil, foi de 0,513 e 0,502 respectivamente. Além dessas ocupações terem o índice de Gini mais alto, apresentaram um aumento do índice ao longo do período em todas as macrorregiões, exceto Norte. Essas ocupações são consideradas como concentradoras de renda no país ao longo do período analisado.

Tabela 15 – Índice de Gini do rendimento do trabalho em cada ocupação no Brasil, 2002-2007.

Ocupação	Região Centro-Oeste						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	0,492	0,490	0,518	0,534	0,495	0,527	0,509
PCA	0,504	0,507	0,547	0,507	0,499	0,512	0,513
TMED	0,495	0,489	0,501	0,513	0,520	0,531	0,508
SADM	0,478	0,492	0,491	0,480	0,490	0,503	0,489
SERV	0,496	0,533	0,497	0,500	0,504	0,506	0,506
TPROD	0,508	0,477	0,514	0,481	0,507	0,503	0,499
Ocupação	Região Norte						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	0,533	0,489	0,499	0,498	0,507	0,503	0,505
PCA	0,506	0,513	0,534	0,525	0,498	0,503	0,513
TMED	0,524	0,475	0,507	0,483	0,491	0,502	0,497
SADM	0,468	0,464	0,468	0,526	0,454	0,514	0,483
SERV	0,528	0,533	0,498	0,563	0,518	0,515	0,526
TPROD	0,496	0,499	0,488	0,488	0,521	0,491	0,497
Ocupação	Região Nordeste						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	0,509	0,496	0,518	0,519	0,519	0,509	0,512
PCA	0,504	0,490	0,505	0,510	0,527	0,526	0,510
TMED	0,500	0,494	0,499	0,516	0,519	0,508	0,506
SADM	0,525	0,466	0,486	0,509	0,501	0,496	0,497
SERV	0,527	0,507	0,518	0,500	0,504	0,507	0,511
TPROD	0,480	0,477	0,495	0,523	0,533	0,535	0,507
Ocupação	Região Sul						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	0,492	0,494	0,528	0,505	0,501	0,509	0,505
PCA	0,501	0,497	0,501	0,502	0,507	0,506	0,502
TMED	0,499	0,501	0,517	0,486	0,509	0,507	0,503
SADM	0,475	0,486	0,473	0,473	0,479	0,471	0,476
SERV	0,547	0,492	0,499	0,495	0,511	0,473	0,503
TPROD	0,495	0,488	0,482	0,478	0,490	0,491	0,487

Ocupação	Região Sudeste						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	0,514	0,510	0,522	0,507	0,521	0,515	0,515
PCA	0,490	0,496	0,529	0,512	0,502	0,506	0,506
TMED	0,498	0,504	0,489	0,502	0,506	0,488	0,498
SADM	0,501	0,498	0,490	0,489	0,490	0,500	0,494
SERV	0,517	0,499	0,478	0,495	0,490	0,500	0,496
TPROD	0,495	0,491	0,484	0,496	0,494	0,507	0,495
Ocupação	Brasil						Média
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
DIR	0,510	0,505	0,523	0,512	0,516	0,510	0,513
PCA	0,485	0,498	0,510	0,500	0,506	0,510	0,502
TMED	0,496	0,504	0,494	0,502	0,510	0,500	0,501
SADM	0,494	0,482	0,485	0,488	0,489	0,493	0,489
SERV	0,521	0,508	0,491	0,504	0,505	0,503	0,501
TPROD	0,498	0,492	0,489	0,497	0,516	0,501	0,499

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

No que diz respeito aos grupos de execução, destaca-se o grupo dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos, que apresentou o menor índice de concentração de renda em todas as regiões, contribuindo, assim, para reduzir a desigualdade do rendimento. A menor concentração ocorreu no Sul (0,476), posteriormente no Norte (0,483), Centro-Oeste (0,489), Sudeste (0,494), e por fim, no Nordeste (0,497). Além disso, o índice de Gini caiu nessa ocupação em todas as regiões, exceto Centro-Oeste e Norte, cujo aumento foi de 0,8% e 1,57%, respectivamente. O Gini foi de 0,489 no país e, além de ser a média mais baixa, caiu em 0,03%.

Entre os Trabalhadores dos Serviços nota-se que o menor índice de Gini foi observado na Região Sudeste (0,496), depois no Sul (0,503) e Centro-Oeste (0,506), seguidos do Nordeste (0,511) e Norte (0,526). Nessa ocupação, o índice caiu em quase todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, que aumentou em 0,34%. A média para o Brasil foi de 0,501 e o índice retraiu em 0,34% ao longo dos anos. Dessa forma, há indícios de que esse grupo vem contribuindo para a queda da desigualdade no rendimento do trabalho entre os grupos ocupacionais.

O grupo denominado Trabalhadores da Produção apresentou uma queda do índice de Gini em todas as regiões, exceto no Nordeste e Sudeste, cujo aumento foi de 1,81% e 0,39%. A menor média do índice ocorreu no Sul (0,487); no Sudeste e Centro-Oeste, foi de 0,495 e 0,499 respectivamente e, por fim, no Norte e Nordeste, 0,497 e 0,507 respectivamente. A média nacional foi de 0,499.

Desse modo, nota-se que a concentração do rendimento, entre 2002 e 2007, foi maior nos grupos de liderança e planejamento (Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes), e a menor concentração, no grupo dos Trabalhadores Administrativos e dos Serviços. Entendem Barros e Mendonça (1995) que, se há uma heterogeneidade entre as ocupações no mercado de trabalho, existe também uma desigualdade do rendimento

Portanto, os grupos que possuem o maior rendimento médio, ou seja, Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes, são mais alocados nas classes de renda AB e C, estão se deslocando da classe E e D para as classes AB e C. Além disso, foram os grupos que mais concentraram o rendimento do trabalho nas ocupações.

Os Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores dos Serviços Administrativos possuem um rendimento médio intermediário em relação aos outros grupos. É notável a presença destas ocupações na classe de renda E (sobretudo no Nordeste), e estes se deslocaram para as classes AB, C e D. Destaca-se o grupo dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos que apresentou a menor média do índice de Gini em todas as regiões, ou seja, foi o grupo que concentrou menor renda no país.

De 2002 a 2007, é possível observar que os menores rendimentos reais médios relativos ao trabalho principal foram observados nos grupos denominados Trabalhadores dos Serviços e da Produção. São mais presentes na classe de renda E, e estes se deslocaram para as classes AB, C e D. Os Trabalhadores dos Serviços tiveram a menor média do rendimento entre todas as ocupações e apresentaram a menor desigualdade de renda nas ocupações.

Apesar da redução da desigualdade dos rendimentos, a revisão de literatura mostrou que o perfil da distribuição de renda no Brasil, sempre foi, historicamente, concentrador de renda e, ainda, está relacionado diretamente com as estratégias de desenvolvimento do país em diferentes momentos. Estudos mostraram que o início da industrialização brasileira foi ligado ao Estado e utilizado um mecanismo concentrador de renda (inflação), ou seja, impedia a redistribuição de renda. Porém, com o Plano Real e sua reforma monetária, houve uma ruptura com o processo inflacionário, os trabalhadores passaram a ter um ganho real e contribuíram para iniciar um processo de queda das desigualdades. Contudo,

apenas esses mecanismos não são suficientes, uma vez que a redistribuição de renda está diretamente relacionada com políticas econômicas de longo prazo.

Em suma, os resultados indicam que a estrutura ocupacional, em relação ao rendimento, mantém as partes constitutivas, ou seja, têm-se menos indivíduos que auferem renda mais elevada e uma grande maioria de ocupados com baixos rendimentos. Apesar da estrutura se manter houve uma queda na renda de 2002 a 2004 e um aumento de 2005-2007, porém, há uma queda maior da taxa de crescimento no segundo período.

CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo analisar a estrutura e o comportamento das ocupações e seus efeitos sobre os rendimentos no Brasil e em suas macrorregiões, no período de 2002 a 2007, a partir da caracterização dos grupos ocupacionais, do comportamento das classes de renda e da desigualdade dos rendimentos.

Os teóricos do capital humano sugerem que os indicadores importantes na explicação nas diferenças de rendimento dos indivíduos são a escolaridade e a experiência, através do aumento da produtividade, supondo mão de obra homogênea e mercado contínuo. A crítica à essa teoria é que tem apenas um caráter específico. Esse estudo se vale da tese de Lima (1980) e as teorias da segmentação enfatizam a importância do tipo de ocupação que o indivíduo tem para os diferentes rendimentos, considerando a heterogeneidade da mão de obra e assimetrias no mercado de trabalho. O mercado é segmentado em primário (independente e rotineiro) e secundário. Dado que as ocupações possuem características próprias, o mercado primário independente é um grupo de liderança e planejamento e possui rendimento mais alto. O mercado secundário refere-se às ocupações de menor conteúdo e rendimentos mais baixos.

Além disso, a análise das ocupações e rendimentos deve levar em consideração o processo histórico de conformação do mercado de trabalho brasileiro, o processo de colonização e o perfil de distribuição de renda concentrador e excludente para ajudar a entender os motivos pelos quais os trabalhadores são absorvidos em determinados postos de trabalho.

Os resultados da pesquisa mostram que a estrutura ocupacional brasileira manteve as relações específicas entre os grupos ocupacionais em relação aos elementos analisados neste estudo, de modo a preservarem os padrões característicos, porém com algumas particularidades entre as macrorregiões brasileiras e mudanças de comportamento ao longo dos anos.

Destaca-se o aumento da mão de obra feminina, especialmente nas ocupações de liderança e planejamento. Embora a maioria da população ocupada brasileira seja de cor branca, houve crescimento da população não branca em todas as ocupações, principalmente na região Sudeste. Constata-se para os grupos de

execução (em particular Trabalhadores dos Serviços e da Produção) uma tendência positiva em relação ao seu perfil escolar, ou seja, apesar de possuírem menos de 8 anos de estudo, apresentaram um crescimento significativo nas faixas acima de 9 anos de estudo. Houve um aumento expressivo dos Dirigentes que trabalham por conta própria e uma redução na posição de empregador. Observou-se um aumento do assalariamento dos ocupados, maior formalização da mão de obra e o crescimento da participação em todos os grupos ocupacionais dos indivíduos acima de 40 anos de idade em todo país, favorecendo a situação do “bônus demográfico”. Ainda existem as diferenças geográficas, sendo que as regiões Sul e Sudeste apresentaram melhores resultados para os grupos ocupacionais do que o Norte e Nordeste.

Em relação ao perfil ocupacional, em termos de gênero, escolaridade, cor, faixa etária, posição e condição na ocupação dos grupos de liderança e planejamento, cabe destacar o que segue:

A ocupação Dirigentes (diretores em geral, gerentes, dirigentes do poder público, etc.) está em menor proporção no país e apresentou uma trajetória de queda em todas as regiões brasileiras, exceto no Sul. A maioria é constituída por homens, porém constatou-se um maior crescimento da força de trabalho feminina nessa ocupação quando comparada com a dos homens (exceto no Nordeste e Centro-Oeste). Seus ocupados são mais qualificados, predominam nas faixas acima de 9 anos de estudo, são brancos (exceto no Norte), possuem mais de 40 anos em sua maioria (exceto no Norte). Aliado a isso, são classificados como informais e ocupam a posição de empregadores, apesar de estarem sendo reduzidos nessa posição (no Sul são empregados) e a minoria está entre os trabalhadores por conta própria, houve um crescimento significativo dessa posição ao longo dos anos 2000.

O grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes (engenheiros, professores, médicos, dentistas, psicólogos, escritores, advogados, etc.) é tipicamente feminino, é considerado mais qualificado, é branco (exceto Norte), embora tenha se verificado um aumento de brancos e não brancos em todas as regiões. Possui entre 25 e 39 anos de idade, ocupa a posição de empregado e é considerado como formal (exceto no Sul). No que se refere aos grupos de execução concluiu-se que: Os grupos Técnicos de Nível Médio (técnicos químicos, programação, técnicos em geral, corretores, etc.) e Trabalhadores Administrativos (assistente e auxiliar administrativo, telefonista, recepcionista, caixa, escriturário,

etc.) são brancos (exceto Norte e Nordeste), possuem entre 25 e 39 anos de idade, são mais qualificados, estão mais presentes na faixa de 9 a 12 anos de estudo. Ocupam a posição de empregado e são formais. Diferenciam-se em relação ao sexo: os Técnicos são mais receptivos pela força de trabalho masculinas, e os Trabalhadores dos Serviços Administrativos, pela feminina.

Ao considerar as ocupações de Trabalhadores dos Serviços (trabalhadores domésticos, garçons, vigias, cozinheiros, etc.) e Trabalhadores da Produção (vidraceiros, pintores, ajudantes de obras civis, marceneiros, montadores, mecânicos, etc.), verificou-se que estão em maior proporção no país e está sendo reduzida sua participação. São menos qualificados, porém está aumentando a participação nas faixas acima de 9 anos de estudo de forma significativa. A maioria é de cor não branca (exceto Sul e Sudeste). Ocupam a posição de empregado e são informais em todas as regiões, menos os Trabalhadores dos Serviços na Região Sul. Entretanto os Trabalhadores dos Serviços são mais representados pelas mulheres e os da Produção, pelos homens.

Dada a heterogeneidade entre as ocupações no mercado de trabalho, verificou-se também uma desigualdade no rendimento. Em relação à renda dos grupos ocupacionais, destaca-se:

Os grupos de liderança e planejamento auferem os maiores rendimentos no Brasil como um todo e os Trabalhadores dos Serviços e da Produção recebem as menores rendas. Os Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores da Produção possuem rendimentos intermediários entre os grupos de renda mais alta e os de renda mais baixa.

Os resultados mostraram uma trajetória de queda no rendimento médio do trabalho principal em todas as ocupações no Brasil e em todas as regiões nos anos de 2002 e 2003, principalmente, para os grupos de liderança e planejamento, cujo rendimento caiu de forma mais acentuada e, para os Trabalhadores dos Serviços e da Produção, de forma menos acentuada.

Houve uma recuperação da renda das ocupações entre 2004 e 2007, com algumas particularidades. Os grupos de renda mais baixa apresentaram aumentos mais significativos de renda em todas as regiões, entretanto os de renda mais alta tiveram um crescimento pouco expressivo, sendo que o grupo Dirigentes se retraiu apenas no Nordeste e os Profissionais das Ciências e das Artes, no Norte e Nordeste.

Em relação às classes de renda, notou-se que os grupos de liderança e planejamento são mais representados nas classes de renda AB e C, porém estão se deslocando da classe E e D para as classes AB e C. Os que possuem rendimentos intermediários entre os grupos de renda mais alta e os de renda mais baixa, estão mais alocados na classe de renda E (sobretudo no Nordeste), e estes se deslocaram para as classes AB, C e D. Os Trabalhadores dos Serviços e da Produção são mais representados na classe E, estes se deslocaram para as classes AB, C e D. Este resultado pode indicar que os mais pobres dessas ocupações passaram a ser menos pobres.

Em relação à variação da taxa de crescimento do renda, verificam-se mudanças para a Região Nordeste nos grupos Dirigentes x Profissionais das Ciências e das Artes e, principalmente, no grupo Dirigentes x Trabalhadores da Produção. Para o Brasil e demais regiões, os grupos não apresentaram diferenças significativas. A variação da taxa de crescimento da renda foi negativa em todos os grupos ocupacionais e em todas as regiões no período de 2002 a 2007. Embora entre os anos de 2002-2004 houve uma queda da renda e em 2005 e 2007, uma elevação da renda.

Por fim, ao considerar o índice de Gini, observou-se que a concentração de renda é maior entre os grupos Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes e menor nos grupos Trabalhadores dos Serviços Administrativos e dos Serviços, isto é, a distribuição da sua renda média ocorre de forma mais igualitária, o que é bastante positivo.

Apesar de mudanças ocorridas na economia brasileira e aspectos positivos do mercado de trabalho nos anos 2000, a questão da desigualdade, exclusão e diferenças regionais ainda permanece. Por isso, conhecer e entender o comportamento do mercado de trabalho em sua dinâmica ocupacional é essencial para formulação de políticas públicas eficientes e investimentos específicos.

Avanços nessa temática podem ser percebidos em relação à mobilidade entre as ocupações, ou seja, verificar o comportamento dos rendimentos quando se transita para outra ocupação, e também, analisar de forma mais detalhada as diferenças intragrupo. Além disso, essa pesquisa pode continuar em relação às fontes de crescimento de renda para as ocupações de renda mais baixa.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. **Desenvolvimento teórico sobre a distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ALVES, J. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Local: Editora, 2008.

BALTAR, P. Os salários na retomada da economia e do mercado de trabalho no Brasil: 2004-2007. In: BALTAR, P.; KREIN, J.; SALAS, C. **Economia e trabalho: Brasil e México**. Campinas: CESIT, 2009.

BARROS, R. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. São Paulo: USP, 1997.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão)

. _____. **Determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Textos para discussão, n. 337).

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BECKER, G. **Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education**. Chicago: The University, 1993.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 76-97, abr./jun. 1993.

BRAGA, T.; RODARTE, M. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 17, p. 103-123, 2006.

BRUMER, A. **O sexo da ocupação**: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho, Local: Editora, 1990.

CACCIAMALI, C. **Distribuição de renda no Brasil**: persistência do elevado grau de desigualdade. São Paulo: Saraiva, 2001.

CACCIAMALI, M. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Revista Administração Empresarial**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 59-69, jan./mar. 1978.

CACCIAMALI, M.; BATISTA, N. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.

CARDOSO JR., C. **A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo**: décadas de 1980 e 1990. Local: Editora, 1990

_____. **De volta para o futuro?**: as fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília, DF: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310).

CAVALCANTE, L. R. M. T. Desigualdades regionais no Brasil: uma análise do período 1985 – 1999. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 3, p. 466-481, jul.-set. 2003.

DEDDECA, C. O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: BALTAR, P.; KREIN, J.; SALAS, C. **Economia e trabalho**: Brasil e México. Campinas: CESIT, 2009.

_____. Reorganização econômica: absorção de mão-de-obra, emprego e qualificação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 59-78, abr./jun. 2002.

_____. Reestruturação produtiva e tendência do emprego. In: OLIVEIRA, M. (Org.). **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas: Unicamp, 1999.

DOERINGER, P.; PIORE, M. **Internal Labour Market and Manpower Analysis**. Lexington, Mass: D. C. Heath and Company, 1971.

EHRENBERG, G.; SMITH, S. **A moderna economia do trabalho**: teorias e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

FERREIRA, C.; SOUZA, S. Aposentadorias e pensões e desigualdade da renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 2008.

FLORI, P.; **Polarização ocupacional?**: entendendo o papel da ocupação no mercado de trabalho brasileiro. 2007. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FLORI, P.; MENEZES FILHO, N. Mobilidade entre ocupações e efeitos salariais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Nacional, 2007. v. 23. HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 4. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

_____. As transferências não são a causa principal da redução na desigualdade. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 335-341, dez. 2005.

_____. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 15, p. 67- 76, 2001.

_____. A subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 50-54, jan./mar. 1988.

_____. Distribuição da renda no Brasil, em 1980, por unidades da Federação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 31-41, jan./mar. 1983.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, n. 2, p. 46-66, abr./jun. 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais 2007**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinte_seindic sociais2008/indic_sociais2008.pdf>. Vários acessos

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2006.

JACINTO, P.; ROTATORI, W.; MONTOYA, M. Diferenciais de salário na indústria avícola da região sul: uma aplicação da decomposição de Oaxaca. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002. CD-ROM.

KON, A. **Perfil ocupacional dos trabalhadores por conta própria no Brasil**. São Paulo: FGV, 2006.

_____. Segmentação ocupacional dos trabalhadores brasileiros segundo cor. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. 2004, Caxaambi. **Anais...** Caxaambi: ABEP, p. 1-20, 2004.

_____. **Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira**: impactos sobre o gênero. São Paulo: NPP-EAESP/FGV, 1999.

_____. **A estrutura ocupacional brasileira**: uma abordagem regional. Brasília, DF: SESI, 1995.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

LACERDA, A. Distribuição de renda no Brasil nos anos 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 134-140, jun./set. 1994.

LANGONI, G. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 217-272, abr. 1980.

MAIA, A. **Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro**: uma análise para o período 1981 a 2005. São Paulo: USP, 2006.

MARANHO, E. J. **Principais tendências do mercado de trabalho na região metropolitana de Curitiba- RMC 2003 a 2007. 2008.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1187.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2008.

MELLO, J. C. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MONTAGNER, P. O desenvolvimento econômico e estrutura das ocupações – a situação da classe trabalhadora entre 2003-2007. In: BALTAR, P.; KREIN, J.; SALAS, C. **Economia e trabalho:** Brasil e México. Campinas: CESIT, 2009.

NASCIMENTO, S. **Guerra fiscal:** uma avaliação com base no PIB, nas receitas de ICMS e na geração de empregos, comparando Estados participantes e não participantes. 2008. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo-ESALQ, Piracicaba, 2008.

NERI, M. **A pequena grande década:** crise, cenários e a nova classe média. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2010. p. 1-104.

NERI, M., CAMARGO, J. M., REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90:** fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000. (Texto para discussão n. 743).

OLIVEIRA, C. A. Formação de mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. (Org.). **Economia & Trabalho:** textos básicos. Campinas: UNICAMP, 1999.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?. **Revista Parcerias estratégicas**, n. 22, p. 121-144, jun. 2006.

QUADROS, W. Gênero e cor na desigualdade social brasileira recente. **Estudos Avançados [online]**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 95-117. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100010&script=sci_arttext#tx03>. Acesso em: 19 jan. 2010.

RAMOS, L.. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro:** tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão).

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrões espacial e setorial da evolução informalidade no período 1991-2005**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (Texto para discussão).

RAMOS, L.; VIEIRA, M. **Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para discussão, n. 803).

SAFFIOTI, H. Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: período de prosperidade e período de crise econômica, Brasil, 1972-1982. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 16. 1986, **Anais...**, 1986.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, p. 1-20, 2004.

SOARES, S. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SOUZA, S.; BATISTELA, J.; FERREIRA, C.; BRAGA, F. Concentração de renda nas macrorregiões brasileiras: estudo do período 2003 - 2006 . In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 11. 2009, Salvador. **Anais...** Campinas: ABET, 2009.

TAVARES, M.; SERRA, J. Além da estagnação. In. TAVARES, C. **Da substituição das importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 153-159.

THEODORO, M. **As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TUMA, F. **A Política salarial do período 1979-1982**: uma análise dos seus efeitos redistribuídos. 1987. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1987.

WEISSKOFF, V. Mulher e trabalho. **Estudos Cebrap**, n. 26, 1972.

WOOLDRIDGE, J. **Econometric analysis of cross section and panel data.**
Cambridge: The MIT Press, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Tabela A1 – Evolução da participação do número de ocupados em cada ocupação nas macrorregiões brasileiras, 2002 a 2007

Região Centro-Oeste						
Ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DIR	7,67	7,36	7,14	7,53	8,42	7,10
PCA	8,15	8,15	8,00	8,49	9,68	9,40
TMED	8,68	9,20	8,56	8,01	8,87	8,20
SADM	10,85	11,02	10,95	11,81	11,24	11,68
SERV	36,76	36,79	38,07	38,19	37,16	37,05
TPROD	27,90	27,47	27,28	25,97	24,63	26,57
Região Norte						
Ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DIR	5,47	5,09	5,18	5,05	5,29	5,10
PCA	5,62	5,46	6,55	6,30	7,15	7,38
TMED	10,33	9,30	9,62	9,18	9,31	9,64
SADM	8,73	9,25	8,92	9,21	9,73	9,76
SERV	40,23	40,69	40,83	41,45	40,38	39,97
TPROD	29,62	30,21	28,90	28,81	28,13	28,15
Região Nordeste						
Ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DIR	5,29	5,08	5,09	5,44	5,47	4,88
PCA	6,43	6,07	6,28	6,24	7,04	6,69
TMED	10,15	10,05	10,02	9,89	9,88	10,19
SADM	8,46	9,16	9,10	9,10	9,69	9,69
SERV	41,73	42,26	42,12	41,95	41,43	41,54
TPROD	27,94	27,38	27,39	27,37	26,49	27,01
Região Sul						
Ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DIR	7,35	7,83	7,76	8,29	8,08	7,89
PCA	8,06	8,67	8,45	9,01	8,96	8,95
TMED	9,25	9,39	8,78	9,21	9,63	9,66
SADM	10,38	10,88	11,53	11,21	11,68	10,96
SERV	31,37	31,16	30,99	30,36	31,48	30,89
TPROD	33,60	32,08	32,49	31,92	30,17	31,65
Região Sudeste						
Ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DIR	6,99	6,70	6,35	6,91	6,77	6,43
PCA	8,61	9,22	8,74	9,03	9,34	9,51
TMED	9,35	9,12	9,29	9,66	9,34	9,75
SADM	11,33	11,61	11,79	11,90	11,68	11,90
SERV	34,66	34,79	35,19	34,25	35,59	34,36
TPROD	29,06	28,56	28,63	28,25	27,28	28,05
Brasil						
Ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DIR	6,66	6,51	6,32	6,76	6,68	6,31
PCA	7,87	8,18	8,00	8,25	8,46	8,70
TMED	9,50	9,37	9,32	9,48	9,47	9,70
SADM	10,40	10,81	10,95	11,04	10,88	11,14
SERV	36,06	36,22	36,49	35,94	37,16	35,84
TPROD	29,51	28,91	28,92	28,53	27,34	28,31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

APÊNDICE B

Tabela A2 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Centro-Oeste, 2002-2007.

DIR X PCA	DIR X TME	DIR X SADM	DIR X SERV	DIR X PROD
α 91,64*	α 90,51*	α 91,95*	α 94,06*	α 89,91*
β_1 -0,43**	β_1 0,56**	β_1 -0,86**	β_1 2,97**	β_1 1,16**
β_2 -11,23*	β_2 93,56**	β_2 -10,91*	β_2 -12,26*	β_2 -13,15*
β_3 3,09**	β_3 79,56**	β_3 -1,29*	β_3 2,08**	β_3 0,47**
	PCA X TME	PCA X SADM	PCA X SERV	PCA X PROD
	α 90,51**	α 88,75*	α 92,26*	α 90,21*
	β_1 0,66**	β_1 1,94**	β_1 0,47**	β_1 -2,58**
	β_2 93,56**	β_2 -10,91*	β_2 -12,26*	β_2 -10,91*
	β_3 84,53**	β_3 -2,16**	β_3 -2,21**	β_3 -2,89**
		TMEX SADM	TMEX SERV	TME X PROD
		α 91,95**	α 94,06**	α 89,91**
		β_1 -1,43**	β_1 -3,54**	β_1 0,60**
		β_2 -12,26**	β_2 -13,15**	β_2 -12,26**
		β_3 78,26**	β_3 81,65**	β_3 80,04**
			SADM X SERV	SADM X PROD
			α 94,06*	α 89,91*
			β_1 -2,11**	β_1 2,03***
			β_2 -13,15*	β_2 -16,26*
			β_3 3,38**	β_3 1,77***
				SERV X PROD
				α 89,91*
				β_1 4,14**
				β_2 -16,26*
				β_3 -1,61**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

*Significativo a 5% (Teste bilateral)

** Não Significativo

Tabela A3 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Norte, 2002-2007.

DIR X PCA	DIR X TME	DIR X SADM	DIR X SERV	DIR X PROD
α 93,53*	α 87,80**	α 91,61*	α 91,95*	α 93,46*
β_1 -4,15**	β_1 1,57**	β_1 -2,23**	β_1 -2,57**	β_1 -4,09**
β_2 -20,64*	β_2 52,15**	β_2 -11,09*	β_2 -13,78*	β_2 -12,36*
β_3 1,88**	β_3 70,91**	β_3 -7,66*	β_3 -4,97**	β_3 -6,39**
	PCA X TME	PCA X SADM	PCA X SERV	PCA X PROD
	α 87,80**	α 91,61*	α 91,95*	α 93,46*
	β_1 5,73**	β_1 1,92**	β_1 -1,58**	β_1 0,06**
	β_2 52,15**	β_2 -11,09*	β_2 -13,78*	β_2 -12,36*
	β_3 -72,80**	β_3 -9,55**	β_3 -6,85**	β_3 -8,28**
		TMEX SADM	TMEX SERV	TME X PROD
		α 91,61**	α 91,95**	α 93,46*
		β_1 -3,80**	β_1 -4,14**	β_1 -5,66**
		β_2 -11,09**	β_2 -13,78**	β_2 -12,36**
		β_3 63,24**	β_3 -65,94**	β_3 -64,51**
			SADM X SERV	SADM X PROD
			α 91,95*	α 93,46*
			β_1 -0,33**	β_1 -1,85**
			β_2 -13,78*	β_2 -12,36*
			β_3 2,69**	β_3 1,26**
				SERV X PROD
				α -93,36*
				β_1 -1,51**
				β_2 -12,36*
				β_3 -1,42**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

*Significativo a 5% (Teste bilateral)

** Não Significativo

Tabela A4 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Nordeste, 2002 a 2007

DIR X PCA	DIR X TME	DIR X SADM	DIR X SERV	DIR X PROD
α 83,40*	α 86,20*	α 84,26*	α 85,34*	α 87,19*
β_1 3,04**	β_1 0,24**	β_1 2,18**	β_1 1,10**	β_1 -1,34**
β_2 -12,48*	β_2 -9,41**	β_2 -8,99*	β_2 -7,78**	β_2 7,12**
β_3 -0,50**	β_3 -2,57**	β_3 -2,99**	β_3 -74,29**	β_3 -19,11*
	PCA X TME	PCA X SADM	PCA X SERV	PCA X PROD
	α 86,20*	α 84,26*	α 85,34*	α 87,79*
	β_1 -9,41**	β_1 -0,85**	β_1 -1,93**	β_1 -4,38**
	β_2 -13,72*	β_2 -8,99*	β_2 -7,78**	β_2 -7,12**
	β_3 -3,07**	β_3 -3,49**	β_3 -4,70**	β_3 -19,11*
		TMEX SADM	TMEX SERV	TME X PROD
		α 84,26*	α 85,34*	α 87,79*
		β_1 1,94**	β_1 0,85**	β_1 -1,58**
		β_2 -8,99*	β_2 -7,78**	β_2 7,12**
		β_3 -0,42**	β_3 -1,62**	β_3 -16,53*
			SADM X SERV	SADM X PROD
			α 85,34*	α 87,79*
			β_1 -1,08**	β_1 -3,52**
			β_2 -7,78**	β_2 7,12**
			β_3 -1,20**	β_3 -16,11**
				SERV X PROD
				α 87,79*
				β_1 -3,52**
				β_2 7,12**
				β_3 -16,11**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

*Significativo a 5% (Teste bilateral)

Tabela A5 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Sul, 2002-2007.

DIR X PCA	DIR X TME	DIR X SADM	DIR X SERV	DIR X PROD
α 91,64*	α 90,33 **	α 91,78**	α 89,25*	α 90,84*
β_1 -0,43**	β_1 0,88**	β_1 -0,57**	β_1 1,95**	β_1 0,37**
β_2 -20,02*	β_2 38,53**	β_2 -16,43*	β_2 -17,12*	β_2 -21,73*
β_3 3,09**	β_3 -55,46**	β_3 -0,49*	β_3 0,19**	β_3 4,80**
	PCA X TME	PCAX SADM	PCA X SERV	PCA X PROD
	α 90,33**	α 91,78**	α 89,25*	α 90,84*
	β_1 1,31**	β_1 -0,13**	β_1 2,38**	β_1 0,80**
	β_2 38,53**	β_2 -16,43*	β_2 -17,12*	β_2 -21,73*
	β_3 -58,56**	β_3 -3,59**	β_3 -2,89**	β_3 1,70**
		TMEX SADM	TMEX SERV	TME X PROD
		α 91,78**	α 89,25**	α 90,84*
		β_1 -1,45**	β_1 1,07**	β_1 -0,51**
		β_2 -16,43**	β_2 -17,12**	β_2 -21,73**
		β_3 54,96**	β_3 55,66**	β_3 60,27**
			SADM X SERV	SADM X PROD
			α 89,25*	α 90,84*
			β_1 2,52**	β_1 0,94**
			β_2 -17,12*	β_2 -21,73*
			β_3 0,69**	β_3 5,30**
				SERV X PROD
				α 90,84*
				β_1 -1,58**
				β_2 -21,73*
				β_3 4,60**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

*Significativo a 5% (Teste bilateral)

** Não Significativo

Tabela A6 – Regressão da participação percentual do rendimento do trabalho em cada ocupação, na Região Sudeste, 2002-2007.

DIR X PCA	DIR X TME	DIR X SADM	DIR X SERV	DIR X PROD
α 91,01*	α 90,08 **	α 91,78**	α 89,25*	α 90,84*
β_1 -0,45**	β_1 1,38**	β_1 -0,57**	β_1 1,95**	β_1 0,37**
β_2 -19,02*	β_2 34,84**	β_2 -16,43*	β_2 -17,12*	β_2 -21,73*
β_3 0,41**	β_3 -53,45**	β_3 -0,49*	β_3 0,19**	β_3 4,80**
	PCA X TME	PCAX SADM	PCA X SERV	PCA X PROD
	α 90,33**	α 91,78**	α 90,66*	α 91,00*
	β_1 1,31**	β_1 -0,13**	β_1 0,34**	β_1 0,05**
	β_2 38,53**	β_2 -16,43*	β_2 -17,53*	β_2 -16,82*
	β_3 -58,56**	β_3 -3,59**	β_3 -1,49**	β_3 -2,20**
		TME X SADM	TME X SERV	TME X PROD
		α 90,16**	α 90,66**	α 91,00*
		β_1 -0,07**	β_1 -0,57**	β_1 -0,91**
		β_2 -16,80**	β_2 -17,53**	β_2 -16,82**
		β_3 51,65**	β_3 52,37**	β_3 51,66**
			SADM X SERV	SADM X PROD
			α 90,66*	α 91,00*
			β_1 -0,50*	β_1 0,84**
			β_2 -17,53*	β_2 -16,82*
			β_3 0,72**	β_3 0,05**
				SERV X PROD
				α 91,00*
				β_1 -0,33**
				β_2 -16,82*
				β_3 -0,70**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad de 2002 a 2007.

*Significativo a 5% (Teste bilateral)

** Não Significativo

ANEXOS

ANEXO A–

Ocupação 1: DIRIGENTES EM GERAL**Membros superiores e dirigentes do poder público**

Legisladores

Dirigentes gerais da administração pública

Ministros de tribunais

Dirigentes de produção e operações da administração pública

Dirigentes das áreas de apoio da administração pública

Chefes de pequenas populações

Dirigentes e administradores de organizações de interesse público

Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)

Diretores gerais

Diretores de empresas – empregadores com mais de 5 empregados

Diretores de áreas de produção e operações

Diretores de áreas de apoio

Gerentes

Gerentes de produção e operações

Gerentes de áreas de apoio

Ocupação 2: PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES**Profissionais policientíficos**

Profissionais da matemática

Profissionais da estatística

Especialistas em computação

Engenheiros em computação – desenvolvedores de software

Especialistas em informática

Analistas de sistemas

Programadores de informática

Físicos

Químicos

Profissionais do espaço e da atmosfera

Geólogos e geofísicos

Engenheiros de materiais Arquitetos

Engenheiros civis e afins

Engenheiros eletroeletrônicos e afins

Engenheiros mecânicos

Engenheiros químicos

Engenheiros metalúrgicos

Engenheiros de minas

Engenheiros agrimensores e de cartografia

Outros engenheiros, arquitetos e afins

Oficiais de convés

Oficiais de máquinas

Profissionais da navegação aérea

Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins

Biólogos e afins

Agrônomos e afins

Médicos

Cirurgiões-dentistas

Veterinários

Farmacêuticos

Enfermeiros de nível superior e afins

Fisioterapeutas e afins

Nutricionistas

Profissionais do ensino (com formação de nível superior)

Professores (com formação de nível superior) da educação infantil

Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental

Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental

Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio

Professores e instrutores (com formação de nível superior) do ensino profissional

Professores do ensino superior

Professores de educação física

Professores de alunos com deficiências físicas e mentais

Programadores, avaliadores e orientadores de ensino

Profissionais das ciências jurídicas

Advogados

Procuradores de empresas e autarquias

Outros advogados autônomos e de empresas

Juízes e desembargadores Promotores, defensores públicos e afins

Delegados de polícia

Profissionais das ciências sociais e humanas

Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica

Profissionais em pesquisa e análise econômica

Profissionais em pesquisa e análise histórica e geográfica

Filósofos e cientistas políticos

Psicólogos e psicanalistas

Assistentes sociais e economistas domésticos

Administradores

Contadores e auditores

Secretárias executivas bilíngües

Profissionais de recursos humanos

Profissionais de administração econômico-financeira

Profissionais de marketing, publicidade e comercialização

Comunicadores, artistas e religiosos

Profissionais do jornalismo

Profissionais da informação

Arquivologistas e museólogos

Filósofos, tradutores e intérpretes

Escritores e redatores

Especialistas em editoração

Locutores e comentaristas

Produtores de espetáculos

Coreógrafos e bailarinos

Atores, diretores de espetáculos e afins

Compositores, músicos e cantores

Desenhistas industriais (designer), escultores, pintores e afins

Decoradores de interiores e cenógrafos

Ministros de cultos religiosos, missionários e afins

Ocupação 3: TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

Técnicos polivalentes

Técnicos de mecatrônica

Técnicos em eletromecânica

Laboratorista industrial Técnicos de apoio à bioengenharia

Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

Técnicos químicos

Técnicos petroquímicos

Técnicos em materiais de cerâmica e vidro

Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha

Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de afluentes

Técnicos têxteis

Coloristas

Técnicos em construção civil – edificações

Técnicos em construção civil – obras de infraestrutura

Técnicos em topografia, agrimensura e hidrografia V em eletricidade e eletrotécnicos

Eletrotécnicos na manutenção de máquinas e equipamentos

Técnicos em eletrônica

Técnicos em telecomunicações e telefonia

Técnicos em calibração e instrumentação

Técnicos em fotônica

Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos

Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)

Técnicos em siderurgia Técnicos em geologia, geotecnologia e geofísica

Técnicos em geodésia e cartografia

Técnicos em mineração

Técnicos em programação

Técnicos em operação de computadores

Desenhistas técnicos e modelistas

Técnicos do vestuário

Técnicos do mobiliário e afins

Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

Técnicos em biologia

Técnicos agropecuários

Técnicos agrícolas

Técnicos da pecuária

Técnicos florestais

Técnicos da piscicultura

Técnicos em fisioterapia e afins

Técnicos e auxiliares em enfermagem

Ortoptistas e óticos

Técnicos de odontologia

Técnicos da fabricação de aparelhos locomotores

Técnicos zootecnistas

Operadores de equipamentos médicos e odontológicos

Técnicos de laboratório de análises clínicas

Testadores sensoriais

Técnicos em farmácia

Técnicos em produção e conservação de alimentos

Técnicos de apoio à biotecnologia

Embalsamadores e taxidermistas

Professores leigos e de nível médio

Professores (com formação de nível médio) na educação infantil

Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental

Professores (com formação de nível médio) no ensino profissionalizante

Professores na educação infantil e no ensino fundamental

Professores leigos no ensino profissionalizante Instrutores e professores de escolas livres

Inspetores de alunos e afins

Técnicos de nível médio em serviços de transportes

Pilotos de aviação comercial, navegadores, mecânicos de vôo e afins
Técnicos marítimos, fluviais e regionais de convés
Técnicos marítimos, fluviais e regionais de máquinas
Técnicos em transportes intermodais
Técnicos em transportes (aduanheiros)
Técnicos em transportes rodoviários
Técnicos em transportes metroferroviários
Técnicos em transportes aeroviários
Técnicos em transportes de vias navegáveis
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
Técnicos em contabilidade
Técnicos em estatística
Técnicos em administração
Serventuários da justiça e afins
Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação
Técnicos de segurança de trabalho
Técnicos e analistas de seguros e afins
Inspetores de polícia e detetives
Agentes de saúde e do meio ambiente
Agentes de inspeção de pesos e medidas
Agentes de fiscalização de espetáculos e meio de comunicação
Agentes sindicais e de inspeção do trabalho
Agentes de bolsa, câmbio e outros serviços financeiros
Técnicos de operações e serviços bancários
Representantes comerciais e técnicos de vendas
Compradores
Técnicos em exportação e importação
Leiloeiros e avaliadores
Corretores de seguro
Corretores de imóveis
Corretores de título e valores
Técnicos em turismo
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
Técnicos em biblioteconomia
Técnicos em museologia
Técnicos em artes gráficas
Cinegrafistas
Fotógrafos
Técnicos em operação de máquinas de transmissão de dados
Técnicos em operação de estação de rádio
Técnicos em operação de estação de televisão
Técnicos em operação de aparelhos de sonorização
Técnicos em operação de aparelhos de cenografia
Técnicos em operação de aparelhos de projeção
Decoradores e vitrinistas de nível médio
Bailarinos de danças populares
Músicos e cantores populares
Palhaços, acrobatas e afins
Apresentadores de espetáculos
Modelos
Técnicos esportivos
Atletas profissionais
Árbitros desportivos
Outros técnicos de nível médio
Técnicos de planejamento de produção

Técnicos de controle de produção

Ocupação 4: TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Escriturários

Supervisores de serviços administrativos (exceto contabilidade e controle)

Supervisores de serviços contábeis, financeiros e de controle

Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos

Secretários de expediente e estenógrafos

Operadores de máquinas de escritório

Contínuos

Escriturários de contabilidade

Escriturários de finanças

Almoxarifes e armazenistas

Escriturários de apoio à produção

Escriturários de serviços de biblioteca e documentação

Carteiros e afins

Trabalhadores de atendimento ao público

Supervisores de trabalhadores de atendimento ao público

Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco)

Caixas de banco e operadores de câmbio

Coletores de apostas e de jogos

Cobreadores e afins (exceto nos transportes públicos)

Recepcionistas

Telefonistas

Operadores de telemarketing

Despachantes de documentos

Entrevistadores, recenseadores e afins

Ocupação 5: TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

Trabalhadores dos serviços

Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios

Supervisores dos serviços de saúde e cuidados pessoais

Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros serviços

Trabalhadores dos serviços direto aos passageiros

Fiscais e cobreadores dos transportes públicos

Guias de turismo

Trabalhadores dos serviços domésticos em geral

Mordomos e governantas

Cozinheiros

Camareiros, roupeiros e afins

Garçons, barman e copeiros

Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios

Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros

Atendentes de enfermagem, parteiras práticas e afins

Auxiliares de laboratórios de saúde

Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento

Atendentes de creche e acompanhantes de idosos

Trabalhadores dos serviços funerários

Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários

Astrólogos e adivinhos

Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina e à mão

Bombeiros (exceto do corpo de bombeiros militar)

Policiais e guardas de trânsito

Vigilantes e guardas de trânsito
 Guardas e vigias
 Entregadores externos (exceto carteiros)
 Catadores de sucata
 Trabalhadores do sexo
 Outros trabalhadores dos serviços

Ocupação 6: TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS E DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil

Supervisores de extração mineral
 Supervisores da construção civil
 Trabalhadores da extração de minerais sólidos – mineiros e afins
 Trabalhadores da extração mineral de sólidos – operadores de máquina
 Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos
 Garimpeiros e operadores de salinas
 Trabalhadores de beneficiamento de minérios
 Trabalhadores de beneficiamento de pedras
 Trabalhadores de terraplenagem e fundações
 Trabalhadores de estruturas de alvenaria
 Trabalhadores de estruturas de concreto armado
 Trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado
 Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)
 Trabalhadores de instalações elétricas
 Trabalhadores de instalações de materiais isolantes
 Revestidores de concreto armado (revestimentos rígidos)
 Telhadores (revestimentos rígidos)
 Vidraceiros (revestimentos rígidos)
 Estucadores e gesseiros
 Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras
 Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)
 Ajudantes de obras civis

Trabalhadores de transformação de metais e de compósitos

Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais
 Supervisores de montagem metalmeccânica
 Ferramenteiros e afins
 Preparadores e operadores de máquinas – ferramenta convencional
 Operadores de usinagem convencional (produção em série)
 Afiadores e polidores de metais
 Operadores de máquinas e centros de usinagem CNC
 Trabalhadores de forjamento de metais
 Trabalhadores de fundição de metais e de compósitos
 Trabalhadores de trefilação, estiramento e extrusão de metais e de compósitos
 Trabalhadores de tratamento térmico de metais e de compósitos
 Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termoquímicos)
 Trabalhadores de pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos
 Encanadores e instaladores de tubulações
 Trabalhadores de torgem e montagem de estrutura metálica e de compósitos
 Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos
 Trabalhadores de caldeiraria e serralheria
 Operadores de máquinas de conformação de metais
 Aparelhadores e emendadores de cabos (exceto cabos elétricos e de telecomunicações)

Ajustadores mecânicos polivalentes
 Montadores de aparelhos e acessórios mecânicos em linhas de montagem
 Montadores de máquinas industriais
 Montadores de máquinas pesadas
 Montadores de motores e turbinas
 Montadores de veículos automotores (linha de montagem)
 Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves
 Montadores de instalações de ventilação e refrigeração
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
 Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas
 Montadores de equipamentos eletroeletrônicos
 Montadores de aparelhos de telecomunicações
 Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações
 Instaladores-reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
 Supervisores de mecânica de precisão e instrumentos musicais
 Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)
 Confeccionadores de instrumentos musicais
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
 Supervisores de joalheria e afins
 Supervisores de vidraria, cerâmica e afins
 Joalheiros e artesãos de metais precisos e semi-precisos
 Sopradores e moldadores de vidros e afins
 Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins
 Ceramistas (preparação e fabricação)
 Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração)
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
 Supervisores da indústria têxtil
 Supervisores da indústria do curtimento
 Supervisores da indústria de confecção de roupas
 Supervisores da indústria de confecção de calçados
 Supervisores da confecção de artefatos de tecidos, couros e afins
 Supervisores das artes gráficas
 Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis
 Trabalhadores da preparação da tecelagem
 Operadores da preparação da tecelagem
 Operadores de tear e máquinas similares
 Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamperia das indústrias têxteis
 Inspetores e revisores de produção têxtil
 Trabalhadores polivalentes do curtimento de couros e peles
 Trabalhadores da preparação de peles
 Trabalhadores do curtimento de couros e peles
 Trabalhadores do acabamento de couros e peles
 Trabalhadores polivalentes das indústrias da confecção de roupas
 Trabalhadores da preparação da confecção de calçados
 Operadores de máquinas de costurar calçados
 Operadores de acabamentos de calçados
 Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros
 Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos e couros
 Trabalhadores da fabricação de artefatos de tecidos e couros
 Operadores de máquinas na fabricação de artefatos de tecidos e couros
 Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros
 Trabalhadores polivalentes das artes gráficas
 Trabalhadores da pré-impressão gráfica

Trabalhadores da impressão gráfica
 Trabalhadores do acabamento gráfico
 Trabalhadores de laboratório fotográfico
 Trabalhadores artesanais da tecelagem
 Trabalhadores artesanais da confecção de roupas
 Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couro e peles
 Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins
 Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)
 Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
 Supervisores da indústria da madeira, mobiliário e da carpintaria veicular
]marceneiros e afins
 Trabalhadores de tratamento e preparação de madeiras
 Operadores de máquinas de deslocamento de madeiras
 Operadores de laminação, aglomeração e prensagem de chapas
 Preparadores e operadores de usinagem de madeiras convencional
 Operadores de máquinas de madeira (produção em série)
 Operadores de máquinas e centros de usinagem de madeira CNC
 Montadores de móveis e artefatos de madeira
 Trabalhadores do acabamento de madeira e do mobiliário
 Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins
 Carpinteiros navais e de aeronaves
 Carpinteiros de carrocerias e carretas
Trabalhadores de funções transversais
 Supervisores de embalagem e etiquetagem
 Operadores de robôs industriais
 Operadores de veículos operados e controlados remotamente (ROV, RCV)
 Trabalhadores subaquáticos
 Condutores e operadores polivalentes
 Operadores de equipamentos de elevação
 Operadores de equipamentos de movimentação de cargas
 Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)
 Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)
 Condutores de veículos sobre rodas (distribuídos de mercadorias)
 Condutores de veículos sobre trilhos
 Trabalhadores na navegação marítima fluvial e regional
 Condutores de veículos de tração animal e de pedais
 Trabalhadores de manobras de transporte sobre trilhos
 Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias
 Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem
 Alimentadores de linhas de produção
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
 Supervisores das indústrias químicas, petroquímicas e afins
 Supervisores da indústria de plásticos e borracha
 Supervisores da indústria de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
 Operadores polivalentes de instalações químicas, petroquímicas e afins
 Operadores de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)
 Operadores de processos termoquímicos e afins
 Operadores de filtração e separação
 Operadores destilação e reação
 Operadores de produção e refino de petróleo e gás
 Operadores de coqueificação
 Operadores de instalações de produtos plásticos, de borracha e parafinas
 Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
 Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
 Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins

Laboratoristas industriais auxiliares

Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção

Supervisores de siderurgia

Supervisores de materiais de construção (vidro, cerâmica e compósitos)

Operadores de instalações de sinterização

Operadores de fornos de 1ª fusão e aciaria

Operadores de laminação

Operadores de acabamento de chapas e metais

Forneiro metalúrgicos (2ª fusão e reaquecimento)

Operadores de preparação de massas para vidro, cerâmica, porcelana e materiais de construção

Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de cerâmicas, vidros e porcelanas

Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção

Trabalhadores artesanais de materiais de construção

Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos

Supervisores da fabricação de celulose e papel

Preparadores de pasta para fabricação de papel

Operadores de máquinas de fabricar papel e papelão

Confeccionadores de produtos de papel e papelão

Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

Moleiros

Trabalhadores do refino do sal

Trabalhadores da fabricação e refino do açúcar

Trabalhadores da preparação de café, cacau e produtos afins

Trabalhadores da fabricação da cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas Preparadores de fumo

Cigarreiros

Charuteiros e trabalhadores artesanais da indústria do fumo

Degustadores

Magarefes e afins

Trabalhadores de fabricação e conservação de alimentos (inclusive artesanais)

Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)

Padeiros, confeitores e afins operadores na fabricação de pães, massas e doces

Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água

Supervisores de instalação de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água

Operadores de instalações de geração de energia térmica, elétrica e nuclear

Operadores de instalações de distribuição de energia térmica, elétrica e nuclear

Operadores de máquinas a vapor e caldeiras

Operadores de instalações de captação e distribuição de água

Operadores de instalações de captação e tratamento de esgotos

Operadores de instalações de captação, engarrafamento e distribuição de gases

Operadores de instalações de refrigeração e ar condicionado

Outros trabalhadores elementares industriais

Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica

Supervisores da reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais

Supervisores da reparação e manutenção veicular

Supervisores de outros trabalhadores da reparação, conservação e manutenção

Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão

Mecânicos de manutenção de aparelhos térmicos, de climatização e de refrigeração (exceto técnicos)

Mecânicos de manutenção de máquinas industriais

Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

Mecânicos de manutenção aeronáutica

Mecânicos de manutenção naval (em terra)

Mecânicos de manutenção de metroferroviária

Mecânicos de manutenção de veículos automotores

Reparadores de instrumentos de medição

Reparadores de instrumentos musicais

Reparadores de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares

Reparadores de equipamentos fotográficos Lubrificantes

Trabalhadores de manutenção de máquinas pequenas

Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamewntos esportivos e de ginástica

Polimantenedores

Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e residencial

Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular

Supervisores de manutenção eletromecânica

Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial

Instaladores e mantenedores de sistemas de alarmes de segurança e de incêndio

Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval) Mantenedores de elevadores, escadas e portas automáticas

Reparadores de aparelhos eletrodomésticos

Reparadores de equipamentos de escritório

Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Conservadores de vias permanentes (trilhos)

Mantenedores de equipamentos de lazer

Mantenedores de carroçarias de veículos

Mantenedores de edificações

Trabalhadores elementares de serviços de manutenção

Trabalhadores elementares de conservação de vias permanentes